



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E  
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA**



**TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL E DESASTRES: Estudo na  
Política de Assistência Social do município de Barreirinha/AM**

**DISCENTE: KÁSSIA KARISE CARVALHO CARNEIRO**

**ORIENTADORA: MARINEZ GIL NOGUEIRA CUNHA**

**MANAUS/AM  
2022**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E  
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA**



**KÁSSIA KARISE CARVALHO CARNEIRO**

**TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL E DESASTRES: Estudo na  
Política de Assistência Social do município de Barreirinha/AM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (PPGSS/UFAM), como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Linha de Pesquisa: Gestão Social, Desenvolvimento, Ambiente, Direitos Humanos, Cultura e Diversidade Socioambiental.

**MANAUS/AM  
2022**

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

C289t Carneiro, Kássia Karise Carvalho  
Trabalho profissional do assistente social e desastres : estudo na política de assistência social no município de Barreirinha/AM / Kássia Karise Carvalho Carneiro . 2022  
130 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Marinez Gil Nogueira Cunha  
Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Política de assistência social . 2. Intersetorialidade. 3. Desastres. 4. Trabalho profissional do assistente social . I. Cunha, Marinez Gil Nogueira. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

**KÁSSIA KARISE CARVALHO CARNEIRO**

**TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL E DESASTRES: Estudo na  
Política de Assistência Social do município de Barreirinha/AM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (PPGSS/UFAM), como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Linha de Pesquisa: Gestão Social, Desenvolvimento, Ambiente, Direitos Humanos, Cultura e Diversidade Socioambiental.

**APROVADO EM 04/01/2022**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Profª Drª. Marinez Gil Nogueira Cunha**  
**PPGSS/UFAM (Presidente)**

---

**Profª Drª. Hamida Assunção Pinheiro**  
**PPGSS/UFAM (Membro interno)**

---

**Profª Drª. Maria Isabel Barros Bellini**  
**PPGSS/PUC-RS (Membro Externo)**

---

**Profª Drª. Roberta Ferreira Coelho de Andrade**  
**PPGSS/UFAM (Suplente interno)**

---

**Profª Drª. Erica Bomfim Bordin**  
**PPGSS/PUC-RS (Suplente Externo)**

**MANAUS/AM**  
**2022**

*Dedico à minha família, aos profissionais atuantes da Política de Assistência Social e a minha querida Barreirinha!*

## AGRADECIMENTO

Este momento de finalização de um ciclo de grande aprendizado acadêmico, pessoal, e profissional só foi possível mediante àqueles que compartilharam conosco o caminho, por meio de trocas de ensinamentos, experiências, uma palavra de força e incentivo. Este caminho não ocorreu sem percalços, que trouxeram mudanças e nos colocaram sob provas difíceis, testando nossas forças para continuar. Por essa razão deixo aqui o registro de minha gratidão.

Por isso agradeço primeiramente a Deus nosso Pai, que permitiu chegar à conclusão desse mestrado, pois minha fé fortaleceu a perseverança na dedicação aos estudos, mesmo diante dos entraves.

Aos meus amados pais, Jair e Lourdes, que não mediram esforços para que eu pudesse me deslocar para Manaus e iniciar essa jornada, me acompanharam em cada momento, com quem sempre pude contar.

Aos meus avós Lourenço, Benedita e minha vó Lair (in memoriam) com os quais compartilhei a alegria de adentrar ao mestrado. Mas, minha vó Lair se despediu para junto de Deus durante esse processo, e eu tenho certeza que suas orações e preces me incentivaram e permitiram alcançar essa conquista.

Aos meus irmãos Jair Lourenço e Catarina, ao meu sobrinho Nander, que trouxe muito mais alegria ao nosso lar, motivando-me a cada dia, agradeço o apoio e carinho.

Ao meu namorado Jace, meu parceiro de todas as horas, a quem agradeço pelo cuidado, por ouvir minhas angústias, minhas alegrias, a cada conquista desses quase três anos de estudo.

Aos meus tios e tias, primos e primas. E agradeço de forma especial a acolhida nas casas da tia Cleide e Ana Rosa no início do mestrado e sempre que precisei ir à Manaus.

Agradeço aos queridos professores do programa de mestrado em Serviço Social da UFAM pela dedicação, incentivo, ensinamentos e experiências compartilhadas. De forma especial agradeço a minha orientadora Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marinez Gil Nogueira, que acreditou em mim, abraçando a temática de estudo proposta, me orientando de forma paciente, dedicada, cuidadosa, primando pela qualidade e bom desenvolvimento da pesquisa.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), por possibilitar o financiamento da pesquisa, concedendo a bolsa no curso de mestrado, inclusive prorrogando-a devido à Pandemia da Covid-19.

Agradeço à Universidade Federal do Amazonas, ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia por essa oportunidade de qualificação acadêmica e profissional.

Agradeço aos membros da Banca de Defesa da Dissertação - Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Hamida Assunção Pinheiro e Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Isabel Barros Bellini - que aceitaram mais uma vez o convite (pois fizeram parte também da banca de qualificação), partilhando desse momento com avaliação e apontamentos que com certeza irão agregar muito a este trabalho de pesquisa.

Agradeço ao Prof<sup>º</sup> Patrício Ribeiro, meu orientador da Graduação, que foi um grande incentivador, me direcionando à continuação dos estudos e na temática, me orientando em vários momentos para a seleção de mestrado.

Agradeço à Secretaria Municipal de Assistência Social de Barreirinha, por abrir as portas para realização da pesquisa no âmbito institucional, permitindo a realização de entrevistas com os profissionais atuantes na SEMAS, CRAS e CREAS.

Agradeço aos profissionais assistentes sociais entrevistados, que dispuseram do seu tempo de trabalho para contribuir com as indagações da pesquisa, e também apresentaram suas sugestões e aspirações para a melhoria do trabalho profissional nas ações intersetoriais no campo de desastres na política de assistência social.

A todos agradeço de coração, pois, com cada parte desses agradecimentos se constituiu a conclusão dessa grande conquista, a de ser mestra, momento de descobertas e experiências permitidas por meio da universidade pública brasileira a uma jovem do interior do Amazonas.

## RESUMO

A Política de Assistência Social tem sido um importante campo de trabalho de muitos assistentes sociais desde os primórdios da profissão. No âmbito da gestão de políticas sociais, em situações de emergência e calamidade pública, os serviços realizados precisam estar bem articulados na perspectiva da intersetorialidade. Neste estudo, buscou-se tratar, particularmente, das situações de emergência e calamidade pública decorrentes das enchentes de rios no estado do Amazonas, dado sua intensificação ao longo dos anos, com impactos negativos à vida da população. O município de Barreirinha/AM é exemplo desse processo por estar situado em área de várzeas, em que por vários anos foi atingido profundamente pelo fenômeno natural das águas. É neste contexto amazônico que foi realizado o presente estudo, que visou discutir o lugar da intersetorialidade no modo de gestão das políticas sociais, especificamente na Política de Assistência Social, com foco no trabalho do assistente social neste espaço sócio-ocupacional. Assim, o estudo teve como objetivo analisar o Trabalho do Assistente Social realizado na Assistência Social em situações de desastres no município de Barreirinha/AM, visando contribuir com a produção de subsídios para qualificação do Trabalho Profissional frente aos desafios da realidade Amazônica. Em relação aos procedimentos metodológicos, trata-se de pesquisa do tipo explicativa, com uma abordagem quantitativa e qualitativa a partir do enfoque misto, mediante a pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Os sujeitos da pesquisa (informantes-chave) foram os profissionais de Serviço Social do Município de Barreirinha/AM (*locus* de estudo), especificamente a Secretaria Municipal de Assistência social (SEMAS); Centros de Referência de Assistência Social (CRAS); Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). O estudo abarcou a totalidade de seis (06) profissionais existentes nos referidos equipamentos públicos da assistência social municipal. Em relação aos principais resultados é possível dizer o assistente social encontra as mais variadas demandas no campo de desastres, indo a loco, fazendo os estudos e conhecendo a realidade vivenciadas pela pessoas atingidas, se desdobrando para bem realizar o seu trabalho de forma qualificada, mesmo diante das dificuldades quanto a materiais e estrutura, planejamento das ações a serem realizadas e a integralidade de ações que vislumbrem a intersetorialidade, é um campo de desafios, que demandas o fortalecimento das dimensões teórico metodológico, ético-política e técnico-operativa, ressaltando a leitura crítica da realidade que se apresenta para que as ações não se esgotem na fragmentação e imediaticidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política de Assistência Social; Intersetorialidade; Desastres; Trabalho Profissional do Assistente Social;

## ABSTRACT

Social Assistance Policy has been an important field of work for many social workers since the early days of the profession. Within the scope of managing social policies, in situations of emergency and public calamity, the services performed need to be well articulated from the perspective of intersectoriality. In this study, we sought to address, particularly, emergency situations and public calamities arising from river floods in the state of Amazonas, given their intensification over the years, with negative impacts on the lives of the population. The municipality of Barreirinha/AM is an example of this process because it is located in a floodplain area, where for several years it was deeply affected by the natural phenomenon of water. It is in this Amazonian context that the present study was carried out, which aimed to discuss the place of intersectoriality in the management of social policies, specifically in the Social Assistance Policy, focusing on the work of the social worker in this socio-occupational space. Thus, the study aimed to understand the professional work in intersectoral actions to face emergency situations and public calamities in the municipality of Barreirinha, since these situations present themselves as demands for intervention by the profession. Regarding the methodological procedures, this is an explanatory type of research, with a quantitative and qualitative approach based on a mixed approach, through bibliographical, documental and field research. The research subjects (key informants) were Social Service professionals in the city of Barreirinha/AM (locus of study), specifically the Municipal Social Assistance Secretariat (SEMAS); Social Assistance Reference Centers (CRAS); Specialized Reference Centers for Social Assistance (CREAS). The study covered the totality of six (06) existing professionals in the aforementioned public facilities of municipal social assistance. Regarding the main results, it is possible to say that the social worker meets the most varied demands in the field of disasters, going to the place, doing the studies and knowing the reality experienced by the affected people, unfolding to carry out his work in a qualified way, even in view of the difficulties regarding materials and structure, planning of actions to be carried out and the integrality of actions that envisage intersectoriality, it is a field of challenges, which demands the strengthening of the theoretical-methodological, ethical-political and technical-operative dimensions, emphasizing the critical reading of the reality that presents itself so that the actions do not end up in fragmentation and immediacy.

**Keywords:** Social Assistance Policy; Intersectoriality; disasters; Social Work Professional Work;

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01:</b> Eixos estruturantes da gestão do SUAS .....	31
<b>Figura 02:</b> Classificação dos desastres .....	34
<b>Figura 03:</b> Etapa de atuação do SUAS .....	38
<b>Figura 04:</b> Rios da Amazônia.....	47
<b>Figura 05:</b> Cidade de Barreirinha no Estado do Amazonas .....	50
<b>Figura 06:</b> Barreirinha em situação de emergência em razão da cheia de 2021 .....	52
<b>Figura 07:</b> Área alagada na cidade de Barreirinha .....	53
<b>Figura 08:</b> Reconhecimento de situação de emergência SI2D Barreirinha/AM .....	55
<b>Figura 09:</b> Ruas alagada e alunos durante enchente em Barreirinha/AM .....	56
<b>Figura 10:</b> Jacaré assusta moradores .....	56
<b>Figura 11:</b> Animal encontrado em rua .....	56
<b>Figura 12:</b> Parceiros nas ações .....	70
<b>Figura 13:</b> Ações Assistência Social e Defesa Civil no ano de 2021 .....	71
<b>Figura 14:</b> Eixos sobre intersetorialidade PMAS .....	75
<b>Figura 15:</b> Assinatura do termo de cooperação técnica .....	89
<b>Figura 16:</b> Entrega de cartões na operação enchente .....	89
<b>Figura 17:</b> Visitas dos profissionais in loco .....	90
<b>Figura 18:</b> Visitas dos profissionais da Assistência Social .....	90

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01:</b> Classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita .....	42
<b>Quadro 02:</b> Reconhecimento SE/ECP .....	54
<b>Quadro 03:</b> Modalidades de gestão social no Brasil .....	59
<b>Quadro 04:</b> Significado de intersectorialidade na gestão de políticas sociais .....	67
<b>Quadro 05:</b> Medidas de Intersectorialidade PMAS .....	74
<b>Quadro 06:</b> Medidas de Intersectorialidade PMAS 2022 .....	71
<b>Quadro 07:</b> Identificação.....	78
<b>Quadro 08:</b> Formação sujeitos de pesquisa .....	83
<b>Quadro 09:</b> Vínculo institucional .....	84
<b>Quadro 10:</b> Visão sobre as situações de Emergência e Calamidade na PAS .....	86
<b>Quadro 11:</b> Principais Demandas ao Trabalho Profissional.....	88
<b>Quadro 12:</b> Condições de trabalho (material, equipamentos de proteção).....	92
<b>Quadro 13:</b> Condições de trabalho (organização e planejamento) .....	93
<b>Quadro 14:</b> Grau de satisfação com o trabalho que é realizado.....	94
<b>Quadro 15:</b> Diretriz 04 PMAS 2022-2025 .....	95
<b>Quadro 16:</b> Grau de satisfação com o trabalho que é realizado .....	96
<b>Quadro 17:</b> Ações realizadas com a intersectorialidade .....	97
<b>Quadro 18:</b> Principais dificuldade e/ ou desafios .....	99
<b>Quadro 19:</b> Potencialidades da intersectorialidade .....	101
<b>Quadro 20:</b> Realização de avaliação .....	102
<b>Quadro 21:</b> Sugestões dos profissionais para atuação em desastres .....	103

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

CADUNICO - Cadastro Único dos Programas Sociais

CAPACITASUAS - Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social

CEP - Comitê de Ética e Pesquisa

CF/88 - Constituição Federal Brasileira de 1988

CNS - Conselho Nacional de Saúde

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CSPA - Centro de Psicologia Aplicada

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

NOB/RH - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos

NOB/SUAS - Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

PAIF - Programa de Atenção Integral à Família

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPGSS - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia

PSB - Proteção Social Básica

PSE - Proteção Social Especial

PROCAD - Programa Nacional de Cooperação Acadêmica

SAGI - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

GESUAS-Sistema de Gestão do SUAS

PAITI- Programa de Iniciação do Desenvolvimento Tecnológico e Inovação no Amazonas

PROTEC- Pro reitoria de Inovação tecnológica

MDS- Ministério do Desenvolvimento Social

CFESS- Conselho Federal de Serviço Social

CRESS- Conselho Regional de Serviço Social

PUC – Pontifícia Universidade Católica

UNDRO – United Nations Disaster Relief Organization

ISDR – Estratégia Internacional das Nações Unidas para a Redução de Desastres

CPTEC/INPE – centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos

SINPDEC – Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>CAPÍTULO I – PROTEÇÃO SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA: os desafios em situações de emergência e calamidade pública em contexto amazônico</b> .....	23
1.1. Do direito social à Assistência Social na constituição de 1988 à estruturação do SUAS no Brasil: Abordagem histórica .....	23
1.2. Considerações sobre desastres no campo das situações de emergência e calamidade pública .....	33
1.3. Política de Assistência Social brasileira e especificidades das situações de emergência e calamidade pública .....	38
1.4. A multidimensionalidade da pobreza e vulnerabilidade social: As particularidades em contexto amazônico no município de Barreirinha no estado do Amazonas .....	41
1.5. O tempo dos Rios: O agravamento da vulnerabilidade social frente às situações de emergência e calamidade pública decorrentes de enchentes .....	48
<b>CAPÍTULO II – GESTÃO DE POLÍTICA SOCIAL: Considerações sobre a Intersectorialidade na Política Pública de Assistência Social e enfrentamento de desastres na realidade de Barreirinha</b> .....	58
2.1 Aspectos Conceituais sobre Intersectorialidade .....	58
2.2 Intersectorialidade no SUAS .....	64
2.3 A intersectorialidade no atendimento em situações de emergência socioassistenciais .....	67
2.4 Principais características da intersectorialidade no planejamento da política municipal de Assistência Social em Barreirinha/AM .....	72
<b>CAPÍTULO III – O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA E CALAMIDADE PÚBLICA DECORRENTES DE ENCHENTES DE RIOS EM BARREIRINHA/AM</b> .....	77
3.1 Abordagem conceitual sobre trabalho profissional em Serviço Social .....	77
3.2 O trabalho profissional na Política de Assistência Social no âmbito de situações de emergência e calamidade decorrentes de enchentes de rios .....	81
3.3. Os Desafios do Trabalho Intersectorial nas Situações de Desastres no Município de Barreirinha .....	97
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	106
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	109
<b>APENDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA</b> .....	121
<b>APENDICE B: QUADRO DE CATEGORIAS</b> .....	125
<b>ANEXO A: PARECER CEP</b> .....	128
<b>ANEXO B: TERMO DE ANUENCIA SEMAS/BAE</b> .....	130

## INTRODUÇÃO

O estudo tem como centralidade a análise do trabalho do assistente social na Política de Assistência Social em ações intersetoriais, tendo como foco a atuação em situações de emergência e calamidade pública que se enquadram na categoria de desastres, em que foram delimitados os desastres naturais decorrentes de enchentes dos rios no município de Barreirinha do Estado do Amazonas.

A assistência social como política pública tem como dimensões de gestão as seguintes questões: territorialidade, descentralização e intersetorialidade. De modo geral, “a política de assistência social como política integradora da Seguridade Social, possui um caráter de política de proteção social articulada a outras políticas, voltada à garantia de direitos e de condições dignas de vida” (SANTOS, 2012, p. 35). Configurando-se como um dos principais campos de atuação do profissional de Serviço Social, a Assistência Social, desde os primórdios da profissão, tem sido um importante campo de trabalho de muitos assistentes sociais (CFESS, 2007).

Esta Política não caminha sozinha, necessita da articulação constante com outras políticas setoriais, nas mais diversificadas demandas. Neste contexto é que se destaca o tema da intersetorialidade no âmbito das políticas públicas, sendo uma estratégia política de articulação entre setores sociais diversos e especializados, instrumento de otimização de saberes e competências em prol de um objetivo comum (PEREIRA, 2014).

Nos casos de situações de emergência e calamidade pública, os serviços realizados precisam estar bem articulados, uma vez que são variadas as demandas, abrangendo diferentes setores das políticas públicas.

As enchentes dos rios na Amazônia são uma realidade presente a cada ano, no limiar do século XXI os estudos sobre as enchentes foram intensificados por meio das diversas áreas do conhecimento, seja pelo efeito “destruidor” com que tem ocorrido, seja pelos prejuízos que afetam populações localizadas em territórios alcançados por este fenômeno natural, sinalizando assim, preocupações e a necessidade de intervenção do poder público (FRAXE *et al*, 2007; OLIVEIRA *et al*, 2013).

Particularmente na Amazônia brasileira, os estudos também evidenciam o modo de inserção dos sujeitos no ambiente amazônico quanto ao uso dos recursos naturais e da biodiversidade, pois, compreende-se que a ação humana desordenada e sem consciência ambiental implica em maiores ou menores impactos socioambientais, econômicos e territoriais, considerando a enchente e vazante dos rios (SOUZA; ALMEIDA, 2010).

O número de pessoas atingidas e a capacidade de resposta do município ou estado são fatores determinantes para a classificação dos desastres e para o reconhecimento federal das situações de anormalidade decretadas (GESUAS, 2017). Sabe-se das dificuldades e da fragilidade das políticas públicas dos municípios amazônicos, logo em grandes enchentes têm sua situação ainda mais vulnerável a maiores impactos negativos.

Especificamente no Estado do Amazonas, as cidades localizadas às margens dos rios convivem com a realidade da enchente e vazante, sobretudo aqueles bairros situados em áreas planas, acarretando mudanças diárias na vida das famílias (CARNEIRO, 2016). Neste sentido, o município de Barreirinha é exemplo desse processo, pois por vários anos foi atingido profundamente pelo fenômeno das águas.

Dos 62 municípios que compõe o Amazonas, Barreirinha é um dos que mais vivencia esta realidade, isso porque, durante a enchente, a cidade fica aproximadamente 90% submersa à água (JORNAL ACRÍTICA, 2012), os impactos são frequentes, principalmente nas questões ambientais, sociais, econômicas e territoriais. O município está situado às margens do Rio Paraná do Ramos, pertence à Mesorregião do Centro Amazonense e Microrregião de Parintins. Localiza-se à leste de Manaus, possui área territorial de 5.751,00 km<sup>2</sup> e fica distante da capital Manauara a 330 km em linha reta e 420 km via fluvial.

A cidade de Barreirinha tem sua peculiaridade, pois foi construída numa área de várzea, estando suscetível às alagações. Tanto na enchente quanto na vazante dos rios, as mudanças estruturais são diversas, afetando situações tais como o calendário letivo educacional, a dinâmica na saúde pública, impactos nas habitações, na geração de trabalho e renda, assim como acarreta a poluição dos rios com acúmulo de lixo. Enfim, “na cidade alagada, tudo muda! Muda-se o modo de viver!” (CARNEIRO, 2016, p. 65).

É neste contexto que foi direcionada a presente pesquisa, qual abrange uma realidade social decorrente das enchentes dos rios que se faz presente na Amazônia, visando desvelar o modo de gestão das políticas sociais, precisamente na Política de Assistência Social, com foco no trabalho do assistente social neste espaço sócio-ocupacional. Desse modo, o estudo buscou conhecer o trabalho profissional nos processos de enfrentamento de situações de emergência e calamidade pública (desastres), particularmente nas ações intersetoriais, uma vez que essas situações se apresentam como demandas de intervenção à profissão de Serviço Social.

Neste sentido, destaca-se na problematização do objeto de estudo a seguinte questão norteadora central: De que forma o trabalho do Assistente Social está sendo realizado na Assistência Social em situações de desastres no município de Barreirinha/AM?. Coerente com essa questão central, foram delimitados os seguintes questionamentos secundários: 1) Como

a abordagem sobre desastres é realizada no âmbito da Política de Assistência Social?; 2) Quais principais demandas, atribuições e condições do trabalho do Assistente Social em situações de emergência e calamidade pública (desastres decorrentes de enchentes) no município de Barreirinha?; 3) Qual a visão dos assistentes sociais sobre as dificuldades e potencialidades da intersetorialidade entre as políticas sociais nas ações de enfrentamento às situações de emergência e calamidade pública no município; 4) Como os assistentes sociais avaliam as condições existentes para efetivação de um trabalho profissional intersetorial no campo de desastres?

É válido salientar que o direcionamento de iniciativas de intervenção do Estado em situação de risco, decorrentes de emergências circunstanciais e calamidades está presente nas diretrizes do SUAS e no âmbito profissional do Serviço Social. Discutir sobre a temática possibilita a ampliação do debate para a área do serviço social em ambiente amazônico, trazendo a peculiaridade e demonstrando a importância de intervenções qualificadas. Sobretudo, na área da assistência social, que historicamente sempre esteve atrelada ao clientelismo, ao favor, o que impõe o desafio para que suas ações não recaiam no assistencialismo.

Diante da breve contextualização da problematização do estudo, cabe ressaltar na pesquisa o seu objetivo geral: Analisar o Trabalho do Assistente Social realizado na Assistência Social em situações de desastres no município de Barreirinha/AM, visando contribuir com a produção de subsídios para qualificação do Trabalho Profissional frente aos desafios da realidade Amazônica.

Por essa razão, o estudo teve os seguintes objetivos específicos: 1) Debater o campo de desastres no âmbito da Política de Assistência Social e sua relação com a intersetorialidade; 2) Identificar as principais demandas, atribuições e condições do trabalho do Assistente Social em situações de emergência e calamidade pública (desastres decorrentes de enchentes de rios) no município de Barreirinha; 3) Apontar a visão dos assistentes sociais sobre as dificuldades e potencialidades da intersetorialidade entre as políticas sociais do município nas ações de enfrentamento às situações de emergência e calamidade pública; 4) Verificar como os assistentes sociais avaliam as condições existentes para efetivação de um trabalho profissional intersetorial no campo de desastres.

Em meio aos constantes desmontes que perpassa o campo dos direitos sociais no contexto brasileiro, entende-se que esta pesquisa será de grande importância para a reflexão crítica sobre a gestão da política de assistência social, visando contribuir para a qualificação

desse debate na área de Serviço Social, focalizando o trabalho profissional do assistente social em situações de emergência e calamidade pública em um contexto regional amazônico.

O interesse pela temática de estudo nasce a partir da vivência obtida pela própria pesquisadora na cidade de Barreirinha, uma vez que como natural do município, conviveu com os impactos e as mudanças que as grandes enchentes provocam no cotidiano das famílias. Assim, adentrar na academia trouxe a possibilidade de estudar esse fenômeno sob bases científicas e analisar tal realidade por meio de uma pesquisa no âmbito do Programa de

Iniciação ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação no Amazonas – PAITI/PROTEC (UFAM), qual tratou dos impactos socioeconômicos e ambientais da enchente e vazante na área urbana do município. A discussão dessa temática foi aprofundada em Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social na UFAM, em que se tratou sobre a Política Pública de Assistência Social e suas intervenções em fenômenos de enchente e vazante. Nessa referida pesquisa durante a graduação foi possível visualizar lacunas, importância e a necessidade do trabalho conjunto intersetorial nas políticas públicas para enfrentamento dessas situações de emergência e calamidade pública (desastres).

Por essa razão, fomos instigados a buscar um maior conhecimento e aprofundamento em pesquisas na temática de desastres na pós-graduação, no mestrado em Serviço Social da UFAM, visando debater o trabalho profissional do assistente social enquanto integrante deste processo intersetorial de enfrentamento às situações de emergência e calamidade pública (desastres) na Política Pública de Assistência social do município de Barreirinha-AM.

Em relação aos procedimentos metodológicos adotados neste estudo, destaca-se que a pesquisa constituiu-se como de natureza explicativa<sup>1</sup>, em que a realidade foco do estudo foi o cotidiano do trabalho profissional do Assistente Social na política de Assistência Social do município de Barreirinha no Amazonas, especificamente, nas ações intersetoriais voltadas para o enfrentamento de situações de emergência e calamidade pública decorrentes das enchentes dos rios neste contexto amazônico.

O levantamento das informações foi fundamentalmente baseado na pesquisa de campo, utilizando também da pesquisa bibliográfica e documental. Assim, a pesquisa teve um enfoque misto<sup>2</sup> mediante uma abordagem quanti-qualitativa, adotando o método de

---

<sup>1</sup> Pesquisa explicativa tem o objetivo de “analisar, interpretar e explicar o porquê da ocorrência dos fenômenos, realizando um esforço amplo de aprofundamento do conhecimento da realidade” (GIL, 2008, p. 28).

<sup>2</sup> Prates (2012 p. 117) enfatiza que a “expressão do real se manifesta e se constitui por elementos quantitativos e qualitativos, objetivos e subjetivos, particulares e universais, intrinsecamente relacionados”. Esta abordagem segundo os estudos da autora traz uma apreensão integral viável de processos, resultados e argumentos, a partir de dados quantitativos e qualitativos, corroborando para que a explicação do real contemple o fenômeno como unidade dialética e tenha coerência com o próprio método.

investigação Marxiano, o qual apropria-se das categorias que emanam da realidade e volta a ela utilizando-as para explicar o movimento de constituição dos fenômenos, a partir de aproximações e de totalizações provisórias, que se constituem de múltiplas determinações que interconectadas em sua análise ampliam a possibilidade de atribuir-se sentidos e explicações à realidade (PRATES, 2012)<sup>3</sup>

Portanto, esta pesquisa foi ancorada no método do materialismo histórico-dialético<sup>4</sup>, eixo presente na teoria social crítica apresentada por Marx, constituindo fundamento para o entendimento teórico das principais categorias, o que direciona o processo de pesquisa desde a elaboração à coleta de dados. O método implica para Marx, “uma determinada *posição (perspectiva)* do sujeito que pesquisa em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações” (PAULO NETTO, 2011 p.53).

A perspectiva dialética, como ressalta Prates (2012), busca primeiramente em ver a vida como movimento permanente, a realidade como momento, como processo e provisoriamente, o que requer contemplar na análise das formas e fenômenos sociais, a superação de uma visão estagnada de estados na medida em que se reconhece o movimento, o devir, que será novamente negado para que o próprio movimento siga seu curso.

Sob essa ótica, o método em Marx é entendido como um processo minucioso de estudo, que busca múltiplas determinações, em que se encontram plenamente articuladas três categorias teórico-metodológicas, que são as categorias de *totalidade*, de *contradição* e de *mediação* (PAULO NETTO, 2011).

Assim, este paradigma metodológico serviu de base para a análise de nosso objeto de estudo, que pode ser sintetizado como o trabalho do assistente social nas ações intersetoriais da Política de Assistência Social em situações de emergência e calamidade pública (desastres), visando elucidar as dificuldades e os desafios das ações intersetoriais nestas situações, e por

---

<sup>3</sup> A mesma autora enfatiza a importância atribuída tanto a dados quantitativos como qualitativos dentro deste método, sendo utilizado de forma complementar como contraprovas históricas, como pode ser averiguada na obra marxiana *O capital* (1989), em trechos na qual trata da exploração do trabalho infantil, onde descreve-se dados quanti-qualitativos, bem como apresenta “número de crianças envolvidas em trabalhos insalubres nas fábricas inglesas, e realizar cortes por faixa etária, condições físicas e horas trabalhadas, complementa suas análises com extratos da expressão dos sujeitos” (PRATES, 2012, p. 121).

<sup>4</sup> Para a investigação na perspectiva crítico dialética, parte-se de uma análise do objeto de estudo inserido nos processos societários das relações de produção e reprodução da sociedade capitalista. As categorias em Marx (1993) conforme apresentado por Prates (2012 p. 122) “podem ser definidas como elementos que, sendo partes constitutivas, auxiliam a explicar um fenômeno, uma relação e/ou um movimento da realidade e, ao mesmo tempo, podem orientar processos interventivos”. A partir desse entendimento, as categorias que nortearam este estudo (Gestão de políticas sociais, Assistência Social, intersetorialidade, desastres e trabalho do assistente social) foram discutidas sob a ótica da inter-relação dos fenômenos que compõem a realidade, com base na perspectiva dialéticocrítica, para não reduzir seu sentido.

meio dos resultados da pesquisa fomentar a criação de subsídios para o planejamento das ações do profissional na articulação intersetorial entre instituições e entre as políticas setoriais.

Para tanto, buscou-se discutir o trabalho profissional do Assistente Social na Política de Assistência Social, enquanto importante ator nas ações realizadas na dinâmica de demandas que se dão em situações de emergência e calamidade pública, bem como sua contribuição na formulação, execução e avaliação de ações socioassistenciais, assim como contribuições específicas nas situações de emergências e calamidades públicas provocadas por enchentes.

Na pesquisa documental<sup>5</sup> foi realizado o levantamento e análise de documentos públicos referentes à política nacional de assistência social e à política municipal de Barreirinha, tais como: documentos disponíveis sobre a Política de Assistência Social em nível municipal, como o Plano Municipal de Assistência Social, proteção social básica e especial; Tipificação Nacional dos Serviços socioassistenciais; diretrizes sobre atendimentos em situações de emergência socioassistenciais (elaboradas pelo Ministério do Desenvolvimento Social – MDS); documentos disponíveis nos sistemas de informação oficiais do SUAS; assim como documentos de embasamento da categoria profissional do Serviço Social (CFESS e CRESS). Por essa razão, também foram analisados relatórios anuais de assistência social de Barreirinha, diagnósticos socioterritoriais e outros documentos que se fizeram necessários para o alcance dos objetivos da pesquisa, que foram obtidos na Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) e nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) do município de Barreirinha.

Na pesquisa de campo, destaca-se que foram coletados dados junto aos profissionais assistentes sociais em que foi utilizada a técnica de entrevista semi-estruturada<sup>6</sup>. Desta forma, foi utilizado um formulário de entrevista (ver instrumento da pesquisa no apêndice A), o qual foi elaborado<sup>7</sup> afim do alcance dos objetivos da pesquisa. Este instrumento permitiu uma coleta de informações qualificadas junto aos sujeitos de pesquisa (informantes-chave), que foram os profissionais Assistentes Sociais lotados junto à SEMAS/Barreirinha, CRAS e

---

<sup>5</sup> Pesquisa com materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (GIL, 2002).

<sup>6</sup> Pois a entrevista possibilita “ter um contato com a realidade vivida pelos atores sociais” (GIL, 2008 p. 36), sendo considerada uma forma de interação social. Mais especificamente, “é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de Informação” (GIL, 2008 p. 109). O pesquisador elabora um roteiro e/ou formulário com perguntas abertas e/ou fechadas, guiando o assunto que será discutido com os informantes (sujeitos da pesquisa).

<sup>7</sup> A elaboração do formulário foi realizada com base em planejamento prévio que teve seu ponto de partida na formulação de quadro de análise da adequação entre categoria teórica, objetivos, indicadores e variáveis da pesquisa de campo (ver quadro de categorias teóricas no apêndice B).

CREAS, pois são esses sujeitos que possuem conhecimentos e experiências fundamentais sobre o objeto de estudo.

Antes da realização da pesquisa de campo, a mesma passou pelo processo de avaliação junto ao Comitê de Ética em pesquisa (CEP) da UFAM, obtendo aprovação no dia 28 de fevereiro de 2022, conforme o seguinte registro - CAAE: 55409222.8.0000.5020 (ver documento de aprovação no CEP/UFAM no anexo A desta dissertação).

Vale ressaltar, que as entrevistas da pesquisa de campo foram realizadas por meio virtual mediante videoconferências (através da plataforma *Google Meet*), pois foram acatados todos os procedimentos éticos previstos para este tipo de pesquisa nas orientações, resoluções e normativas vigentes do conjunto CEP/CONEP, inclusive aqueles relativos ao contexto pandêmico.

Ainda atendendo aos preceitos éticos da pesquisa, a voz das assistentes sociais entrevistadas será privilegiada no texto dissertativo, mas as falas serão apresentadas com o uso de nomes fictícios para que os sujeitos da pesquisa não sejam identificados, assegurando, assim, a confidencialidade e sigilo para preservação da identidade, conforme as diretrizes da Resolução nº 510/2012 – CNS (Art. 3, VII).

No levantamento de informações no campo, os sujeitos da pesquisa foram definidos segundo sua atuação como assistente social junto à Política estudada, o que lhes confere propriedade e legitimidade como fontes de informações orais requeridas para alcance dos objetivos da pesquisa. Levando em consideração o reduzido número de profissionais assistentes sociais existente nos equipamentos da Assistência Social do município *locus* do estudo (Barreirinha/AM), em que a SEMAS e o CREAS contam apenas com um (01) profissional assistente social em cada equipamento, sendo que apenas o CRAS tinha quatro (04) profissionais. Assim, verificou-se a necessidade de proceder um levantamento com a totalidade do universo dos sujeitos, que na época da pesquisa era constituído com apenas seis (06) sujeitos de pesquisa, ou seja, seis assistentes sociais. Desta forma, o levantamento abrangeu todos os indivíduos de uma população definida, condicionado à aceitação voluntária de participação e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Após a coleta de dados na pesquisa de campo, a fase de sistematização e análise dos dados obedeceu aos procedimentos da técnica de análise de conteúdo, que conforme Bardin (1959) citado em Triviño (1987), compreende um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, obter indicadores ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das mensagens. A utilização desta técnica requer a classificação dos conceitos, a codificação, a categorização como

procedimentos indispensáveis quando sua utilização (TRIVIÑO, 1987)<sup>8</sup>. Assim, os resultados da pesquisa de campo foram organizados e apresentados por meio de tabelas e quadros, permitindo uma análise (coerente com os objetivos do estudo) interligada com os aportes teóricos do referencial da pesquisa.

Em que pese os limites desta pesquisa, entende-se que sua relevância científico-acadêmica está no estudo das ações da política de Assistência social voltadas à população que enfrenta fenômenos naturais na região amazônica, ainda mais com a intensificação das enchentes dos rios, que deflagram a ampliação de situações de emergência e calamidade pública, o que exige o debate sobre intersectorialidade e o trabalho do Assistente Social nessas ações consideradas como formas de enfrentamento de desastres. Por essa razão, o estudo buscou contribuir para a produção de conhecimentos e fomentar novas pesquisas na área, que desvelem as complexidades do objeto de estudo a partir dos dados teóricos e empíricos colhidos. Com isso, chama-se a atenção para a realidade vivenciada por grande parte da população amazônica e pelo profissional de Serviço Social que é chamado a intervir e fomentar respostas (inovações metodológicas) para o enfrentamento da questão.

Em relação à apresentação dos resultados deste estudo, a estrutura da dissertação foi organizada em três capítulos. No primeiro capítulo foi realizada uma abordagem sobre a Proteção Social no âmbito da intervenção do Estado na sociedade capitalista e a configuração da Proteção Social na Seguridade Social Brasileira, contextualizando as Proteções Sociais (básica e especial) da Política de Assistência Social e sua trajetória como política pública, particularizando as características amazônicas e os desafios para a Assistência Social na sua interface com o campo dos desastres em situações de emergência e calamidade pública.

No segundo capítulo é discorrido sobre as principais dimensões da Gestão de Política Social, discutindo o conceito de intersectorialidade e sua utilização como instrumento estratégico de gestão no âmbito das políticas públicas, contextualizando o conceito de gestão em rede no âmbito do SUAS. Discute-se, ainda, os principais dispositivos legais que fundamentam a intersectorialidade na política pública de Assistência Social e que abarcam questões de emergência e calamidade pública.

---

<sup>8</sup> Existem três etapas para realização de análise de conteúdo, sendo elas: *a pré análise* -que consiste na organização do material, com leitura geral e leitura flutuante. A *descrição analítica* - em que o material de documentos e informações que constituem o corpus é submetido a um estudo aprofundado, orientado pelas hipóteses e referenciais teóricos, sendo os procedimentos básicos: a codificação, a classificação, e a categorização. A terceira e última fase - *interpretação inferencial* abrange a reflexão, intuição, com embasamento nos materiais empíricos, em que se estabelecem relações.

No terceiro e último capítulo é abordada a categoria do Trabalho no âmbito do Serviço Social, em que se apresenta o conceito de Trabalho na sociedade capitalista, a partir da perspectiva crítica Marxiana, abordando o Serviço Social como trabalho, destacando o processo de trabalho em que participa na Assistência Social. Assim, aborda o trabalho profissional na questão de desastres, como enchentes, especificamente na operacionalização de ações no âmbito de situações de emergência e calamidade, apresentado os principais resultados da pesquisa de campo.

Por fim, ressalta-se a vinculação do estudo ao projeto guarda-chuva de pesquisa no âmbito do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (PROCAD Amazônia/CAPES), sob a coordenação geral de minha orientadora, a professora Dra. Marinez Gil Nogueira, que tem o seguinte título: “A Formação e o Trabalho Profissional do Assistente Social: aproximações e particularidades entre o norte e o sul do Brasil”, como também ao projeto universal desenvolvido em parceria com a PUC-RS e coordenado pela prof<sup>a</sup> Dra. Maria Isabel Barros Bellini com o título: “Identificação e difusão de inovações tecnológicas para enfrentamento de desastres desenvolvidas pelo serviço social no Brasil, Austrália, Itália e África do Sul”. Além de sua vinculação ao Grupo de Pesquisa sobre Gestão Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade na Amazônia (GEDHS) da Universidade Federal do Amazonas e Grupo de Estudos e Pesquisas em Família, Serviço Social e Saúde (GFASSS) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS.

## CAPÍTULO I

### PROTEÇÃO SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA: OS DESAFIOS EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA E CALAMIDADE PÚBLICA EM CONTEXTO AMAZÔNICO

Este primeiro capítulo versa sobre a proteção social, seus aspectos históricos, delimitando à Política de Assistência Social na Seguridade Social Brasileira. Estes elementos dão base para a contextualização e compreensão da Assistência Social no contexto amazônico, seus desafios, situando as particularidades de atuação no campo de emergências e calamidades, bem como situações de desastres presentes em seu ambiente. Por essa razão, este capítulo subdivide-se em 4 tópicos: o primeiro retrata a Assistência social a partir da constituição de 1988 até o período de estruturação do SUAS no Brasil, em uma breve abordagem histórica; o segundo versa sobre a Política de Assistência Social brasileira e as especificidades das situações de emergência e calamidade pública; o terceiro aborda as particularidades do contexto amazônico a partir da multidimensionalidade da pobreza e vulnerabilidade social; o quarto ressalta o agravamento da vulnerabilidade social frente às situações de emergência e calamidade pública decorrentes de enchentes. A abordagem realizada neste primeiro capítulo é basilar para a compreensão do decorrer do estudo, o que permitirá o aprofundamento da discussão, nos dois próximos capítulos, sobre a intersetorialidade na Política de Assistência Social e sua relação com o trabalho do assistente social nas situações de emergência e calamidade no município de Barreirinha/AM.

#### 1.1 DO DIREITO SOCIAL À ASSISTÊNCIA SOCIAL NA CONSTITUIÇÃO DE 1988 À ESTRUTURAÇÃO DO SUAS NO BRASIL: ABORDAGEM HISTÓRICA.

De início enfatiza-se o sentido de proteção ressaltado por Sposati (2009 p. 21) do *protectione*, do latim que “supõe, antes de tudo, tomar a defesa de algo, impedir sua destruição, sua alteração”. Esta ideia de proteção carrega um caráter preservacionista, supõe apoio, guarda, socorro e amparo. Esse é o sentido de proteção tanto da noção de segurança social como a de direitos sociais.

Para se adentrar ao campo da proteção na Política de Assistência Social é importante sinalizar a concepção de Estado e sua relação com a sociedade, enfatizando a concepção da Assistência Social como direito. O estabelecimento de padrões de proteção social é um fato

associado à estabilização do modo de produção capitalista no século XIX, em que a luta de classes entre burgueses e trabalhadores desencadeia a questão social.

Conforme explica Pereira (2001), neste contexto a questão social se refere à relação de contradição entre capital e trabalho no sistema capitalista, relação de conflito entre interesses opostos e antagônicos, diante da desigual posição na estrutura social, ou seja, os atores dominados (classe trabalhadora) mediante organização política conseguem se impor na correlação de forças, problematizando efetivamente as necessidades e demandas desta classe, buscando melhores condições de vida. Assim, a questão social expressa no desenvolvimento do capitalismo a reação das classes subalternas à dominação da classe capitalista.

Nesse sentido, Iamamoto (2001, p.17) explana:

É fato conhecido que historicamente a questão social tem a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho, exigindo o seu reconhecimento como classe pelo bloco do poder, e, em especial pelo Estado. Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos. Esse reconhecimento dá origem a uma ampla esfera de direitos sociais públicos atinentes ao trabalho – consubstanciados em serviços e políticas sociais –, o que, nos países centrais, expressou-se no *Welfare State*, Estado Providência ou Estado Social.

É possível dizer que a questão social representou neste contexto histórico a organização política da classe trabalhadora, expressando a resistência desta classe ao domínio do capital. Por essa razão entende-se que:

A questão social é “apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades sociais da sociedade capitalista madura, que tem raiz comum, onde a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IAMAMOTO, 1999, p. 27).

Netto (2001) já asseverou que a questão social é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Pois não se suprime o conjunto das expressões da desigualdade (e suas refrações nas condições de vida da classe trabalhadora) sem a própria supressão do capitalismo, ou seja, o capitalismo mantém a desigualdade, pois ela é inerente às relações sociais de produção capitalista. Portanto, o desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a questão social, sendo suas expressões sequelas permanentes da exploração do trabalho (mais-valia) no regime do capital.

Por essa razão entende-se que “o desenvolvimento no capitalismo não promove maior distribuição de riqueza, mas maior concentração de capital, portanto, maior empobrecimento (absoluto e relativo), isto é, maior desigualdade” (MONTAÑO, 2012, p. 279).

Na formação social e constituição do capitalismo no contexto brasileiro, Santos (2012) destacou o desemprego e a pobreza como expressões marcantes da questão social. O desemprego entendido como decorrente da prática constante de ampliação de tecnologias poupadoras de mão de obra e de superexploração da força de trabalho. Assim, a pobreza como uma refração da questão social emerge, justamente, da incapacidade de reprodução social autônoma dos sujeitos. Para além desses fenômenos existem múltiplas expressões da questão social, decorrentes de “disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais” (IAMAMOTO, 2015, p. 160).

A desigualdade social é uma realidade que se agudizou nas sociedades capitalistas e em muitos países se estruturaram os chamados sistemas de Proteção Social vinculados aos processos de urbanização e de industrialização que se inicia em alguns países no final do século XIX e se acelera a partir do século XX. Assim, surgem iniciativas pontuais de cunho assistencial, restritivo e até coercitivo, ganhando destaque as legislações da Alemanha e Inglaterra (BEHRING E BOSCHETTI, 2011).

Neste aspecto, segundo Behring (2006), existe certo consenso em torno do final do século XIX como período de criação e multiplicação das primeiras legislações e medidas de proteção social, após um intenso e polêmico debate entre liberais e reformadores sociais humanistas.

O percurso histórico da sociedade, sobretudo inserida no contexto do capital, subsidia condições para a sucessiva atribuição de responsabilidade pela proteção social ao Estado. Para Pereira (2008), o Estado não existe em abstrato e nem em sentido absoluto, é preciso especificá-lo, pois, como fato histórico ele existe sob diferentes modalidades e configurações. É um fenômeno histórico e relacional. Por essa razão, o Estado constitui relação com todas as classes sociais, a fim de se legitimar e fortalecer sua base de sustentação. Além disso, reafirma-se que este é criatura da sociedade, é esta que o engendra e o mantém.

Sobre esse aspecto, é possível assimilar que o Estado desde a sua criação, vem tomando algumas responsabilidades no que tange ao social. Porém, isso não ocorre com o intuito de garantir o bem comum, mas sim como forma de controle e manutenção da ordem no sistema capitalista, fato este que muitas vezes foi visto na história através de ações repressivas (PASTOR & BREVILHERI, 2009).

Embora muitas vezes o Estado seja o suporte dos interesses da classe dominante, ele intervém em demandas da sociedade civil para sua própria perpetuação e legitimidade (PEREIRA, 2008). Historicamente, a relação do Estado com as políticas sociais foi perpassada pelo desenvolvimento das forças produtivas, embalado pelo processo de industrialização e pelo aumento do poder político dos trabalhadores, que passaram a buscar seus direitos diante do adensamento das desigualdades sociais (as refrações e/ou expressões da questão social na vida da classe trabalhadora).

Behring e Boschetti (2011) enfatizam que as respostas às demandas visualizadas nas mais variadas expressões da questão social, podem ser alcançadas e reconhecidas constitucionalmente como direito social por meio das políticas sociais, que tem como premissa a responsabilidade de regulação e oferta pelo o Estado.

Serafim e Dias (2012 p. 122) ressaltam que em especial nos países da América Latina, a concepção de Estado configura-se como a “principal entidade responsável por promover o desenvolvimento nacional, percepção esta gerada pelas próprias experiências históricas dos países da região”. Assim, o Estado também se forma e transforma-se no ínterim do contexto social.

Nos países de capitalismo central, as principais políticas de proteção social (seguridade social), nas quais estão a saúde, a previdência e a assistência social, devem ser consideradas como produto histórico das lutas do trabalho, na medida em que respondem pelo atendimento de necessidades inspiradas em princípios e valores socializados pelos trabalhadores e reconhecidos pelo Estado e pelo patronato. Portanto, “o escopo da seguridade depende tanto do nível de socialização da política conquistado pelas classes trabalhadoras, como das estratégias do capital na incorporação das necessidades do trabalho” (MOTA, 2006 p.1).

Behring (2006) apresenta que a extensão de medidas de seguridade social no capitalismo ocorre somente no período pós Segunda Guerra Mundial, onde se apresenta a experiência singular do *Welfare State* em alguns países da Europa Ocidental, destacando o Plano *Beveridge* na Inglaterra, 1942, concomitante a diversos padrões de proteção social. Variedade ligada às diferentes relações entre as classes sociais e segmentos de classe e condições econômicas gerais que interferem nas opções políticas e econômicas dos governos, isso tanto nos países de capitalismo central como da periferia.

Para Mota (2006, p.1)

Em geral, os sistemas de proteção social são implementados através de *ações assistenciais* para aqueles impossibilitados de prover o seu sustento por meio do trabalho, para *cobertura de riscos do trabalho*, nos casos de doenças, acidentes,

invalidez e desemprego temporário e para *manutenção da renda* do trabalho, seja por velhice, morte, suspensão definitiva ou temporária da atividade laborativa.

Soares e Burginski (2021) afirmam que o Estado assumiu função estratégica nas intervenções e processos de valorização, acumulação e (re)produção do capital via superexploração da força de trabalho, visando os interesses de acumulação do capital. Tal papel do Estado foi assumido na particularidade do capitalismo dependente, como é a realidade do Brasil. Pois o capitalismo dependente imprime contornos particularidades à luta de classes e ao papel desempenhado pelo Estado, de acordo com o grau de desenvolvimento de forças produtivas na periferia do mundo capitalista. A conformação econômica e histórico-social dos países de capitalismo dependente implicou em desafios e limites estruturais para a materialização da universalização dos direitos sociais por meio das políticas sociais.

No Brasil, somente a partir de meados dos anos de 1980 do século XX que se apresenta iniciativas à institucionalização dos primeiros passos em favor do exercício da cidadania, da redemocratização do país, da constitucionalização de novos direitos sociais, trabalhistas e políticos (MOTA, 2006).

Para Sposati (2009), a Constituição Federal (CF) de 1988 operou mudanças fundamentais, pois acrescentou, mesmo que conceitualmente na agenda dos entes públicos, um conjunto de necessidades até então consideradas de âmbito pessoal ou individual, especialmente ao afiançar os direitos humanos e sociais como responsabilidade pública e estatal.

Com a CF de 1988, se inaugura também a introdução da “seguridade como um guarda-chuva que abriga três políticas de proteção social: a saúde, a previdência e a assistência social” (SPOSATI, 2009 p. 13). Contudo, mesmo que a estrutura da seguridade brasileira pós-1988 tenha a direção e o conteúdo daquelas que assentem o Estado de bem estar nos países desenvolvidos, no Brasil,

as características excludentes do mercado de trabalho, o grau de pauperização da população, o nível de concentração de renda e as fragilidades do processo de publicização do Estado permitem afirmar que no Brasil a adoção da concepção de seguridade social não se traduziu objetivamente numa universalização do acesso aos benefícios sociais (MOTA, 2006 p.03).

Apesar dos avanços legais da constituição de 1988, estiveram presentes neste contexto as contradições inerentes à sociedade, pois muito se avançou, mais novos desafios surgiram diante da hegemonia do chamado neoliberalismo a partir dos anos de 1990 em nosso país, que

obstaculizou a implementação da CF de 1988 com o processo de privatizações e ajustes fiscais, com a redução dos gastos com as políticas sociais.

No contexto de crise do capital ocorreu a proliferação das ideias neoliberais que incidiram na chamada reforma do Estado, justificada pela defesa de redução de gastos públicos com políticas sociais e do ajuste fiscal por meio da privatização de empresas públicas.

Segundo Behring (2003), as ideias neoliberais de reforma do Estado ganharam corpo entre as gestões do governo de Fernando Collor e de Fernando Henrique Cardoso durante a década de 1990, logo após a consagração das políticas de saúde, assistência Social e previdência social como constitutivas do sistema de seguridade social na Constituição de 1988. É neste sentido que a autora afirma que não se pode falar de uma “reforma” no Brasil, sob a ótica redistributiva, porque historicamente o termo esteve associado ao ideário social-democrata. Assim, no Brasil apenas se pode falar de uma contrarreforma do Estado, que significou a retração de direitos sociais conquistados na Constituição Federal de 1988 pelo movimento popular em contexto de redemocratização do país.

Portanto, vivencia-se até hoje uma luta constante em defesa da ampliação da cidadania para se firmar e reafirmar os direitos sociais conquistados na constituição de 1988. Contudo, no Brasil, com os adventos democrático-populares da década de 1980 e a promulgação da Constituição Federal de 1988 inaugurou-se um padrão de proteção social afirmativo de direitos sociais enquanto direitos de cidadania (PEREIRA, 2005). O art.194 da Carta Magna estabelece a constituição da seguridade social como um direito social fundamental. E em relação à Política de Assistência Social, em seu artigo 203 está assegurado que:

**Art. 203.** A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição a seguridade social, e tem por objetivos:

- I – a proteção a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice;
- II – o amparo as crianças e adolescentes carentes;
- III – a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração a vida comunitária;
- V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (BRASIL, 1988, p. 122).

Nessa inserção da Assistência Social como direito, a constituição de 1988 viabiliza e estende o acesso a direitos básicos, até então não garantidos em lei. Corresponde assim a uma

grande conquista no campo dos direitos, embora ainda seja uma luta constante afim de que se concretizem na realidade.

Neste cenário, a Assistência Social legitimada como direito percorreu um caminho até a Constituição Federal de 1988, que a conclamou no tripé da Seguridade Social brasileira. Por décadas apoiada, sobretudo a partir da década de 1930, na matriz do favor, do clientelismo, do apadrinhamento, esta área de intervenção do Estado caracterizou-se historicamente como não política, renegada a segundo plano e marginal no conjunto das políticas públicas (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2010).

Para Sposat (2009) a inclusão da Assistência Social significou a extensão no campo dos direitos humanos e sociais e, conseqüentemente, introduziu a exigência do entendimento da mesma como política pública, no sentido de ser capaz de formular com objetividade o conteúdo dos direitos do cidadão em seu meio de atuação. A autora sublinha como inovadora a decisão da inclusão da assistência social na seguridade social:

Primeiro, por tratar esse campo como de conteúdo da política pública, de responsabilidade estatal, e não como uma nova ação, com atividades e atendimentos eventuais. Segundo, por desnaturalizar o princípio da subsidiariedade, pelo qual a ação da família e da sociedade antecedia a do Estado. O apoio a entidades sociais foi sempre o biombo relacional adotado pelo Estado para não quebrar a mediação da religiosidade posta pelo pacto Igreja-Estado. Terceiro, por introduzir um novo campo em que se efetivam os direitos sociais (SPOSAT, 2009, p. 14).

E no processo histórico de desenvolvimento da política de Assistência Social no Brasil, cabe destacar que em dezembro de 1993, após cinco anos de debates, pressão e negociação no Congresso e no Governo Federal para a sua sanção foi promulgada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) - Lei nº 8.742 -, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, a partir da qual foi possível a regulamentação e inscrição da referida política no rol dos direitos sociais, sob a responsabilidade do Estado e direito do cidadão, estabelecendo diretrizes para sua organização e gestão (MDS, 2013).

Com a LOAS foi estabelecida como uma das primeiras determinações alargada a todos os entes federativos, a constituição em lei de um conselho, criando em lei a relação colegiada e horizontal de gestão dessa política, um fundo público a fim de possibilitar maior transparência no uso dos recursos financeiros, e um plano de ação provocando a quebra do personalismo e a tradição de ações emergenciais marcadas pelo pragmatismo do imediato (BRASIL/MDS, 2013).

Yazbek (2008) pontua que cabe a Assistência Social ações de prevenção e provimento de um conjunto de garantias ou seguranças que reduzam ou previnam exclusões, riscos e

vulnerabilidades sociais, bem como atendam às necessidades emergentes ou permanentes decorrentes de problemas pessoais ou sociais de seus usuários.

Assim, a Política de Assistência Social tem como público alvo aqueles que vivenciam situações de vulnerabilidade e riscos, tais como:

famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (PNAS, 2004 p.33).

Com a Política de Assistência Social obteve-se a divisão das proteções afiançadas, sendo elas: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. A PNAS (2004) descreve a proteção social básica como aquela que visa prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Esse tipo de proteção está direcionado à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação, fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social. Essa modalidade de proteção desenvolve serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada.

A proteção social especial visa o atendimento assistencial às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social. Serviços estes que solicitam acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas. Comportam encaminhamentos monitorados, apoios e processos que garantam qualidade na atenção protetiva e efetividade na reinserção ansiada. Nesta modalidade, há os serviços de média e alta complexidade. Sendo os de média complexidade aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, porém os vínculos familiares e comunitário não foram rompidos. Os serviços de proteção social especial de alta complexidade garantem proteção integral como moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário (PNAS, 2004).

Conforme o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) foi a partir de 2003 que um amplo processo de participação contribuiu nas deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social. Esta conferência alçou novos voos na história desta política pública, ao

referendar, como principal deliberação, a implementação de um novo modelo de gestão para área, o SUAS (BRASIL, 2013).

A partir disso, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) aprovou, por meio da Resolução CNAS ° 145/2004, um novo texto para a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, que estabeleceu os eixos estruturantes para a implantação do SUAS no país. Essa operacionalização e implantação foi instituída a partir da aprovação, pelo Conselho Nacional, da nova Norma Operacional Básica do SUAS (Resolução CNAS nº 130/2005 – NOB SUAS), considerada como um grande ganho para os serviços socioassistenciais dentro da Política de Assistência Social (BRASIL/NOB/SUAS, 2005).

Com a aprovação da Norma Operacional Básica de Assistência Social - NOB de 2005 - foram definidas três funções da política de assistência social: 1) a proteção social, 2) a vigilância socioassistencial e 3) a defesa social e institucional de direitos. Essa norma operacional consagrou as bases estruturais essenciais para a implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

O SUAS é o modelo de gestão da política de Assistência Social em todo o território nacional. Esse modelo articula as funções desta política nos entes federados, organizando as ações por níveis de complexidade e portes dos municípios. Este sistema único (gestão em rede) pressupõe um novo paradigma de gestão de forma descentralizada e participativa, rompendo com o histórico centralizador, descontínuo e caritativo da assistência social.

A partir da NOB/SUAS obteve-se a definição de instrumentos de gestão, monitoramento e avaliação, bem como dos serviços e de equipes profissionais para efetivação das ações. É uma forma de organização das ações, é sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, tem por função a gestão de conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira (BRASIL/NOB/SUAS, 2005).

Por essa razão, entre os principais marcos legais de estruturação e execução da Política de Assistência Social em âmbito nacional destacam-se a PNAS (2004), a NOBSUAS de 2005, a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS), a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009) e a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS.

O SUAS regula e organiza em todo o território nacional as ações socioassistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios priorizam a atenção às famílias (matricialidade sociofamiliar), seus membros e indivíduos e o território como base de organização. Sua gestão é compartilhada, cofinanciamento da política pelas três esferas de governo e definição clara das competências técnico-políticas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil e estes têm o papel ativo na sua implementação.



**Figura 1:** Eixos estruturantes da gestão do SUAS.

**Fonte:** Elaboração de Lima (2021) a partir de dados retirados da PNAS (2004)

Para Sposati (2013 p.25), a regulação do SUAS, “se de fato entendida e praticada é a grande arma de luta em defesa do campo da política de assistência social”, isto porque orienta e define as condições objetivas nas quais a política é conclamada a atuar e a ter definido orçamentariamente o custo e custeio de seus serviços a partir de padrões de operação definidos.

Não se pode eximir, porém, de situar o campo de lutas e contradições presentes no decorrer do trato histórico que permeia a Assistência Social no Brasil, para Yazbek (2008, p.97).

Trata-se, pois, de um processo contraditório, um momento onde mais uma vez, na história brasileira estão em disputa os sentidos dessa política. Os rumos (...) permitirão que o Suas se coloque (ou não) na perspectiva de forjar formas de resistência e defesa da cidadania dos excluídos, ou apenas reiterar práticas conservadoras e assistencialistas.

Mesmo após esses avanços em bases regulamentadas, na primeira década após a CF de 1988, ainda se enfrentou muitos desafios para desatar as amarras de uma não política, renegada a pontualidade, sobreposições e com regulação frágil, ainda mais “como toda política

social, é um campo de forças entre concepções, interesses, perspectivas, tradições” (SPOSATI, 2009 p.15). Onde sua efetivação como tal “não escapa do movimento histórico entre as relações de forças sociais” (idem).

A política de Assistência Social tem passado por uma gama de desafios, dentre os quais os cortes orçamentários, os retrocessos em suas legitimações, e têm se destacado e apresentado dilemas ainda maiores para sua legitimação como direito. Mesmo assim os trabalhadores e trabalhadoras do SUAS, têm se desdobrado e lutado no intuito de garantir às seguranças preconizadas à população usuária.

## 1.2 - CONSIDERAÇÕES SOBRE DESASTRES NO CAMPO DAS SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA E CALAMIDADE PÚBLICA

Para que se subsidie a compreensão conceitual sobre desastres é preciso definir do que se trata as situações de emergência ou calamidade pública. No âmbito internacional, segundo a definição do ISDR, desastre é entendido como:

Uma séria ruptura do funcionamento de uma comunidade ou sociedade, causando perdas humanas, materiais, econômicas e ambientais expressivas (*widespread*) que excedem a capacidade da comunidade ou sociedade em atender (*to cope*) com os próprios recursos (ISDR, 2004, p. 32).

No contexto nacional de nosso país a compreensão sobre desastres baseia-se na Instrução Normativa do Ministério da Integração Nacional Nº 01 de 2012, que estabeleceu os procedimentos e critérios para a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade, para o reconhecimento federal das situações de anormalidade decretadas pelos entes federativos e dá outras providências.

Nesse entendimento é preciso pontuar primeiramente o desastre, que é a base para definição de emergência e calamidade. No art. 1º da referida instrução normativa, o desastre é descrito como resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um cenário vulnerável, causando grave perturbação ao funcionamento de uma comunidade ou sociedade, envolvendo extensivas perdas e danos humanos, materiais, econômicos ou ambientais, que excede a sua capacidade de lidar com o problema usando meios próprios.

Os desastres são quantificados em função dos danos e prejuízos, em termos de intensidade. Mas salienta-se que “a quantificação da intensidade de um desastre seja definida em termos objetivos e a partir de uma ótica coletivista; na visão subjetiva das vítimas, qualquer desastre é muito importante” (CEPED/UFSC, 2012 p. 32). Pois é indubitável que

normalmente o fator preponderante para a intensificação de um desastre é o grau de vulnerabilidade do sistema receptor. Os desastres são classificados em quatro níveis: nível I, desastres de pequena intensidade (porte) ou acidentes; nível II, desastres de média intensidade (porte); nível III, desastres de grande intensidade (porte); e nível IV, desastres de muito grande intensidade (porte).

Sendo assim discriminados:

Nível I - Os desastres de pequeno porte (intensidade) ou acidentes são caracterizados quando os danos causados são pouco importantes e os prejuízos pouco vultosos e, por isso, são mais facilmente suportáveis e superáveis pelas comunidades afetadas (...).

Nível II - Os desastres de médio porte (intensidade) são caracterizados quando os danos causados são de alguma importância e os prejuízos, embora não sejam vultosos, são significativos. Apesar disto, esses desastres são suportáveis e superáveis por comunidades bem informadas, preparadas, participativas e facilmente mobilizáveis (...).

Nível III - Os desastres de grande porte (intensidade) são caracterizados quando os danos causados são importantes e os prejuízos vultosos. Apesar disto, esses desastres são suportáveis e superáveis por comunidades bem informadas, preparadas, participativas e facilmente mobilizáveis (...).

Nível IV - Os desastres de muito grande porte (intensidade) são caracterizados quando os danos causados são muito importantes e os prejuízos muito vultosos e consideráveis (CEPED/UFSC, 2012 p. 32 - 35).

Esses diferentes níveis vão determinar também se são superáveis, suportáveis ou não pelas comunidades, indicado as medidas a serem tomadas, a partir de cada realidade. Segundo a Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (Cobrade), a tipologia dos desastres compreendem:

1. NATURAIS												
1. Geológico		2. Hidrológico			3. Meteorológico			4. Climatológico	5. Biológico			
Terremoto	Emanação vulcânica	Movimento de massa	Erosão	Inundações	Enxurradas	Alagamentos	Sistemas de grande escala/Escala regional	Tempestades	Temperaturas extremas	Seca	Epidemias	Infestações/Pragas
2. TECNOLÓGICOS												
1. Desastres relacionados a substâncias radioativas		2. Desastres relacionados a produtos perigosos			3. Desastres relacionados a incêndios urbanos		4. Desastres relacionados a obras civis	5. Desastres relacionados a transporte de passageiros e cargas não perigosas				

5. Transporte aquaviário
4. Transporte marítimo
3. Transporte aéreo
2. Transporte ferroviário
1. Transporte rodoviário
2. Rompimento/ colapso de barragens
1. Colapso de edificações
1. Incêndios urbanos
4. Desastres relacionados a transporte de produtos perigosos
3. Desastres Relacionados a conflitos Bélicos.
2. Desastres relacionados à contaminação da água.
1. Desastres em plantas e distritos industriais, parques e armazenamentos com extravasamento de produtos perigosos.
3. Desastres relacionados com riscos de intensa poluição ambiental provocada por resíduos radioativos
2. Desastres com substâncias e equipamentos radioativos de uso em pesquisas, indústrias e usinas nucleares
1. Desastres siderais com riscos radioativos

**Figura 2:** Classificação dos Desastres

Elaboração própria a partir dos dados da Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (Cobrade)

Nessas condições, o restabelecimento da situação de normalidade depende do tipo, dos impactos, mobilização, da ação coordenada e recursos tanto a nível municipal, estadual, federal ou dos três níveis e, em alguns casos, até de ajuda internacional.

Dos critérios para decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública da Instrução Normativa do Ministério da Integração Nacional Nº 01 de 2012, no Art. 1º entende-se como:

- II – **situação de emergência:** situação de alteração intensa e grave das condições de normalidade em um determinado município, estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo parcialmente sua capacidade de resposta;
- III – **estado de calamidade pública:** situação de alteração intensa e grave das condições de normalidade em um determinado município, estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo substancialmente sua capacidade de resposta; (BRASIL, 2012, s/p, **grifo nosso**).

Com as pesquisas de Baker (2002) é possível depreender que foi a partir do estudo de Prince em 1920, ao analisar o incêndio de grandes proporções no ano de 1917 na cidade de Halifax, no Canadá, onde ocorreu uma colisão entre dois navios que gerou a explosão de um suprimento de munição atingindo mais de 10 mil pessoas (feridos e mortos), que se passou a trabalhar com as categorias de emergência e calamidade pública, sob a forma de estudo científico, pois nessa situação de desastres foram observados os aspectos positivos e negativos, principalmente para o desenvolvimento da cidade.

Também ocorreu posteriormente a institucionalização de estudos sobre desastres e seus impactos, formas de mitigação e redução, a partir de agências internacionais. Em 1971, por exemplo, com a criação da *United Nations Disaster Relief Organization* (Undro), que passou mais tarde a incorporar a *International Strategy for Disaster Reduction* (ISDR) - entidade habilitada nas estratégias mundiais de redução de desastres -, tiveram impulsos os estudos e as

explicações dos desastres que passaram a incluir os fatores sociais e econômicos, as vulnerabilidades e os riscos (MARQUES, 2011).

Neste sentido ressalta-se o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015- 2030, sendo este adotado na Terceira Conferência Mundial sobre a Redução do Risco de Desastres, realizada de 14-18 março de 2015, em Sendai, Miyagi, no Japão. Nesta Conferência Mundial, os Estados reiteraram o compromisso com a redução do risco de desastres e com o aumento da resiliência a desastres, considerando um tema urgente tanto no contexto de desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza adequando-se a integração em políticas, planos, programas e orçamentos de todos os níveis.

O referido Marco, pretende ao longo de 15 anos:

Redução substancial nos riscos de desastres e nas perdas de vidas, meios de subsistência e saúde, bem como de ativos econômicos, físicos, sociais, culturais e ambientais de pessoas, empresas, comunidades e países (Undro, 2015 p. 07).

Ainda é ressaltado que para o alcance do resultado, deve ser buscado:

Prevenir novos riscos de desastres e reduzir os riscos de desastres existentes, através da implementação medidas econômicas, estruturais, jurídicas, sociais, de saúde, culturais, educacionais, ambientais, tecnológicas, políticas e institucionais integradas e inclusivas que previnam e reduzam a exposição a perigos e a vulnerabilidade a desastres, aumentar a preparação para resposta e recuperação, e, assim, aumentar a resiliência (Undro, 2015 p. 07).

O documento ora citado estrutura-se a partir do resultado esperado e objetivo, os Princípios norteadores, as Prioridades de ação, sendo estas: I Compreensão do risco de desastres; II Fortalecimento da governança do risco de desastres para gerenciar o risco de desastres; III Investir na redução do risco de desastres para a resiliência; IV Aumentar a preparação para desastres para uma resposta eficaz e para "Reconstruir Melhor" em recuperação, reabilitação e reconstrução. Além disso ainda salienta o Papel das partes interessadas e a Cooperação internacional e parceria global.

No âmbito deste Marco global, se depreende a importância do tema, e as discussões inerentes a sua redução, uma vez que pode se desdobrar a partir de questões ambientais, econômica, sociais, políticas, dentre outras na sociedade como um todo.

Dutra (2018) ao citar os estudos de Gilbert (1995), sublinha que as primeiras abordagens sobre desastres estiveram direcionadas a dados quantitativos. Sendo a década de 1970 o marco para novas formas de abordagem dentro das Ciências Sociais, levando em conta

e reconhecendo a importância de aspectos sociais para uma compreensão mais ampla e abrangente, abrangendo a sociologia dos desastres como referência.

Para bem situar essas discussões ressalta-se o entendimento dos desastres em suas múltiplas dimensões, que não se findam em bases quantitativas ou no “natural”, mas se constituem também a partir de problemáticas ambientais, onde o esgotamento da natureza com que se convive atualmente pode ser considerado uma das implicações da forma como o modo de produção se apropriou e se apropria da terra, do trabalho e da natureza (MARQUES, 2011).

Desse modo, a forma de apropriação da natureza inserida na sociedade sob signo do capital engendra crises, quais se desdobram desde a ambiental, econômica, política e social, por isso a abordagem supõe essa necessária interlocução dos nuances de um desastre, não os tendo de forma isolada e desprendida das contradições do sistema do capital.

Em sua análise Dutra (2018) parte do entendimento de que desastres são acontecimentos resultantes das ações humanas. Não se caracterizam, portanto, por eventos isolados, individualizados e descolados da estrutura social. A autora ainda ressalta que essa concepção de racionalidade hegemônica presente na gestão de desastres deslocada da estrutura social, é presente também em outros países do mundo e avessa ao posicionamento cunhado pela Sociologia dos Desastres. Posicionamento que ainda vem solidificando na categoria e afirmando adeptos das discussões ao longo dos últimos anos.

Valencio (2012) afirma que os desastres se caracterizam por processos de entrelaçamento com outros aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais, que se manifestam amplamente, onde apesar da apresentação em forma de emergência, pela agudização de determinantes, não se restringe àquele momento.

Alguns fatores de vulnerabilidade que aumentam o risco de desastre são: aumento da densidade demográfica e assentamentos precários; políticas de habitação urbana; degradação ambiental; ineficiência de políticas de proteção social; ocupação inadequada do solo; inexistência de planejamentos urbanísticos; ausência de mapeamentos de risco e de Planos Municipais de Redução de Riscos; segregação espacial (FURTADO, 2012).

Dutra (2018, p 20) contribui para essa discussão ao destacar que “os desastres tanto agudizam expressões da questão social, como são em si mesmos, mais uma das expressões [...]”. Ainda ressalta que muitos estudos já produzidos sobre questão social, inclusive no âmbito do Serviço Social, podem contribuir para a reflexão sobre desastres.

Para Santos (2012) os desastres “[...] constituem-se como ameaças à vida social, especialmente às populações que vivenciam a exclusão socioespacial e a socioeconômica, que são, majoritariamente, as mais afetadas nesses contextos” (p. 36). Diante dessa realidade,

demanda-se intervenções da política de Assistência Social, tendo em vista seus objetivos os quais buscam contribuir para o desenvolvimento humano e social dos sujeitos numa perspectiva intersetorial com outras políticas públicas.

Tal referência conceitual apresentada delineará a abordagem deste trabalho e dos vínculos estabelecido com objeto de pesquisa, assumindo a questão de enchentes dos rios no município de Barreirinha a partir de seus impactos como ingressa aos níveis da categoria de desastres, pois, por vários anos o fenômeno demandou ao poder público a decretação de situações de emergência e calamidade pública no município.

### 1.3 - POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA E ESPECIFICIDADES DAS SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA E CALAMIDADE PÚBLICA

Dentre os serviços da proteção social especial da Política de Assistência Social brasileira, enfatiza-se neste item o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências. De acordo com o MDS (2013) é um serviço de proteção especial do SUAS para enfrentamento de situações de Calamidades Públicas e Emergências reconhecidas pelo Ministério da Integração.

A partir das considerações anteriores sobre desastres, nota-se o importante papel das políticas públicas de forma geral, para tentar sanar ou minimizar os impactos de uma situação de desastre. E neste estudo foca-se a atuação da Política de Assistência Social neste contexto de desastres.

A Tipificação Nacional dos serviços Socioassistenciais, aprovada pela Resolução n. 109 de 11 de novembro de 2009, foi um importante passo nesse processo de construção institucional, reunindo o conjunto dos Serviços que integram o SUAS, com a correspondente definição, objetivos e provisão, considerando o público a que se destina, as situações atendidas e as seguranças socioassistenciais a serem afiançadas. Nela estão dispostas as formas de atendimento e as situações de risco à calamidade pública.

Destaca-se, ainda, que a resolução supracitada diz respeito a uma série de ações que corroboram com o processo de trabalho dos profissionais da Assistência Social, sobretudo nas questões que envolvem os impactos decorrentes de desastres. E neste estudo o foco está voltado para a Região Amazônica, em situações de emergência e calamidade pública decorrentes de desastre ocasionado pelas enchentes e vazantes dos rios.

Santos (2012, p.99), traça algumas considerações:

A resolução foi um avanço, no entanto, precisa ser ainda revista, pois, acredita-se que esta tipificação deveria prever a proteção social básica, a inclusão da pauta dos desastres, educação ambiental, desenvolvimento da cultura de risco e memória do risco nas comunidades afetadas.

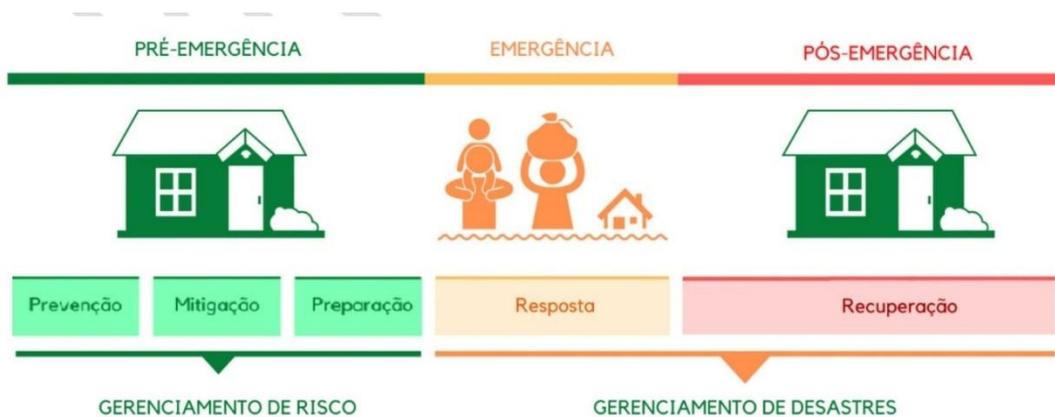
Os apontamentos da autora contribuem no sentido de ampliar as discussões sobre a atuação profissional no campo da assistência social, pois, a resolução e outras produções enfatizam as atuações pós-impacto, não trabalhado muito com os aspectos de medidas preventivas.

As situações de emergência e calamidade pública pensadas a partir da categoria de desastre, pelos impactos que tem na vida das pessoas, “colocam-se como um desafio para a Política de Assistência Social porque explicitam ainda mais as desigualdades sociais, pois embora atinjam todas as classes sociais, sem dúvida são os mais pobres os maiores atingidos” (VÍGOLO, 2013).

A política de assistência social é considerada uma das políticas centrais para o enfrentamento de situações de desastre, pela sua característica de operar na esfera das necessidades sociais e das situações de risco e o atendimento da população afetada (SANTO, 2012; DUTRA, 2018).

Ao longo dos anos, o SUAS foi chamado a atuar em diferentes emergências socioassistenciais em todos os níveis da federação (BRASIL, 2020). Em 2010, a Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS passou a compor o Conselho Nacional de Defesa Civil. Momento ímpar de discussão que levou à publicação da Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) e coloca a Assistência Social, em conjunto com outras políticas públicas, como parte do sistema nacional e como agente de proteção e defesa civil.

As fases definidas pela área de proteção e defesa civil, conforme Instrução Normativa nº2, de 20 de dezembro de 2016, do Ministério da Integração Nacional, considerando a gestão de risco e a gestão do desastre, são: prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação. Estas fases interrelacionam-se com as etapas de atuação do SUAS previstas nas Diretrizes para Atuação em emergência socioassistencial (2020), quais sejam: pré-emergência; emergência e pós-emergência.



**Figura 3:** Etapas de atuação do SUAS

**Fonte:** Diretrizes para Atuação da Assistência Social em contextos de emergência socioassistencial (MDS, 2020)

As Diretrizes para Atuação da Política de Assistência social em contextos de emergência socioassistencial (2020), apresentam estas particularidades na ação do SUAS, por isso são consideradas um avanço nessa área, visto que anteriormente só havia o serviço tipificado na Resolução nº 109.

Apesar da existência desse serviço específico, destinado, o fato de emergências envolverem o desencadeamento ou agravamento de situações de vulnerabilidade, riscos e outras formas de violação de direitos, faz com que a resposta da Assistência Social repercuta em ações de ambas as proteções, básica e especial em sua totalidade. Devendo, assim, ultrapassar a dimensão primeira do atendimento imediato, buscado a garantia das seguranças socioassistenciais, a partir da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios nos territórios (BRASIL, 2020).

Neste âmbito, a atuação da política de Assistência Social constitui-se como base para que a população afetada tenha acesso aos serviços básicos disponíveis e seus direitos fundamentais garantidos, durante e após a emergência. Assim, propicia o apoio à população afetada e a garantia de meios necessários à sobrevivência, como também a redução de vulnerabilidades e riscos sociais.

Ganham destaque nesse campo, a partir das referidas Diretrizes de Atuação da Política de Assistência social em contextos de emergência socioassistencial (2020), os seguintes eixos estratégicos de atuação: A gestão legal, administrativa e orçamentária; Vigilância Socioassistencial; Trabalho Social com famílias e indivíduos; Benefícios socioassistenciais e transferência de renda; Acolhimento; Articulação e Intersetorialidade (BRASIL, 2020).

Estes eixos tem grande importância em cada etapa de atuação, e estão interligados para garantir segurança à população afetada, tendo cada um suas especificidades e competências de cada ente federado.

De modo geral, a temática de desastres e/ou situações de emergência e calamidades públicas vem se destacando dentro do SUAS, que ainda tem o desafio e necessidade de ampliação progressiva do escopo (CNAS, 2021) e atuação nesse contexto. As Conferências de Assistência Social realizadas no ano de 2021, detinham em seus eixos, um específico para discussão da atuação do SUAS em situações de emergência e calamidades públicas, o que denota um avanço e contribuição para aprimorar a Política de Assistência Social, o que ratifica a necessidade da ação e presença de tal política nessas situações.

**1.4 - A MULTIDIMENSIONALIDADE DA POBREZA E VULNERABILIDADE SOCIAL:**  
As particularidades em contexto amazônico no município de Barreirinha no estado do Amazonas.

A Amazônia se apresenta sob diferentes características, permeada por uma realidade contraditória da qual está sujeita, a partir das constantes investidas do capital na região que afetam de forma multifacetada as populações amazônicas.

Situado no contexto amazônico, este tópico do estudo visa realizar uma abordagem histórica das particularidades do modo de vida que perpassa a região, discorrendo sobre as formas de expressões da questão social na Amazônia, no que tange a multidimensionalidade da pobreza<sup>9</sup> e vulnerabilidade<sup>10</sup> social presentes no *locus* de estudo, o município de Barreirinha, a partir de dados de pesquisa bibliográfica e documental, sobretudo disponíveis em plataformas como IBGE, SAGI/ MDS.

A Amazônia Legal além de outras características que se adornam e somam-se à região norte, se compõe de realidades singulares no que concerne à sua formação territorial, geográfica, cultural, econômica e social. Os estados que a compõem dialogam e se aproximam

---

<sup>9</sup> O estudo de Siqueira (2011 p. 336) coloca a categoria “pobreza” no debate do Serviço Social considerando: a) a “pobreza” com um fenômeno que na sociedade capitalista existe e se determina na sua relação dialética com a acumulação; b) a “pobreza” como um fenômeno que, tendo este gênese comum, se manifesta numa variedade e heterogeneidade de formas, atingindo diferentemente populações e sujeitos, em realidades singulares, com as quais se defronta, na sua prática profissional, o assistente social; c) o enfrentamento à “pobreza” embasando o conjunto de valores que orientam a prática profissional, porém não num compromisso natural ou até moral, mas no posicionamento ético-político situado na dialética pobreza/acumulação.

<sup>10</sup> Carneiro e Veiga (2004) definem vulnerabilidade como exposição a riscos e baixa capacidade material, simbólica e comportamental de famílias e pessoas para enfrentar e superar os desafios com que se defrontam. Portanto, os riscos estão associados, por um lado, com situações próprias do ciclo de vida das pessoas e, por outro, com condições das famílias, da comunidade e do ambiente em que as pessoas se desenvolvem.

em características como áreas rurais e urbanas sob o prisma da segregação social, condições de vida precárias, especificamente no auge da vazante e enchente dos rios, escasso acesso dos cidadãos rurais às ações e serviços das políticas públicas, entre outros (CARNEIRO, 2016).

No decorrer do processo histórico da Amazônia, pode-se verificar uma diversidade de grupos sociais, que contribuíram de maneira diversa para a conformação da população local, tanto do ponto de vista cultural quanto social. “No contexto rural amazônico observa-se a existência de um heterogêneo conjunto de grupos sociais formados por populações indígenas, caboclas, ribeirinhas, migrantes entre outras” (CHAVES; BARROSO; LIRA, 2009). Não somente a área rural, mas a área urbana abarca essa formação. Para Mello (2015), a região Amazônica se manteve por muitas vezes à distância tanto por obstáculos de cunho:

geográficos, por deficiências de transporte e comunicações, condições historicamente responsáveis pelos fluxos reduzidos de comércio, de investimentos, de pessoas e de culturas, pela baixa inserção da economia local nas redes dinâmicas do mercado nacional e mundial e, conseqüentemente, pelo subdesenvolvimento estrutural (MELLO, 2015,p.104-105).

Assim, no território amazônico se apresentam as mais diversas expressões da questão social, congruentes com as características ambientais, histórica, política e social da região. Falar de Amazônia evolve um todo complexo, pois são vários os aspectos que a caracterizam, e se entrecruzam em sua dinâmica.

A inserção de grandes indústrias no processo de exploração dos recursos minerais, hídricos, agroindustriais, florestais e outros, tem refletido de forma negativa na vida da população, pois os recursos retirados dessas reservas não se destinam ao desenvolvimento da região e sim para o aumento de conflitos agrários, tráfico de drogas, prostituição, violência e etc (TEIXEIRA, 2009).

O Estado do Amazonas, integrante da Amazônia, carrega consigo este emaranhado de características e peculiaridades sócio históricas, culturais e ambientais. No bojo destes Estados que compõem a Amazônia legal<sup>11</sup>, o Amazonas aparece como sendo o maior em extensão territorial, inclusive do Brasil, por possuir 1.559.167,878 km<sup>2</sup>, embora detenha um dos mais baixos índices de densidade demográfica, ou seja, 2,23 habitantes por km<sup>2</sup> (IBGE, 2010).

---

<sup>11</sup> A região é composta por 772 municípios distribuídos da seguinte forma: 52 municípios de **Rondônia**, 22 municípios do **Acre**, 62 do **Amazonas**, 15 de **Roraima**, 144 do **Pará**, 16 do **Amapá**, 139 do **Tocantins**, 141 do **Mato Grosso**, bem como, por 181 Municípios do Estado do **Maranhão** dos quais, 21 deles, estão parcialmente integrados na Amazônia Legal. Possui uma superfície aproximada de 5.015.067,75 km<sup>2</sup>, correspondente a cerca de 58,9% do território brasileiro (IBGE, 2020).

Densidade demográfica que por muitas vezes foi defendida por oportunistas, com a chamada tese do vazio demográfico, que tem sido um olhar sobre as riquezas naturais, visando sua apropriação de forma predatória pelo capital. O que acarretou e ainda acarreta inúmeras consequências para a população regional, tanto no campo ambiental, como no social e econômico.

O Amazonas é composto de 62 municípios, com exceção da capital Manaus, a maioria desses municípios é de pequeno e médio porte. Onde, se não aqueles da região metropolitana da capital, só é possível chegar de barco ou avião, levando por via fluvial, muitas horas, e até dias para chegar ao destino.

Assim, mesmo com suas dificuldades econômicas, o Amazonas é um Estado que tem contribuído com o Produto Interno Bruto – PIB do país. Na região Norte, ele fica somente atrás do Pará, com 1,6% e 2,1%, respectivamente, do total nacional (SEPLAN/IBGE, 2014). Não obstante, o Amazonas também apresenta percentuais elevados de extrema pobreza. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), no último censo de nosso país, indicou que do total de 3.483.985 habitantes no Estado, 648.694 encontravam-se com renda *per capita* abaixo de R\$ 70,00. Neste ínterim, 46,06% da população considerada extremamente pobre estava concentrada na área urbana e 53,94% moram na zona rural.

As famílias na Amazônia buscam maneiras de garantir sua sobrevivência. Se atendo ao contexto de famílias empobrecidas, Maciel (2002 p. 126) ressalta que “as relações cotidianas presentes na realidade social das famílias empobrecidas são, via de regra, desconsideradas na formulação e constituição das políticas públicas, especialmente no tocante às particularidades regionais”.

É típico na região amazônica, a formação dos municípios às margens dos rios, sobretudo comunidades rurais, emergentes desde o processo de colonização e dos ciclos econômicos que impulsionaram o nascimento de vilas, dando origem aos municípios que hoje compõe a Amazônia (MAHAR, 1978; BATISTA, 2007).

Imerso neste cenário situa-se o município de Barreirinha. Este é um município do interior do Amazonas cuja sede situa-se a margem direita do rio Paraná do Ramos, afluente do rio Amazonas, assim como compreende em seu território o Rio Andirá, fazendo limite ao Norte com o município de Parintins e a Leste com o estado do Pará.

O município de Barreirinha pertence à Mesorregião do Centro Amazonense e Microrregião de Parintins. Localiza-se a leste de Manaus, possui área territorial de 5.751,00 km<sup>2</sup> e fica distante da capital Manauara a 330 km em linha reta e 420 km via fluvial, sendo

possível chegar de avião ou via fluvial, uma viagem a capital pode durar até 20hs em barcos de recreio, mas varia conforme a embarcação e nível do rio.

A população deste município no último censo (IBGE, 2010) era de 27.355 pessoas, sendo um município classificado como de pequeno porte II<sup>12</sup>. Em relação à população, verificou-se que 12.418 habitantes se concentravam em área urbana (45%), e na área rural eram 14.937 (55%) pessoas em comunidades, vilas e distritos que se estendem ao longo do rio Paraná do Ramos e do Rio Andirá.

Na extensão destes rios está localizado um total de 157 comunidades rurais, banhadas pelo Paraná do Ramos e que estão sob um ambiente de várzea<sup>13</sup> e às margens do rio Andirá (RIBEIRO *et al.* 2019).

Em seu território estão presentes comunidades de povos tradicionais, como 59 comunidades Ribeirinhas, 57 indígenas e 5 comunidades quilombolas. As 57 comunidades indígenas estão localizadas ao longo do Rio Andirá, parte do rio Marau e uma parte em terras do Estado Pará (SEMAS, 2018).

A principal fonte de renda do município advém da contratação no setor de serviços públicos e nos serviços oriundos do setor primário. O município possui como suas principais atividades econômicas: setor primário - a agricultura, pecuária, pesca, avicultura, extrativismo vegetal; no setor secundário - comércios, fábricas de moveis e gelo; setor terciário - com hotéis e pensões comércio atacadista e varejista (SEMAS, 2018).

No que tange ao rendimento per capita mensal por domicílio permanente, Barreirinha apresentava a seguinte situação conforme o levantamento do IBGE do ano de 2010.

<b>Domicílios particulares permanentes</b>	<b>5153 domicílios</b>
Classes de rendimento nominal mensal domicilia per capita	
Sem rendimento	493 domicílios
Até ¼ de salário mínimo	2481 domicílios
Mais de ¼ a ½ salário mínimo	903 domicílios
Mais de ½ a 1 salário mínimo	975 domicílios
Mais de 1 a 2 salário mínimo	227 domicílios

<sup>12</sup> Pequeno porte II: O Censo Demográfico realizado pelo IBGE (2010) ratifica que sua população é de 27.355 habitantes. Este número populacional o consagra como sendo um município de Pequeno Porte II. De acordo com o IBGE (2010), a subdivisão dos municípios brasileiros delinea-se da seguinte forma: Pequeno Porte 1 – até 20.000 hab.; Pequeno Porte 2 – 20.001 a 50.000 hab.; Médio Porte – 50.001 a 100.000 hab.; Grande Porte – de 100.001 mil a 900.000 hab.

<sup>13</sup> “Os ambientes de várzea se caracterizam por uma sazonalidade marcante devido às enchentes periódicas dos seus rios, que regulam os ciclos de vida da biota local e, conseqüentemente, regulam as oportunidades de subsistência disponíveis para as populações humanas. Assim como os demais componentes da biota das áreas inundáveis, as populações humanas locais precisam adotar estratégias de adaptação em relação às mudanças drásticas ocorridas na passagem entre as fases aquáticas e terrestres” (PEREIRA, 2007, p. 16).

Mais de 2 a 3 salários mínimos	42 domicílios
Mais de 3 a 5 salários mínimos	24 domicílios
Mais de 5 salários mínimos	7 domicílios

**Quadro 1:** Classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita

**Fonte:** Elaboração própria a partir de informações IBGE (2010)

De acordo com as informações do quadro 1, a maioria dos domicílios dispunha de até  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo, seguido de mais de  $\frac{1}{4}$  a  $\frac{1}{2}$  salário mínimo e terceiro maior valor de rendimento de 975 domicílios, em que nota-se a baixa renda per capita, revelando um quadro de pobreza e extrema pobreza no município.

O censo demográfico do IBGE (2010) apontou que o total da população em extrema pobreza era de 12.795. Os dados do IBGE revelaram que a cidade aponta índices alarmantes de pobreza, ainda que tenha havido relativa melhora em relação a dados anteriores. O Índice de Desenvolvimento Humano (2010) era de 0,574.

O campo econômico de Barreirinha registra em seu PIB per capita R\$ 8.192,2 (IBGE, 2018). Sobre o Trabalho e Rendimento, no ano de em 2019, o salário médio mensal era de 1.9 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 6.7%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 9 de 62 e 15 de 62, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 53% da população nessas condições, o que o colocava na posição 18 de 62 dentre as cidades do estado (IBGE, 2019).

Importa destacar a falta de postos de trabalho e de oportunidades de inserção no mercado de trabalho para a população brasileira, em especial na região amazônica, que tem sofrido com a inserção desigual e dependente do país no modo de produção capitalista. Scherer (2009) identifica que no Amazonas a questão social se expressa principalmente pelo desemprego, pela precarização das formas de trabalho e pela crescente informalização da economia.

No que se refere ao aspecto da renda e consumo, Scherer (2009) ressalta que as famílias agem com estratégias de caráter econômico para contribuir na renda familiar. Isto é uma realidade que permeia sociedade, visto que as políticas públicas muitas vezes não atendem às necessidades particulares das diferentes regiões, pois como se sabe há características socioculturais, econômicas e políticas diferenciadas do sul ao norte do país.

A questão social na Amazônia se mostra sobre múltiplas expressões. Diante das informações do município de Barreirinha/AM, verificam-se dados alarmantes, tendo em vista que as famílias são numerosas, o que indica que as famílias estão em uma situação de extrema

fragilidade social. Ao levar em conta todos esses aspectos presentes na realidade amazônica é preciso, ainda, considerar que a região não vivencia uma situação tranquila, tendo em vista os conflitos socioambientais relacionados com a apropriação ilegal de terras na região e o desrespeito aos direitos sociais do povos originários indígenas e não indígenas/ribeirinhos e quilombolas<sup>14</sup>, que é uma realidade complexa que necessita de instrumentos para o enfrentamento da questão social nela presente.

Para Teixeira (2013 p. 190):

A região amazônica põe um desafio diferente ao princípio da territorialidade. Sua particularidade regional pede especificidades na leitura da realidade social em seu território, e pede a introdução de **ativos** na potencialização da proteção social no âmbito do SUAS.

A assistência social tem um importante papel nesse processo. Por seu porte, o município de Barreirinha conta com a proteção social básica e de média complexidade no SUAS, dentro das unidades de referência, abrangendo tanto sede como comunidades de área rural. O SUAS em Barreirinha é operacionalizado por meio de seus equipamentos, a saber: Secretaria de Assistência Social – SEMAS; 01 Centro de Referência da Assistência Social – CRAS; 01 Centro Especializado da Assistência Social – CREAS; 1 Central de Cadastramento Único – CadÚnico.

No que se refere ao Cadastro Único, segundo relatório de programas e ações do governo federal, em março de 2021 em Barreirinha haviam 7.577 famílias cadastradas, dentre as quais estão 5.728 famílias em situação de extrema pobreza; 177 famílias em situação de pobreza; e 433 famílias de baixa renda (BRASIL, 2021).

Para bem situar estes termos salienta-se que em 2021, houve atualização dos valores onde famílias com renda per capita R\$ 100 passaram a ser considerados em situação de extrema pobreza, enquanto aquelas com renda per capita até R\$ 200 passaram a ser considerados em condição de pobreza, anteriormente os valores eram respectivamente R\$ 80 e R\$ 178 por pessoa (BRASIL, 2021).

Presente no cadastro único estão famílias de Grupos Populacionais Tradicionais Específicos como Indígenas: 1.077 famílias, Agricultores familiares: 1.138 famílias,

---

<sup>14</sup> Esses povos também são chamados de populações tradicionais. No Brasil, o decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, direciona o termo populações tradicionais como povos ou comunidades tradicionais, os quais são definidos pelo Artigo 3 como: “I – Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL, 2007 p. 1).

Quilombolas: 437 famílias, Ribeirinhos: 417 famílias entre outros. O Programa Bolsa família abrangeu 72,13% do percentual da população do município em abril/2021. O Benefício de Prestação Continuada – BPC totalizou 563 beneficiários em março/2021.

O contexto pandêmico que se apresenta desde de 2020 adensou ainda mais a vulnerabilidade das condições de vida da população. A forma de amenizar a situação econômica de muitas famílias foi por meio do auxílio emergencial. Os dados disponibilizados referentes ao Auxílio Emergencial (AE) e da sua extensão (AER) mostram a elegibilidade de 13,3 mil beneficiários no município em 2020.

Cabe ressaltar que a Política de Assistência Social prevê o desenvolvimento e boa execução dos serviços, programas e projetos no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, que é uma unidade pública estadual de base territorial, qual deve estar localizado em áreas de vulnerabilidade social, abrangendo dependendo da estipulação do SUAS um total de até 5.000 famílias/ano. No caso do Município de Barreirinha, o CRAS é considerado de pequeno porte II, e tem por obrigação atender até 3.500 famílias que são referenciadas aos serviços.

Ao SUAS, no município de Barreirinha, também compete à organização dos eixos de efetivação do rol dos direitos sociais, pois é um sistema integrado de ações que executam serviços, programas, projetos e benefícios para as pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade social, por isso, é um Sistema único regido pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 204).

Teixeira (1998) aborda que são diversas as situações que se apresentam como desafios à Assistência Social, tanto de caráter político como de caráter econômico, que transborda na sociedade e nos direitos sociais. Para o autor, esse movimento de caráter político é o êxito do neoliberalismo combinado com seu fracasso econômico. Entende que o neoliberalismo é uma tentativa de saída da crise enfrentada pelo capitalismo, que surgiu como uma reação ao Estado de Bem Estar social, por meio da defesa do ajuste fiscal e crítica aos gastos com os serviços sociais, e as políticas protecionistas para o pobre ou o trabalhador. Para o neoliberalismo a desigualdade é um valor positivo.

Na atualidade brasileira vivemos a agudização das expressões da questão social decorrente do avanço do ideário ultraneoliberal do governo de direita do presidente Jair Messias Bolsonaro. Para Gershenson, Nogueira e Nascimento (2022, p.16):

O aprofundamento do neoliberalismo no Brasil se viabiliza pelo golpe de 2016 (com o *impeachment* de *Dilma* Rousseff), o que estabeleceu as bases do projeto ultraneoliberal do governo de Bolsonaro (2019-2022), a partir da instauração das

contrarreformas deletérias para os direitos dos trabalhadores e pelo desfinanciamento das políticas sociais. O aprofundamento do projeto ultraneoliberal no governo Bolsonaro ocorre no quadro mais amplo de crise financeira global, de pandemia da covid-19 e da inserção periférica do país no mercado mundial, agudizando a relação de dependência do Brasil e intensificando as contradições advindas do aumento da pobreza e desigualdade social.

É neste contexto de exacerbação da pobreza e de desigualdade social que a proteção social da política de Assistência Social se faz ainda mais necessária. E em relação a região amazônica, Maciel (2002) ressalta a importância que deve ter a proteção da família no contexto amazônico, como foco das políticas públicas, pois se apresenta como um desafio a ser enfrentado na região, onde não é investido aquilo que se devia em programas e projetos, uma vez que esta questão se torna uma questão de decisão política, do que uma falta de recurso.

Os usuários dos serviços socioassistenciais no ambiente amazônico precisam ter maior abrangência na agenda política, do governo federal e dos estaduais e municipais. É necessário a implementação de políticas públicas que possam garantir maior investimento na área da assistência social, aliada à ações articuladas com outras políticas setoriais, que amenizem uma série de expressões da questão social que são enfrentadas no contexto amazônico, tais como as situações de emergência e calamidades públicas decorrentes de desastres naturais como as enchentes dos rios na região. Assim, a Assistência Social precisa atuar de forma articulada à ações de caráter comunitário e serviços de apoio psicossocial e cultural às famílias, visto que se encontram numa diversidade de situações de vulnerabilidades e riscos sociais que se complexificam diante de aspectos geográficos, ambientais, econômicos, sociais e culturais existentes na região amazônica.

1.5 - O TEMPO DOS RIOS: O agravamento da vulnerabilidade social frente às situações de emergência e calamidade pública decorrentes de enchentes.

Neste tópico se adentra na questão do ecossistema amazônico e sua relação com a questão sociocultural da população, principalmente no que se refere aos rios, seus ciclos e mudanças, que tem reflexões na vida de grande parte da população da Região. Para Maia (2015) ao falarmos da Amazônia, ao lado dos fatores sociais, devemos ressaltar a influência dos elementos geográficos e ambientais.

Para Maia (2015) a realização de pesquisas sobre a região deve ponderar que as condições geográficas e ambientais precisam ser enfrentadas com seriedade. Nesta mesma

direção, outro autor assevera que é preciso o “estudo do complexo social, em que estão inseridas as relações sociais, dos processos sociais, das relações sociais, das distâncias sociais, no mundo inter-humano da Amazônia” (ARAÚJO, 2003 p. 30).

As feições geográficas da região muito se vinculam ao modo de vida das populações amazônicas, que se desenvolve seja em área rural ou urbana. Chaves (2001) sublinha que a região não pode ser entendida separando o ambiente físico da vida social, deve-se levar em conta toda a complexidade que envolve relações políticas, culturais, ecológicas, resultantes de uma construção histórica, a partir das relações sociais dos homens entre si e destes com a natureza. A Amazônia social e o ambiente físico estão interligados, neste meio haverá interação de complementariedade, constituindo a base singular de todo um quadro situacional de vida da população.

Os rios são importantes meios de locomoção, escoação e distribuição de produtos, mercadorias, para manutenção do acesso ao suprimento das necessidades básicas. Mello (2015) ressalta o cenário incomum de rios caudalosos e grandes lagos, de igapós, várzeas e igarapés, perfazendo um total de 25 mil quilômetros de vias navegáveis na Amazônia.



**Figura 04:** Rios na Amazônia

**Fonte:** Fotos retiradas do Portal Amazônia, 2022.

No que se refere à Bacia Hidrográfica Amazônica, essa expõe diferentes características, como a coloração, um meio de distinção entre rios e afluentes. Encontram-se rios de águas pretas, de águas claras e rios de águas brancas, amarelas ou barrentas. As águas pretas estão localizadas nos rios Negro, Mapuera, Trombetas, Uatumã, Nhamundá e Urubu. Os rios de águas claras, verdes ou cristalinas são encontradas nos rios Tapajós, Iriri e Xingu. Os rios de água branca, barrenta ou amarela são: o Ucayali, Marañon, Solimões, Madeira, Purus, o Juruá, e o Amazonas. Particularmente o Amazonas se estende ao Médio e Baixo Amazonas (SILVA, 2015).

A Amazônia é composta por dois espaços territoriais distintos: a área de terra firme e várzea. O ambiente de várzea é onde ocorre de forma mais intensa a sazonalidade nos períodos da enchente e vazante dos rios. Esses períodos interferem sobremaneira nas condições de vida das populações rurais e urbanas, sobretudo aquelas situadas à margem dos rios amazônicos. Para Pereira (2007, p. 16),

Os ambientes de várzea se caracterizam por uma sazonalidade marcante devido às enchentes periódicas dos seus rios, que regulam os ciclos de vida da biota local e conseqüentemente regulam as oportunidades de subsistência disponíveis para as populações humanas. Assim como os demais componentes da biota das áreas inundáveis, as populações humanas locais precisam adotar estratégias de adaptação em relação às mudanças drásticas ocorridas na passagem entre as fases aquáticas e terrestres.

Assim, Pereira (2007) apresenta o ecossistema de várzea como constituinte de quatro “estações climáticas” em razão da falta de sincronização entre o regime fluvial e o regime pluvial (chuvas) que regulam o calendário agrícola, são elas: a enchente (subida das águas), a cheia (nível máximo das águas), a vazante (descida das águas) e a seca (nível mais baixo das águas). Durante um período do ano (4 a 5 meses) a maior porção dessa planície fica submersa e faz parte do ambiente aquático; em outro período, participa do ambiente terrestre.

Em Barreirinha há três tipos de vegetação predominantes: floresta de igapó, floresta de terra firme e floresta de várzea (SEMAS, 2018). A sede do município localiza-se em várzea, estando suscetível às inundações sazonais dos rios. A várzea na Amazônia, pela associação nuclear entre a água e a terra é considerada o sistema ambiental mais complexo e heterogêneo (FRAXE, PEREIRA, WITKOSKI, 2007).



**Figura 05** : Cidade de Barreirinha no Estado do Amazonas  
**Fonte:** Portal Acrítica (2016)

Essa alternância do tempo dos rios contribui para a realidade do modo de vida na Amazônia, em que as políticas públicas precisam levar em conta toda a dimensão dos ecossistemas da região, para apreender os processos da diversidade ambiental e entender como atuar nas diferentes situações que lhes são peculiares. Para Chaves (2001, p. 73) na Amazônia “as estações do ano, o movimento das águas, o período de procriação das diferentes espécies e o regime da floração, enfim, os diferentes ciclos da natureza, regulam e regem o exercício de todas as atividades [...]”.

Diante disso, no cotidiano do homem amazônida esse processo passou a ser encarado com naturalidade, pois este aprendeu a adaptar-se de forma sábia à variabilidade sazonal dos rios da região, a partir de conhecimentos práticos que por vezes são transmitidos de geração a geração. Fraxe (2004) salienta que o uso dos recursos da floresta e dos cursos d’água estão presentes sobremaneira nos modos de vida enquanto dimensões fundamentais que atravessam as gerações e fundam a noção de território habitado.

Nota-se nos últimos anos, uma intensificação de enchentes e vazantes, que acabam por trazer consequências negativas à população. Agrega-se a esta discussão o debate sobre a mudanças climáticas, também ocasionadas pela intervenção humana destrutiva na natureza.

A Amazônia é diversa e rica tanto em nível ambiental e ecológico, e é isso que chama a atenção do mundo. Mas também é diversa em sua formação sócio-histórica, de saberes e cultura. Assim, volta-se para Amazônia, dois olhares. O primeiro é o da cobiça, isto é, de ver a região como inesgotável de natureza enquanto matéria prima para o desenvolvimento e ampliação do capital, porquanto de insustentabilidade quanto a continuidade dos recursos naturais. O segundo, de preservação e conservação da biodiversidade, dos recursos naturais existentes. Abrange uma população que tem buscado defender, por meio de estudos científicos e movimentos sociais (indígenas, ribeirinhos, quilombolas), a permanência de uma Amazônia repleta de fauna e flora, interessada em defender o desenvolvimento social e econômico sustentável da região, o que se torna um desafio na atualidade (CARNEIRO, 2016).

Conforme Carneiro e Ribeiro (2017), a partir do momento que o homem intervém na natureza por meio dos desmatamentos e queimadas, poluição dos rios, entre outras questões, a enchente e vazante passam a agregar elementos prejudiciais e, conseqüentes, para as populações inseridas em territórios amazônicos alcançados por esta sazonalidade.

Para Nobre (2014), nos últimos quarenta anos, na floresta amazônica, a cabeceira das águas foi refém de inúmeros ataques antrópicos, como o desmatamento e as grandes

queimadas para exploração de madeira e abertura de áreas de pastagens e agricultura, gerando desastres naturais ligados à anomalias tanto por excessos de chuva, calor, ventos, cheias como por falta como as secas.

Silva (2015) ressalta que, segundo dados do CPTEC-INPE, há no clima da Bacia Amazônica as influências dos fenômenos *El Niño* e *La Niña*, repercutindo na região do Médio e Baixo Amazonas. Os episódios de *El Niño* mais recentes ocorreram em 2009, 2010, 2011, 2014; *La Niña* em 2012. Aponta ainda que em 2009, considerado até então o ano de maior cheia dos rios amazônicos, teve a presença do fenômeno *El Niño*. Somado a este há os desmatamentos, queimadas, a pressão humana, os processos de erosão, assoreamento, e um maior carregamento de detritos no volume do rio Amazonas, intensificando as enchentes. Os volumes de águas pluviométricas ou fluviométricas serão determinados pelas mudanças climáticas de todo planeta, onde se agrega as pressões antrópicas, influenciadoras destas mudanças climáticas.



**Figura 06:** Barreirinha em situação de emergência em razão da cheia de 2021

**Fonte:** Portal G1 AM, em 06/05/2021

O contexto de grandes cheias e secas acarreta mudanças significativas à população, tanto em área rural como em área urbana, sobretudo as situadas das margens dos rios. Na área rural, é na dinâmica do ciclo das águas que vão estar imbricadas as condições para obtenção da alimentação diária, do deslocamento para outras localidades e de demais atividades presentes no dia a dia.

Durante a enchente, o rio invade a várzea, essa característica possibilita a prática da agricultura, sendo também uma área propícia para criação de animais e demais atividades de

subsistência, favorecendo a concentração humana neste local. É preciso notar que no Estado do Amazonas a área de várzea é onde está localizado o maior contingente populacional, área habitada por 90% da população rural (JUNK, 2000 apud Val *et al*, 2010). A população situada às margens dos rios, que compreende a maior parte em área de várzea, vem sendo afetada de forma dura nos períodos de enchente.

Fraxe (2004, p. 296) enfatiza que “a visita rotineira aos vizinhos, antes, era realizada a pé. Nessa época do ano, é feita de canoa ou através de pontes de tábuas construída entre as casas e dessas para o porto de cada família ribeirinha”. Alguns permanecem em suas casas, pois estas foram sendo adaptadas à região conhecidas como palafitas que correspondem a assoalhos altos, ou mudam-se para regiões de terra firme (OLIVEIRA; MAFRA; SOARES, 2012). A construção das chamadas “marombas” é algo típico de se ver, que corresponde a estratégia de construção de assoalhos temporários elevados acima do piso principal.

Carneiro (2016) frisa que enchente e vazante não afetam somente o meio rural, mas também a área urbana tem sofrido com inundações. Na região amazônica há muitos municípios às margens dos rios e em áreas de várzea, de modo que estes também estão à mercê das inundações recorrentes do ciclo das águas. Nessas áreas as “estações climáticas ocorrem sobretudo em áreas planas, onde a subida dos rios chega com mais facilidade, ocasionando mudanças, por vezes, de forma negativa para as famílias moradoras destas áreas” (IDEM, 2016 p. 23).



**Figura 7:** Área alagada na cidade de Barreirinha  
**Fonte:** cna7.com.br (2021)

A maioria dos municípios do Estado do Amazonas já foi afetada, ao menos uma vez, por inundações ao longo de 1991 a 2012, segundo o Atlas Nacional de Desastres Naturais do Amazonas. Particularmente o município de Barreirinha vivenciou grandes enchentes nos últimos anos, por se localizar em área de várzea, sendo uma das maiores a do ano de 2009, chegando o município a ser 90% submerso à água (JORNAL ACRÍTICA, 2012), nas imagens acima pode ser vista as ruas com alto volume de água.

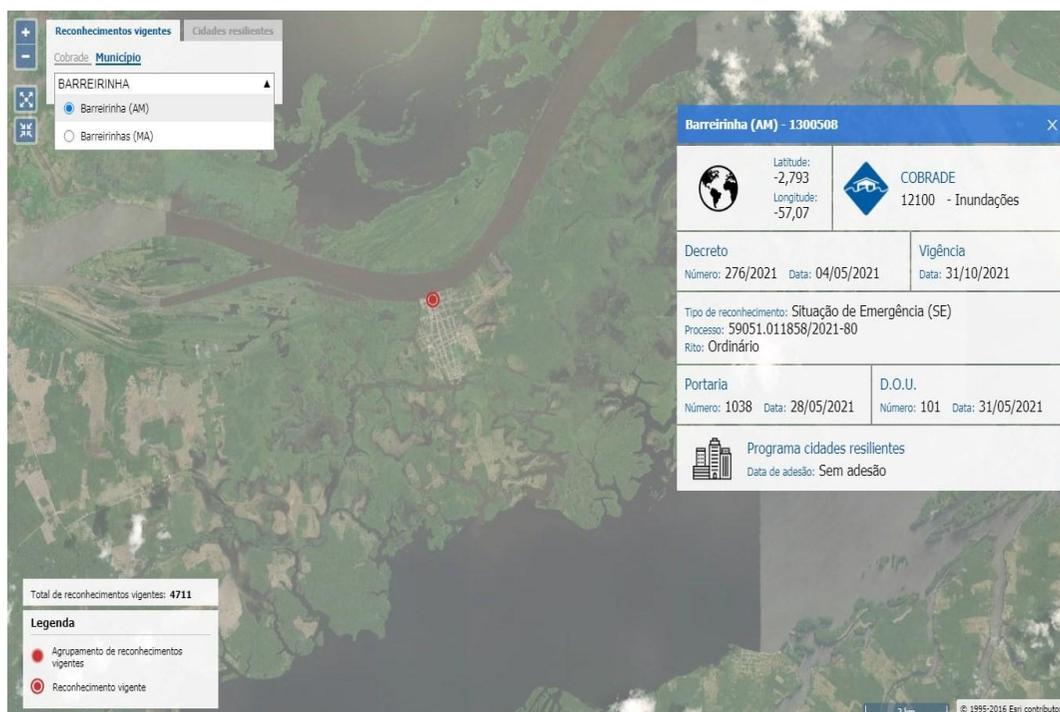
Os dados do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (SI2D) em Série Histórica contêm as informações principais sobre os Reconhecimentos Federais de Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública realizados pela SEDEC desde o ano de 2003 a 2016. No Amazonas nesse período foram reconhecidos 381 desastres, destes 69 como Situações de Calamidade Pública e 312 Situações de Emergência. A tabela a seguir, apresenta os dados dispostos sobre o município de Barreirinha.

ANO	Nº DECRETO	DATA DO DECRETO	DESASTRE	SE/ECP
2005	-	-	Estiagem	ECP
2009	28202	17.07.09	Enchente	SE
2010	048/2010	05.10.10	Estiagem	SE
2010	051-A	24.10.10	Erosão Fluvial	SE
2012	47	16.04.12	Enchente	SE
2012	57	16.05.12	Enchente	SE
2014	34.773	15.05.14	Inundações	SE
2015	074/2015	19.05.15	Alagamentos	SE

**Quadro 02:** Reconhecimentos de SE/ECP Barreirinha – 2003 a 2016

**Fonte:** Elaboração a partir de dados da S2ID - <https://s2id.mi.gov.br/paginas/series/>

No ano de 2021, o município esteve sob vigência do decreto de situação de emergência (DEC. 276/2021) datado de 04/05/2021 correspondente até 31/10/2021, por conta de inundações segundo classificação da COBRADE (S2ID, 2021), como demonstrado na imagem a seguir:



**Figura 8** - Reconhecimento de situação de emergência SI2D Barreirinha/AM

**Fonte:** <https://s2id.mi.gov.br/>, 2021.

Os desastres ambientais fluviais podem ser classificados ainda quanto à forma de ocorrência em bruscos ou graduais. As inundações bruscas, por exemplo, são aquelas que resultam de chuvas intensas ou prolongadas, gerando impactos às populações vulneráveis de forma imediata. Já as inundações graduais, como as ocorridas na Amazônia, são resultados de diversos fatores climáticos que intensificam o período da estação de cheia, provocando inúmeros problemas para as populações ribeirinhas (FREITAS *et al.*, 2014).

Evidencia-se que o fenômeno das águas traz uma dinâmica única para o modo de vida da população, com implicações em questões de saúde, de falta de saneamento básico, de precariedade de habitação, nas formas de geração de renda, entre outros fatores. Por essa razão, é necessária a intervenção de políticas públicas na região, que levem em conta toda essa dinâmica presente, seja no ambiente rural ou urbano.

É possível observar que as inundações quando ocorrem de maneira intensa trazem vários impactos. Carneiro (2016) chama a atenção para o impacto econômico agravado no processo de subida das águas no município de Barreirinha quanto àqueles bairros considerados como os mais afetados. Para além da locomoção em algumas áreas da cidade, afeta também a renda de muitas famílias, principalmente os trabalhadores informais, autônomos, que têm sua renda familiar prejudicada na enchente, o que correspondendo a 84% dos moradores entrevistados no estudo do autor.



**Figura 09:** Ruas alagada e alunos durante enchente em Barreirinha/AM

**Fonte:** BaeEmDestaque

A pesquisa de Carneiro (2016) denota impactos que se dão pela mudança na dinâmica da cidade, pois, com a enchente e vazante dos rios, as escolas, o comércio, as instituições de saúde e assistência social, as habitações, enfim, a dinâmica diária do *modus vivendi* é readequada para este período. Muitos serviços são paralisados nesse período. Grande parcela da população sente dificuldade na locomoção. Várias instituições são transferidas para outras localidades situadas em áreas mais elevadas. As escolas que não ficam inundadas pelas enchentes passam a servir de abrigo para as famílias que não tem condições de permanência em casa. Ainda há a questão da dificuldade na obtenção de renda devido a existência do trabalho precário, qual é ainda mais prejudicado neste período. Há maior incidência de doenças relacionadas à veiculação hídrica. Agrega-se a esta realidade o lixo, e tudo que é despejado na água de forma inadequada, prejudicando também o meio ambiente, além da presença de animais, como pode ser observado nas imagens que seguem:



**Figura 10:** Jacaré assusta moradores em Barreirinha  
**Fonte:** AMAZÔNIA acontece, blog (2013)



**Figura 11:** Animal encontrado em rua  
**Fonte:** José de Oliveira/TV Barreirinha

Nestes termos, enfatiza-se, de modo geral, a partir das discussões trazidas neste primeiro capítulo, a importância deste estudo que busca contribuir para dar visibilidade para

uma realidade tão presente na Amazônia (desastres naturais provenientes das enchentes dos rios), a qual desencadeia várias situações desafiadoras à população e ao conjunto de políticas públicas. A intenção é este estudo possa também contribuir como base para outros estudos na área das situações de desastre como as enchentes, assim como possar fomentar subsídios para discussão da atuação da Política de Assistência Social neste contexto amazônico.

## CAPÍTULO II

### **GESTÃO DE POLÍTICA SOCIAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE A INTERSETORIALIDADE NA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESASTRES NA REALIDADE DE BARREIRINHA**

Neste segundo capítulo será realizada uma abordagem sobre as principais dimensões da Gestão de Política Social enquanto uma gestão social, discutindo o conceito de intersectorialidade e sua utilização como instrumento estratégico de gestão no âmbito das políticas públicas, buscando contextualizar o conceito de gestão em rede no âmbito do SUAS. Discute-se, ainda, os principais dispositivos legais que fundamentam a intersectorialidade na política pública de Assistência Social e que abarcam questões de emergência e calamidade pública.

É importante salientar, ainda, que para garantir a confidencialidade dos sujeitos da pesquisa, atendendo aos compromissos éticos dispostos no Item VII, do Art. 3º da Resolução nº 510/2012 – CNS, os sujeitos de pesquisa entrevistados (seis assistentes sociais) foram designados por nomes fictícios referentes a elementos da flora Amazônica (tais como Guaraná, Babaçú, Flor da Lua, Urucun, Sumaúma, Vitória – Régia) no decorrer das disposições das falas.

#### 2.1 - ASPECTOS CONCEITUAIS DA INTERSETORIALIDADE.

Inicialmente é preciso destacar que a gestão social é entendida neste estudo como a gestão de ações sociais públicas (gestão de políticas sociais), tendo como base Carvalho (1999, 2001). Essa autora concebe a gestão social como “a gestão das demandas e necessidades dos cidadãos” (CARVALHO, 2001, p. 14), que é realizada pelo Estado em articulação com a sociedade civil no atendimento das demandas sociais, através do planejamento da oferta de projetos, programas e serviços por meio de políticas sociais, que são os canais de respostas para a população.

E a intersectorialidade nesse trabalho é entendida como importante estratégia de gestão das políticas sociais. Assim, entende-se que “no âmbito da gestão pública, o planejamento é um importante instrumento viabilizador de racionalidade (sistematização de ações com perspectiva para o futuro) ao processo de tomadas de decisões por parte do Estado (definição de objetivos, metas e resultados das políticas sociais)” (CUNHA; BORDIN; BESUTTI, 2021,

p.175). Portanto, a intersetorialidade é uma importante estratégia de gestão que deve ser assegurada no processo de planejamento das políticas sociais, para que as ações sejam pautadas “em um conjunto articulado de técnicas e procedimentos do campo científico. Portanto, o planejamento é um instrumento operacional na gestão das políticas sociais” (Ibidem), sendo a intersetorialidade um aspecto a ser assegurado na construção e materialização de políticas sociais que buscam assegurar direitos sociais.

No Brasil, a gestão de políticas sociais assumiu novo patamar a partir da constituição cidadã, como afirmam Cunha; Bordin; Besutti, (2021, p.175):

A realidade brasileira contemporânea a partir da Constituição de 1988, no âmbito da gestão das políticas sociais, impeliu a concretização de processos de democratização das relações entre o Estado e a Sociedade Civil. Sob o marco do pluralismo jurídico inaugurado pela nossa constituição cidadã, o planejamento passa a ser discutido não apenas em sua dimensão técnica (conjunto articulado de procedimentos e instrumentos técnicos), mas principalmente em sua dimensão política que evidencia sua intencionalidade (orientado por diferentes valores e projetos de sociedade).

As modalidades da gestão e planejamento das políticas sociais no Brasil assumiram características em diferentes contextos históricos, com traços prevalentes do planejamento tradicional de caráter tecnocrático (viés tecnicista), autoritário e centralizador em nosso país (principalmente no período de ditadura militar). Contudo, com a democratização do país na década de 1980 (tendo como marco a constituição de 1988), toma folego a discussão do planejamento participativo, democrático e descentralizado. Por isso, é possível dizer que os modelos de gestão social abarcaram diversos aspectos ao longo do tempo<sup>15</sup>, considerando as conjunturas sociais, políticas e econômicas. No quadro a seguir é apresentada uma síntese histórica das modalidades de gestão social no Brasil.

MODALIDADE DE GESTÃO SOCIAL	CONTEXTO HISTÓRICO	CARACTERÍSTICAS
<i>Gestão Patrimonial</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Modelo de gestão típico do Brasil colonial;</li> <li>• Os traços do patrimonialismo no Brasil persistiram até a era Vargas (1930-1945);</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Utilização do Estado para interesses privados e/ou interesses particularizados de grupos dominantes;</li> <li>• Na administração do Estado não havia normas gerais e/ou legislação sobre um plano comum, além dos cargos públicos não serem profissionalizados;</li> </ul>

<sup>15</sup> Gonçalves, Kauchakje e Moreira (2015) apresentam cinco modalidades de gestão das políticas sociais inseridas num contexto sociocultural de diferentes momentos históricos no Brasil, que são: 1) gestão patrimonial; 2) gestão técnicoburocrática; 3) gestão gerencial; 4) gestão democrática-participativa e 5) gestão em redes.

<i>Gestão Técnico-burocrática</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Predominância no Brasil no período ditatorial militar.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Passa a adotar critérios técnicos;</li> <li>• Ênfase está na racionalidade burocrática dos processos;</li> <li>• As políticas sociais assumem características de gestão do padrão burocrático, tais como: setorização, divisão de funções, ordenamento,</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>hierarquização, centralização, normatização, inflexibilidade</li> </ul>
<i>Gestão democrático-participativa</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Princípios propostos Constituição de 1988</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incentivou a implementação de estratégias para a promoção de participação popular no planejamento governamental;</li> <li>• Modelo está ligado às comunidades eclesiais de base, a grupos que se mobilizaram por direitos de cidadania, movimentos populares e sociais.</li> </ul>
<i>Gestão Gerencial</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ligada à reforma da gestão pública de 1995, como fundamento para o Plano Diretor da Reforma do Estado, conhecido como Plano Bresser;</li> <li>• Estabelecida a partir da política neoliberal no Brasil.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Propõe modelos de gerenciamento da iniciativa privada, tais como a chamada qualidade total e a reengenharia;</li> <li>• Há a busca de redução de níveis hierárquicos, terceirização de algumas atividades e uso de tecnologias de informação;</li> <li>• Busca de eficiência mediante instrumental técnico gerencial sem efetiva condução política de processos de participação dos sujeitos na formulação de políticas sociais.</li> </ul>
<i>Gestão em rede</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É a principal modalidade incentivada na atualidade da discussão sobre gestão social no Brasil.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Modalidade que representou a tentativa de superação da setorialização e desarticulação das políticas sociais que prejudicam a garantia dos direitos em seu conjunto.</li> </ul>

**Quadro 03:** Modalidades de gestão social no Brasil.

**Fonte:** Elaboração própria com base em Gonçalves, Kauchakje e Moreira (2015).

As autoras que deram base para a elaboração do quadro anterior explicitam que essas modalidades não foram materializadas de modo estanque neste processo histórico do contexto brasileiro, e a depender do ideário político dos governantes essas modalidades se entrecruzam e perpassam os modos de gestão pública. Mas os contextos históricos evidenciam mais a prevalência de um ou outro modelo a depender do contexto político vivenciado em nosso país.

Por essa razão, a gestão social no âmbito do setor público está envolta em situações complexas que remetem à necessidade de envolvimento dos diversos setores sociais para que haja um atendimento satisfatório diante das necessidades da população, as quais foram reconhecidas a partir da Constituição Federal de 1988 como direitos (GONÇALVES; KAUCHAKJE; MOREIRA, 2015).

A gestão democrático-participativa no Brasil teve seus princípios estabelecidos na Constituição de 1988, por meio do incentivo de implementação de estratégias para a promoção de participação popular no planejamento governamental.

A gestão democrático-participativa se caracteriza pela ação local, descentralização, **intersectorialidade de políticas e programas** e a articulação entre as esferas de poder governamental. Esta gestão adota como prioridade as demandas das classes populares, realizando uma inversão das gestões tradicionais que privilegiam os grupos de poder já estabelecidos. Ela prevê o acesso da população aos serviços essenciais e privilegia os interesses populares, tidos como garantia de direitos e não mero assistencialismo, bem como amplia o processo de democratização com a adoção de instrumentos e mecanismos de participação social (GONÇALVES; KAUCHAKJE; MOREIRA, 2015, p. 145, **grifo nosso**).

Para Garajau (2013), a **intersectorialidade** se apresenta como inovadora na política pública para a condução e operacionalização dos serviços dispostos, e para a reorganização da gestão, viabilizando uma nova relação entre o munícipe e os gestores, em que se abrange as peculiaridades locais e o envolvimento dos agentes sociais que compõem as tramas dessas relações, trazendo sua singularidade e subjetividade, implicados como sujeitos no processo de gestão.

Para Gonçalves, Kauchakje e Moreira (2015) a gestão em rede, é uma modalidade que deve ser entendida como tentativa de superação da setorialização, assim como da desarticulação das políticas sociais, que historicamente prejudicam a integralidade e garantia dos direitos sociais (o que denota a busca da intersectorialidade).

A gestão em rede é uma modalidade que tem um trânsito e apresenta características mais afeitas ao modelo gerencial e democrático-participativo. Está focada na articulação das políticas, hoje fortemente setorializadas, para potencializar recursos e assegurar serviços que atendam às necessidades da população. Suas características principais são: horizontalidade, negociação, articulação de atores sociais, participação da sociedade civil, aproveitamento de recursos, intersectorialidade, negociação e diversidade (GONÇALVES; KAUCHAKJE; MOREIRA, 2015, p. 146).

Essa forma de gestão intersectorial de política social inclui processos sociais com potencial para o desenvolvimento societário emancipatório e transformador, com vistas ao enfrentamento das expressões da questão social como a desigualdade social e o grande contingente populacional que se encontra em situação de vulnerabilidade social no Brasil (GARAJAU, 2013). É preciso destacar essa noção de gestão em rede, pois ela fundamenta os princípios de gestão do SUAS no Brasil, ou seja, da política de Assistência social que é o foco deste estudo.

Pensar essa forma de gestão intersetorial impõe desafios a uma articulação que se diga eficaz e alcance respostas a contento às demandas da população. Articulação tanto entre a garantia de direitos por meio da ação das políticas públicas, a uma noção de ampliação de desenvolvimento social, do papel do Estado e da busca de uma forma organizacional ou de um paradigma de gestão que considere as condições da área social e ainda às suas características específicas (GONÇALVES; KAUCHAKJE; MOREIRA, 2015).

Apesar do termo intersetorialidade ter sido estabelecido no âmbito da gestão democráticoparticipativa, a partir da constituição de 1988, é possível dizer que a discussão conceitual já despontava nos anos de 1970 em âmbito mundial da discussão do campo da saúde, com implicações nos programas de promoção de saúde no Brasil.

A trajetória histórica conceitual da intersetorialidade nos remete a um tempo recente, pois surge nos anos 1970 nas conferências internacionais de promoção da saúde. Contudo, o fato de ter sido apresentada como elemento articulador entre políticas governamentais implica reconhecer que sua aparição não parece ter sido ao acaso. Os documentos legais das conferências de promoção de saúde referem que os governos deveriam aumentar “a colaboração intersetorial por meio de agencias governamentais e não governamentais, pelos setores públicos e privados, objetivando melhorar a saúde” (BRASIL, 2002,p.46). Coincidentemente, é neste mesmo tempo histórico que o modelo neoliberal transversaliza e direciona uma nova ordem minimizadora de atuação do Estado (FALER, 2016, p.15)

A partir desta observação histórica, é possível apreender que a discussão da intersetorialidade no Brasil teve seu início na discussão sobre a integralidade na saúde no âmbito de políticas de promoção da saúde já na década anterior a sua inserção na constituição de 1988. Contudo, essa mesma preocupação de gestão também despontou no âmbito da política de assistência social (como veremos no próximo tópico).

Estes desafios de gestão de políticas sociais impõem refletir a presença das características setoriais por muitas vezes ainda fragmentada em dadas realidades de gestão estadual e/ou municipal em nosso país. Portanto, o caminho é de desafios aos profissionais e gestores, para que de fato a intersetorialidade possa se concretizar e ser instrumento de gestão e de afirmação de direitos sociais, em diferentes campos das políticas públicas que se integram e dialogam.

Cabe ainda destacar que o caráter de uma gestão democrática e articulada enfrenta desafios que se entrecruzam na realidade brasileira de uma vasta área territorial, que é perpassada por desigualdades territoriais e sociais, de profundas diferenças culturais, grande expansão de núcleos urbanos, concentração de renda e variadas e sucessivas crises

(GONÇALVES; KAUCHAKJE; MOREIRA, 2015), ponto este contextualizado no primeiro capítulo.

Quanto às definições da noção conceitual de intersetorialidade, esta não têm sido abordada de maneira única, mas os autores acordam e se assimilam quanto ao trabalho conjunto a partir das diferentes demandas que emanam na sociedade.

Gajarau (2013) tem fundamentado sua análise em parâmetros das ciências sociais, fazendo uma comparação da concepção de intersetorialidade com a interdisciplinaridade. Segundo a autora, o aspecto interdisciplinar constitui uma estratégia para aplicar este pensamento na operacionalização da gestão de política social, requerendo envolvimento do ser social, participação, diálogo, comunicação, transparência, dentre outros elementos. Ao ressaltar esses aspectos, a autora afirma que é necessário romper com a visão setorializada, fragmentada, hierarquizada, oriunda de concepções de gestão tradicionais.

Para Inojosa (2011 apud Garajau, 2013, p. 105) a interdisciplinaridade, no campo das políticas públicas, será denominada de intersetorialidade, que é “a articulação de saberes e experiências com vistas ao planejamento, para a realização e avaliação de políticas, programas e projetos, com o objetivo de alcançar resultados sinérgicos em situações complexas”.

Pereira (2014 p.33) analisa dialeticamente a intersetorialidade, ressaltando a utilização do prefixo *inter*, “à relação que não se redonda ao amontoado de partes, mas em um todo unido, no qual as partes que o constituem ligam-se organicamente, dependem umas das outras”. A ideia ressaltada pela autora demonstra a abrangência que a intersetorialidade percorre, mas ressaltando que a mera soma de partes, ou a articulação, entre elas, não propicia mudança qualitativa. Toda mudança na qualidade da relação requer o reconhecimento de que o todo, constituído pela relação entre as partes, tem potencialidades de se desenvolver, de inovar, de superar o passado, a partir do desaparecimento de alguns elementos e aparecimento de outros no seu interior (PEREIRA, 2014).

A intersetorialidade na gestão pública significa seguir uma decisão racional no processo de gestão, onde sua aplicação pode ser positiva ou não. Ela não pode ser considerada antagônica ou substitutiva da setorialidade, mas complementar, ou seja, deve-se realizar uma combinação entre política setorial com intersetorial, e não contrapô-las no processo de gestão (SPOSATI, 2006).

Pereira (2014) salienta que a intersetorialidade tem sido considerada como uma nova lógica de gestão, que transcende um único “setor” da política social e/ou uma estratégia política de articulação entre “setores” sociais diversos e especializados. Além disso, relacionada à sua condição estratégica, a intersetorialidade também é entendida como:

instrumento de otimização de saberes, competências e relações sinérgicas, em prol de um objetivo comum; e prática social compartilhada, que requer pesquisa, planejamento e avaliação para a realização de ações conjuntas.

Importa ressaltar esses aspectos apresentados pelos autores, tendo em vista que demandam observar o arcabouço teórico de conhecimento e entendimento das condições do saber fazer e agir, para que de fato a intersectorialidade concreta possa existir. Isto se põe em virtude de dados processos muitas vezes se firmarem em encaminhamentos e ações frágeis, em que não há a continuidade de acompanhamento, se desencontrando daquilo que em prisma se trata da real ideia do que seja a intersectorialidade. “A intersectorialidade deve estabelecer uma relação visceral com a interdisciplinaridade e com a integralidade” (HOFF, BELLINI, 2020 p.208).

Assim, no bojo das políticas públicas, a intersectorialidade significa a integração dos diversos setores que tratam de diferentes políticas no atendimento das necessidades expostas por seus usuários e não quer acabar com as estruturas setorializadas, e sim, conjugá-las em direção à síntese do conhecimento (NÉLSIS, 2012). Para Pereira (2014) é preciso realizar uma reflexão de que a ideia dos “setores”, não são propriamente “setores”, mas políticas particulares, com seus movimentos concretos e contradições específicas.

## 2.2 INTERSETORIALIDADE NO SUAS.

As normativas brasileiras expressam a intersectorialidade na dinâmica de operacionalização de várias políticas públicas. Neste estudo resalta-se as políticas constitutivas da Seguridade Social que buscam se estruturar sob a perspectiva da intersectorialidade. A Constituição Federal traz a Seguridade

Social como um apontamento para integração de setores e políticas públicas. No artigo 1º da Lei Orgânica da Seguridade Social está disposto:

Art. 1º A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social (BRASIL, 1993)

Dentro do tripé da seguridade social organizam-se os seus princípios e diretrizes, que devem ser acompanhados em sua execução, mediante o caráter democrático e descentralizado da gestão, uma vez este aspecto adensa a abordagem da intersectorialidade pensada a partir dos novos modelos de gestão a partir da constituição de 1988.

Diante do exposto, os estudos de Hoff; Bellini (2020) vão apontar que as diretrizes apresentadas nas políticas de seguridade social trazidas nesta perspectiva da intersectorialidade ainda não foram materializadas, persiste a diferenciação para outras políticas sociais. O que também é ressaltado por Boschetti (2009) como um padrão que não condiz com uma seguridade social homogênea, integrada e articulada.

Emergem dentro desse contexto conjuntural os interesses antagônicos em instituições e no espaço governamental, assim como a hierarquização, a burocratização e o corporativismo. Uma formatação historicamente forjada que atende interesses de grupos hegemônicos, onde as decisões tomadas neste espaço tornam-se distantes da população (MIOTO; SCHÜTZ, 2011).

As mudanças estruturais e interesses políticos se mesclam diante dos reflexos do ideário neoliberal nas políticas públicas brasileiras, que se impõem a partir da década de 1990, principalmente pela diminuição de funções estatais, pelo crescimento de privatizações, terceirizações, configurandose em um modelo de Estado que se torna mínimo para o trabalho e máximo para as questões relacionadas ao Capital financeiro (HOFF; BELLINI, 2020). O que ocorre conforme Iamamoto (2001) é um dismantelamento dos preceitos constitucionais que estabelecem a universalização e a integralidade das políticas de Assistência Social, Saúde e Previdência, sobretudo com a adoção do ideário neoliberal.

Neste processo histórico é preciso destacar que mesmo com a institucionalização legal da formulação do trabalho intersectorial no campo das políticas públicas, há uma contramão, e contradição que a distância da concretização da integralidade desse processo, o que coloca desafios, aliás envolve o embate político e a disputa de diferentes projetos.

Meniccuci (2002 apud PNAS, 2004) afirma que o novo paradigma para a gestão pública articula descentralização e intersectorialidade, uma vez que o objetivo visado é promover a inclusão social e promover a qualidade de vida, resolvendo os problemas concretos que incidem sobre uma população em determinado território.

Por essa razão, apresenta-se os desafios para que de fato possa existir o caráter da intersectorialidade alçada como componente de fortalecimento da políticas sociais. Como ressaltado na visão da assistência social como política pública, tendo como principais pressupostos a territorialização, a descentralização e a intersectorialidade (PNAS, 2004). Assim, “a política de assistência social como política integradora da Seguridade Social, possui um caráter de política de proteção social articulada a outras políticas, voltada à garantia de direitos e de condições dignas de vida” (SANTOS, 2012, p. 35, grifo nosso).

Perante inúmeras expressões da questão social, para que a Política de Assistência Social possa atender as demandas que se apresentam, é necessário que sua implementação seja articulada com as demais políticas, tais como saúde, previdência, educação, meio ambiente e outras. Essa articulação precisa existir para dar respostas satisfatórias e qualitativas.

Medeiros e Lira (2015) apontam que na discussão da intersetorialidade está imbricada a busca do reconhecimento, ampliação e universalização da cidadania e dos direitos sociais. Estes direitos somente serão alcançáveis quando buscados coletivamente, na articulação das políticas sociais. Assim, é preciso salientar que uma política social sozinha não garante todos os direitos, bem como não consegue abarcar respostas a todas demandas sociais que acometem à população.

Neste sentido, a perspectiva de ampliação da cidadania e dos direitos sociais, bem como do acesso aos bens e serviços abrangentes das diversas políticas sociais depende da atuação intersetorial na Política de Assistência Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, como um dos seus princípios organizativos (MEDEIROS e LIRA, 2015)

Considerando e respeitando as particularidades, tanto das localidades como de cada política, é que se defende a necessidade de maior inserção e efetividade da intersetorialidade na Política de Assistência Social, em sua relação com as demais políticas. Ressalta-se que o caminho da intersetorialidade se apresenta como uma forma de maior abrangência e efetivação dos direitos, pois percorre um caminho de articulação e busca para atender as necessidades sob diferentes enfoques que se complementam.

Essa articulação está prevista na PNAS de 2004, que em seus objetivos manifesta a necessidade de uma articulação com outras políticas setoriais no atendimento das necessidades sociais e universalização dos direitos sociais. Nisto deve ser considerado a dimensão da territorialidade, a partir das diferenças sociais, econômicas, políticas e culturais, além das diferentes formas que incidem nas expressões da questão social, provocadas dentre outros fatores, pela desigualdade social, falta de acesso e exclusão social que se particularizam de uma localidade para outra (MEDEIROS; LIRA, 2015).

Tal Política não caminha sozinha, por isso precisa de articulação constante com outras políticas setoriais, nas mais diferentes demandas. Ao trabalhar com o termo intersetorialidade, se ressalta como instrumento de otimização de saberes, competências e relações sinérgicas, em prol de um objetivo comum (PEREIRA, 2014). Assim, a operacionalização da política de assistência social em rede, constitui um dos caminhos para superar a fragmentação na prática dessa política (PNAS, 2004).

### 2.3 A INTERSETORIALIDADE NO ATENDIMENTOS EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA SOCIOASSISTENCIAIS.

O documento de diretrizes para atuação em desastres socioassistenciais é um documento de orientação e apoio técnico para situação de emergência e calamidade, que foi elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Social – MDS (apresentado no Capítulo I do estudo). Este documento aborda também de forma significativa a intersectorialidade no âmbito da Assistência social e desastres. Sobre a intersectorialidade afirma-se que nos casos de emergência e calamidade pública os serviços realizados precisam estar bem articulados, uma vez que são variadas as demandas, abrangendo diferentes setores das políticas públicas.

Neste âmbito de situações de desastre, o caráter de instrumentais de ação intersectorial apresenta-se como uma forma de maior abrangência e extensão de garantia de direitos. Para tanto, o quadro a seguir aponta o significado da intersectorialidade a partir da visão dos profissionais de Serviço social entrevistados na pesquisa de campo no município de Barreirinha/AM.

SIGNIFICADO DE INTERSETORIALIDADE NA GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS	
Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos da narrativa dos assistentes sociais do SUAS em Barreirinha
Integração (2)*	Entendo da seguinte forma nenhuma política caminha sozinha, uma depende da outra para que o usuário tenha seus direitos efetivados na sua totalidade, os mesmos usuários que atendemos aqui, são usuários da política de saúde, que são usuários da educação [...] seria a integração de todos os dispositivos em prol do desenvolvimento do ser humano (assistente Social Guaraná). As políticas tem que trabalhar integradas, realizar ações em conjunto para ter resultados (Assistente Social Babaçu).
Articulação (4)*	[...] as política públicas deveriam conversar entre si, [...] (Assistente Social Urucum). É a junção de vários profissionais e políticas públicas que se articulam para atuar em determinada situação (Assistente Social Flor da Lua) A intersectorialidade na gestão conduz a uma ação articulada políticas públicas (Assistente Social Vitória-Régia). Eu entendo como articulação com outros setores buscando olhar ao todo nas questões sociais (Assistente Social Sumaúma)

**Quadro 04:** Significado de intersectorialidade na gestão de políticas sociais

\*Quantitativo de narrativas direcionadas para esta categoria.

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da pesquisa de campo, 2022

Para a maioria dos assistentes sociais entrevistados (04 profissionais), a intersectorialidade significa maior articulação entre profissionais e políticas públicas, essa análise converge com a discussão traçada neste segundo capítulo do trabalho. Dos assistentes sociais, apenas dois (02) apontam como significado a integração, relatando que consiste em certa junção e acompanhamento para ações eficazes, no que tange ao alcance de resultados satisfatórios.

A prevenção e as respostas aos desastres devem ser intersectoriais, requerendo, como ressalta Bronzo e Veiga (2007, p. 6), “um enfoque de ação integrada entre os diversos setores e campos de ação governamental”. Santos (2012) também salienta que para as ações apresentarem melhor qualidade e legitimidade, é preciso que se tenha uma forte articulação com os demais setores. Como a política de Assistência Social não anda sozinha, parte daí também a importância de parceria com as demais políticas setoriais, para uma atuação que não se constitua em uma improvisação de recursos materiais e humanos (SIENA, 2009).

Tanto a decretação de Estado de Calamidade Pública e de Situação de Emergência têm impactos humanos e sociais significativos e, portanto, podem demandar a atuação da política de Assistência Social. Muitas vezes, a gestão intersectorial nestas circunstâncias geralmente materializa-se em espaços de articulação e gestão sistêmica (BRASIL, 2020).

Bronzo e Veiga (2007, p.3) enfatizam que o aspecto da “intersectorialidade se materializa em diferentes âmbitos, no nível decisório, no campo dos arranjos institucionais e no das práticas operativas e metodologias de trabalho”.

Considerando que a Assistência Social é parte integrante do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC, este sistema por meio de seus órgãos executores, tem como objetivo abranger os atores públicos e privados, conforme suas missões institucionais e habilidades, para que os desastres não aconteçam (gestão de riscos) ou minimizar suas consequências e reconstruir áreas afetadas (gestão de desastres). Tendo as pessoas como o principal foco da gestão dos riscos e desastres, a política de assistência social tem um papel fundamental no sistema, principalmente quanto ao mapeamento de riscos sociais, na identificação das demandas de prevenção e mitigação de riscos e nas ações de socorro e assistência humanitária (BRASIL, 2020).

O documento em questão (Diretrizes para Atuação em emergência socioassistencial, 2020) apresenta eixos estratégicos que correspondem à metodologia de trabalho imprescindível em uma situação de emergência, sendo estes: Eixo I - Gestão Legal, Administrativa e Orçamentária; Eixo II – Vigilância Socioassistencial; Eixo III - Trabalho

Social com Famílias e Indivíduos; Eixo IV – Benefícios Socioassistenciais e Transferência de Renda; Eixo V – Acolhimento; Eixo VI – Articulação e Intersetorialidade.

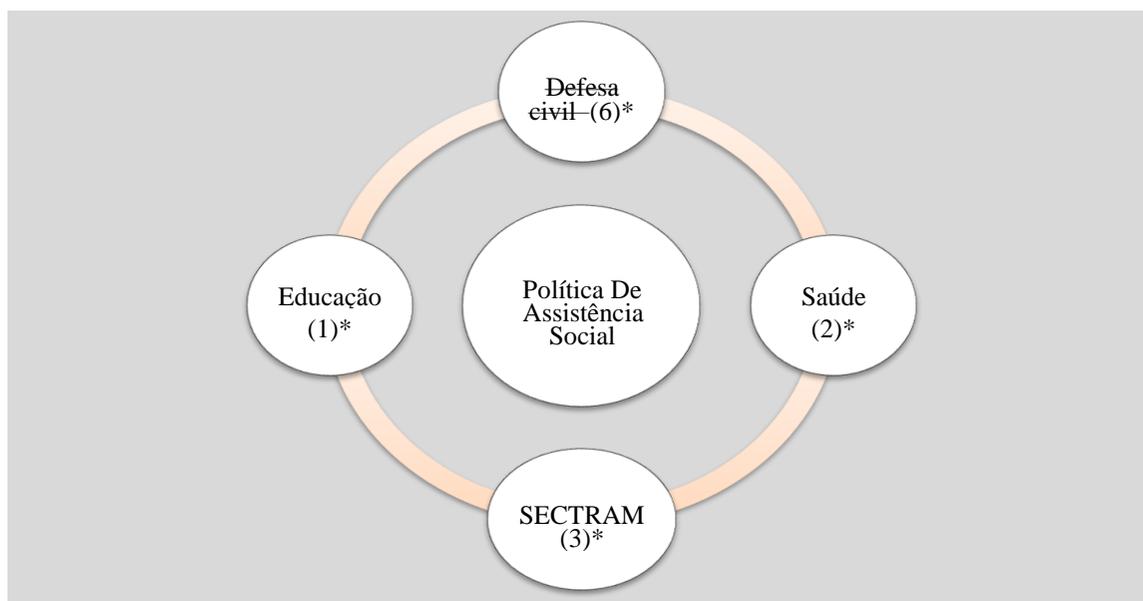
Destaca-se neste estudo a abordagem do último eixo, ressaltando a importância da temática da articulação e intersetorialidade no conjunto de ações. A abordagem das diretrizes da atuação da Política de Assistência Social, em contextos de emergência socioassistencial, abrange: a primazia da coordenação do poder público-estatal; ações coordenadas e fortalecimento das capacidades locais; garantia dos direitos, prevenção e combate à violência e violação de direitos; fortalecimento da participação e do controle social e respeito à cultura local e a Atuação intersetorial. Está última destacada como:

reconhecimento da importância da atuação em rede, como parte de um sistema integrado de resposta à emergência, envolvendo diversos setores e atores sociais, como, por exemplo, a sociedade civil e aqueles que compõem o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, de forma a atender os direitos individuais e coletivos, bem como minimizar os danos advindos dos contextos de emergência socioassistencial (BRASIL, 2020 p.16).

Em um cenário de emergência faz-se necessário “um olhar cuidadoso e minucioso para identificação do público afetado, e a priorização do atendimento, de acordo com cada situação, a fim de se viabilizar o acompanhamento destas pessoas” (BRASIL, 2020 p. 18).

Um ponto importante a ser ressaltado quanto ao contexto de emergência é a capacidade operativa de potencializar a articulação entre as redes de proteção social das políticas setoriais, tais como saúde, habitação, defesa civil, esporte, cultura, lazer, educação entre outras. Isto para que a execução de respostas seja garantida com rapidez e qualidade, assim como se estabeleça a atuação em equipe, com compartilhamento de informações e encaminhamento para a rede socioassistencial e setorial.

A partir das falas dos profissionais entrevistados foi possível indicar as parcerias mais prevalentes em âmbito de emergência e calamidade no município de Barreirinha.



**Figura 12:** Parceiros nas ações

\*Quantitativo de narrativas direcionadas para esta categoria.

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da pesquisa de campo, 2022

Conforme relatado pelas assistentes sociais entrevistadas as parcerias mais prevalentes ocorrem em sua maioria com a Defesa Civil (indicado na totalidade das falas das 06 entrevistadas), como exemplo cita-se: “A parceria acaba sendo maior com a defesa civil, em relação ao local de entrega 2021 e 2022 foi em parceria com a SECTRAM e houve a disponibilização da área da saúde para entrega de benefícios” (Assistente Social Guaraná). Nas demais falas além da defesa foi mencionado a Secretaria Municipal de Cultura Turismo e Meio Ambiente – SECTRAM, muito em razão do local onde variadas ações são realizadas. Também foram mencionam ainda a Saúde e educação. Importante ressaltar que a atuação do Estado (SEAS) citada pela Assistente Social Vitória Régia, ocorreu principalmente em relação à concessão de benefícios.

Abaixo algumas imagens de ações realizadas no ano de 2021, parcerias entre defesa civil e Política de Assistência Social, como a entrega de materiais de higienização, cestas básicas e a construção de assoalhos adaptados para pessoas com deficiência em razão do difícil acesso com a subida das águas.



**Figura 13:** Ações Assistência Social e Defesa Civil no ano de 2021

**Fonte:** facebook/Prefeitura Municipal de Barreirinha

Cabe enfatizar que a Política de Assistência Social se configura muitas vezes como porta de entrada aos usuários para as demais políticas setoriais, ressaltando ainda mais a necessidade de qualificação do trabalho intersetorial e dos encaminhamentos que forem necessários. Assim como pode acontecer com os demais setores em relação ao SUAS. Neste sentido, é primordial assinalar as inter-relações da política de Assistência Social com as demais políticas públicas e organizações da sociedade civil (BRASIL, 2020).

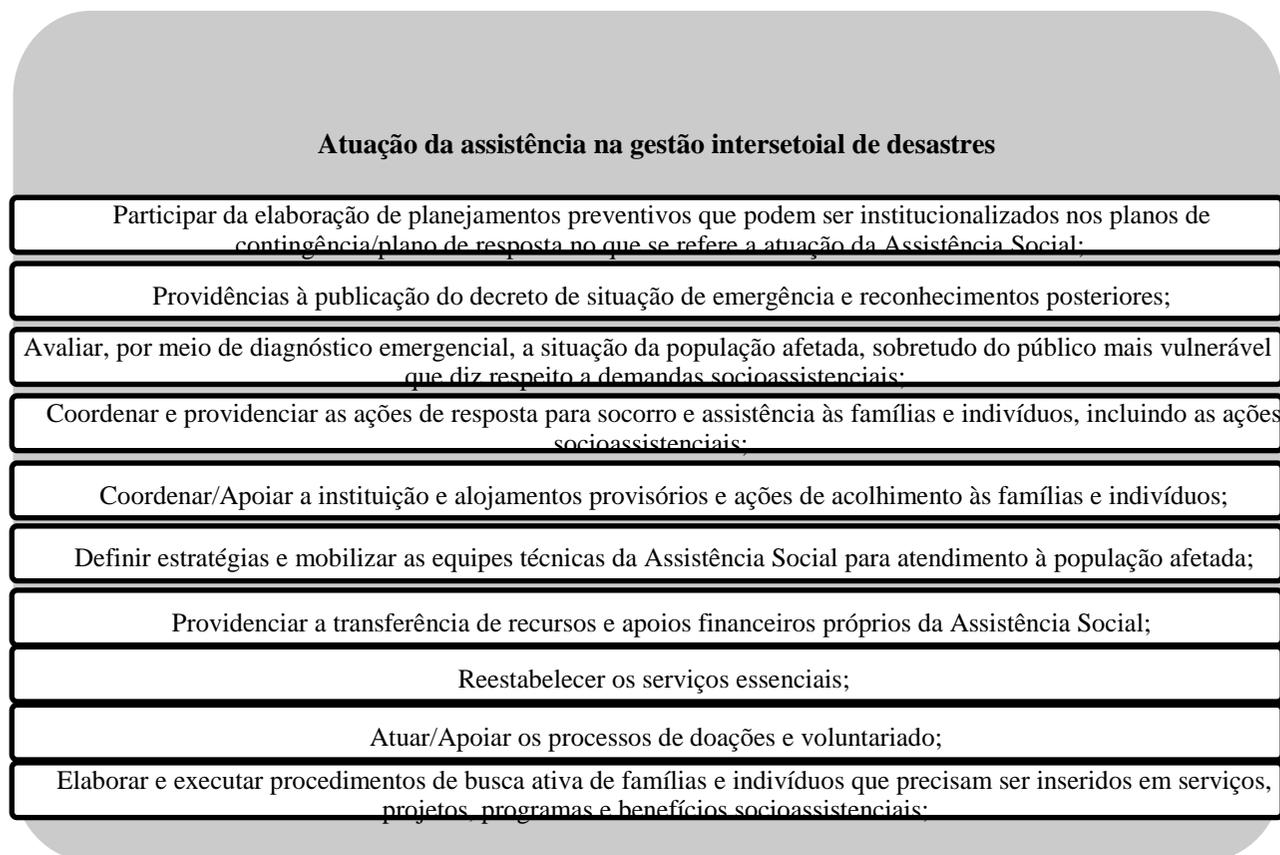
Cada eixo apresentado no documento (Diretrizes para Atuação em emergência socioassistencial) se divide nas etapas do processo de atendimento e do impacto do evento de emergência, sendo estes a pré-emergência, emergência e pós emergência. Essas etapas são organizadas a partir da função de cada ente federado no âmbito da Política de Assistência Social, sem deixar de lado a busca de parcerias de instituições públicas e privadas.

A intersetorialidade na gestão de contextos de emergência socioassistencial implica na adoção de medidas que envolvam diversos setores e atores sociais, tendo como objetivo desenvolver um conjunto de ações e políticas setoriais voltadas à proteção social, principalmente no alcance de soluções e identificação das vulnerabilidades existentes no território (BRASIL, 2020 p. 93)

Sobre este aspecto, nota-se a consubstancial importância da intersetorialidade, visando a amplitude de situações que podem decorrer de uma emergência, sendo necessário a participação de instituições que atendam a variadas demandas.

No campo da Assistência social, o documento Brasil (2020) indica que geralmente, a gestão intersetorial nestas situações materializa-se em espaços de articulação e gestão sistêmica, compreendendo gabinetes/comitês/grupos de crise e/ou centros de operação e

necessitando ser institucionalizados nos municípios, neste âmbito cabe à Assistência Social, conforme a figura a seguir:



**Figura 14:** Atuação da assistência na gestão intersetorial de desastres

**Fonte:** Elaborado a partir de Brasil (2020 p. 22-23).

O trabalho conjunto ainda reafirma o ato de planejar previamente como fundamental para que as ações deem conta de atender de forma qualificada a população afetada. Assim, a área de assistência social deverá atuar em conjunto com as ações das demais áreas envolvidas, principalmente junto à área de proteção e defesa civil, articulando-se quanto ao planejamento, execução e monitoramento das ações emergenciais, considerando necessária rapidez nas ações de resposta.

#### 2.4 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA INTERSETORIALIDADE NO PLANEJAMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA EM BARREIRINHA/AM

Neste tópico será apresentada uma análise a partir do plano municipal de assistência social (PMAS) 2018 -2021 e PMAS 2022-2025 do município *locus* do estudo. Essa

abordagem foi realizada com base na pesquisa documental quanto ao planejamento do SUAS no referido município.

Na Assistência Social brasileira foi a partir de 2004, por meio da PNAS, que o planejamento foi exigido nas três esferas de governo. Assim, compreende-se que para construção do SUAS é necessário um conjunto de regulações e articulações, respeitando-se a autonomia e competência de cada ente federado, que deveriam ser pactuadas entre os agentes públicos e com a sociedade civil, sendo essa premissa instrumento estratégico para a descentralização democrática da assistência social (BRASIL, 1993).

A abordagem aqui apresentada decorre a partir de dois planos pertinentes ao período da pesquisa, tanto daquele que se encerrou no ano de 2021, como as metas traçadas para os anos de 2022 a 2025. Centra-se nos pontos que referenciam as características da implementação da intersetorialidade, direcionando o olhar tanto no planejamento em geral da política em nível municipal, como especificamente em possíveis estratégias em contextos de emergência ou calamidade.

Em seus objetivos específicos, o PMAS (2018-2021) de Barreirinha/AM sinaliza a necessidade de “fortalecer a rede socioassistencial para sua melhor articulação” (p. 28). Nestes termos, pode-se inferir como uma iniciativa para uma atuação intersetorial, tendo em vista que no processo de garantia de direitos está a rede socioassistencial, caracterizada como a articulação de setores que permitem a viabilização dos direitos, ressaltando que para um melhor funcionamento das redes, deve haver boa articulação interdisciplinar e intersetorial, além de investimentos financeiros, para que os objetivos sejam alcançados coletivamente (ANDRADE *et. al.* 2015).

A utilização da estratégia intersetorial dinamizada para obtenção de resultados integrados, conforme Garajau (2013), remete ao trabalho em rede pela interconexão dos atores envolvidos, não sendo nesse contexto apenas pontos de contato, mas conexões possíveis a partir das demandas apresentadas, considerando sua interdependência e complementaridade, percebendo a partir dessa abordagem o trabalho em rede como fundamental para a efetivação da intersetorialidade

O PMAS (2022, p.38) ressalta em um de seus objetivos “Fortalecer a rede socioassistencial e intersetorial visando a garantia e a efetivação dos direitos sociais básicos inerentes aos indivíduos”. Neste item, a presença do termo intersetorial destaca-se como medida de reafirmação de direitos, tanto dentro da política de Assistência Social como na sua articulação com os demais setores, importando salientar a dinâmica de um caráter intersetorial que atenda a uma ação eficaz condizente com a integralidade das respostas das demandas.

Esses apontamentos, no âmbito dos planos municipais de Barreirinha analisados, indicam uma forma de atualização e busca de meios para garantir um gestão com intersectorialidade, visando que de fato possa existir no âmbito local. Andrade *et al* (2015) ressaltam que a articulação permite aos integrantes o sentimento de sujeito pertencente à rede, a necessidade desse uso das redes reafirma o desejo coletivo que existe por inovação, que existe em situações e problemas que não estão mais sendo solucionados pelas formas de gestão anteriores.

Em vários pontos sinalizados em ambos os planos, cabe destacar as atividades a serem realizadas de forma conjunta no âmbito da assistência social. Tanto em medidas de prevenção de riscos sociais com a rede de proteção, bem como com a sociedade civil.

<b>MEDIDAS DE INTERSETORIALIDADE NO PMAS</b>				
<b>Diretriz 2: Continuo aperfeiçoamento institucional do suas, respeitando a diversidade e heterogeneidade dos indivíduos, das famílias e dos territórios.</b>				
<b>Ação /Prioridade</b>	<b>Meta Qualitativa/Quantitativa</b>	<b>Estratégia</b>	<b>Resultado</b>	<b>Impacto</b>
Fortalecer e estender os serviços da rede socioassistencial	Melhoria na qualidade de vida das famílias atendidas pela rede. Atender 100% das famílias que estão em situação de risco social.	Elaborar projetos e trabalhar a Intersetorialidade de das Políticas Públicas com o intuito de fortalecer as famílias / indivíduos que estão em situação de risco social	Diminuir o índice de pobreza e risco social.	Oferecer subsídios através de cursos profissionalizantes que possam garantir geração de renda.

**Quadro 05:** Medidas de Intersetorialidade no PMAS

**Fonte:** Elaboração própria a partir do PMAS (2018-2021)

Pelo exposto, frisa-se a meta de fortalecimento da intersectorialidade, como estratégia entre as políticas públicas, o que dentro da Assistência Social deve ser a base para maior alcance dos usuários em suas necessidades e na garantia de direitos. Pressupor um fortalecimento sinaliza que uma atuação intersectorial existe mesmo que de forma ainda incipiente e/ou fragilizada.

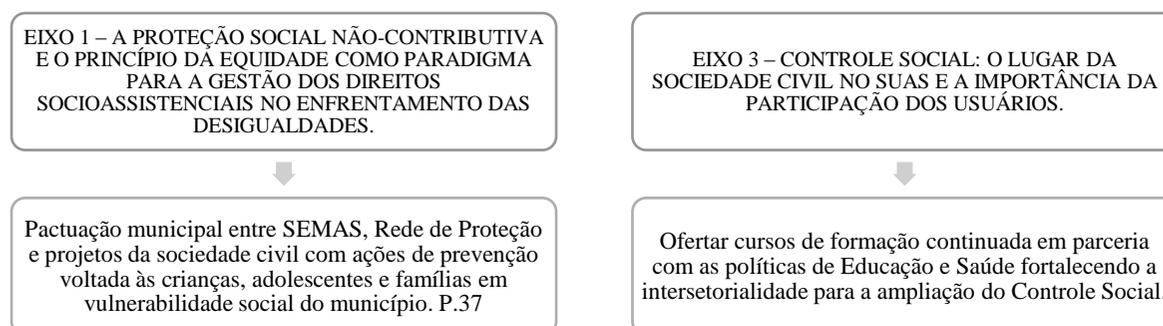
Conforme algumas orientações do então MDS (2008 p. 25)

A assistência social deve não só buscar dados e informações disponíveis nas demais políticas, mas integrar suas diferentes visões da realidade, compatibilizando-as e reconstruindo-as na sua globalidade. Dados e informações setoriais compõem um

quadro mais complexo, evitando um desenho analítico fragmentado da realidade local. A interlocução entre as políticas setoriais deve ser mantida em todo o processo de planejamento e durante a execução do plano.

Planejar pressupõe o conhecimento da realidade local onde se vai atuar, permitido em seus pormenores a utilização de suas características para estratégias de acesso às necessidades e condições, como de potencialidades emancipatórias e de garantias de direitos. Realidade complexa de territórios e população são informações primordiais para a execução de um planejamento, do qual se pretende partilhar da intersectorialidade, assim como da abrangência das políticas sociais no entorno, para articulação e integração de ações, como é o caso do Município de Barreirinha e suas particularidades, que foram discorridas no Capítulo 1 deste estudo. Para Medeiros e Lira (2015 p. 06), é “imprescindível um conjunto de conhecimentos que para além da técnica articula-se à dimensão política e ética, apontando para um trabalho intersectorial”.

Nos planos analisados também estão presentes as deliberações de conferências municipais, a partir do tema e eixos distribuídos, sinalizando apontamentos sobre a intersectorialidade.



**Figura 14:** Eixos sobre intersectorialidade PMAS (2018-2021)

**Fonte:** Elaboração própria a partir do PMAS (2018-2021)

O PMAS (2022) na diretriz 05 assinala a perspectiva aqui traçada sobre a intersectorialidade, apresentando estratégias para que haja ação intersectorial, com seus objetivos e resultados.

<b>Diretriz 5. Plena Integralidade Da Proteção Socioassistencial</b>				
<b>Ação/Prioridade</b>	<b>Meta Qualitativa/ Quantitativa</b>	<b>Estratégia</b>	<b>Resultado</b>	<b>Impacto</b>

<p><b>Fortalecer e ampliar a rede intersetorial, com intuito de garantir a efetivação dos direitos sociais básicos dos indivíduos.</b></p>	<p>Construir parcerias fundamentais para o desenvolvimento da PNAS afim de garantir a ampliação e fortalecimento da intersetorialidade. Realizar parcerias com 04 instancias municipais, a saber: Educação, Saúde, Cultura e Meio ambiente.</p>	<p>Criação de cronograma anual de atividades intersetoriais para serem trabalhadas na Proteção Social Básica e Especial.</p>	<p>Atuação assídua da rede intersetorial.</p>	<p>Garantir a efetivação de direitos de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social por meio das parcerias formadas.</p>
--	---	--	---	--

**Quadro 06:** Medidas De Intersectorialidade PMAS 2022

**Fonte:** Elaboração própria a partir do PMAS (2022-2025)

A busca pela atuação intersectorial existe, verifica-se que o Plano de 2022-2025 traz indicações mais prevalentes em relação à temática da intersectorialidade, buscando e traçando estratégias para sua articulação. Até mesmo há uma abordagem sobre as situações de emergência e calamidade, principalmente os picos de cheia e seca, que afetam significativamente a atuação do SUAS na região. É válido salientar que a elaboração do plano envolve as discussões trazidas pelas conferências municipais de assistência social, o que denota tamanha importância, pois na realização no ano de 2021 um dos eixos abordava pela primeira vez as situações de emergência e calamidade como foi ressaltado no capítulo 01 deste estudo, o que abre caminhos para as proposições que visem essa dimensão a partir da realidade local apresentada ao longo da dissertação.

Para Medeiros e Lira (2015), a materialização da intersectorialidade é um desafio, mas também abrange possibilidades, o que demanda o compromisso e vontade dos diversos sujeitos envolvidos, além de uma atuação técnica, um direcionamento ético e político, abarcando o processo formativo, a fim de viabilizar o acesso aos serviços, a garantia e ampliação dos direitos sociais e de cidadania.

### CAPÍTULO III

#### **O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA E CALAMIDADE PÚBLICA DECORRENTES DE ENCHENTES DE RIOS EM BARREIRINHA/AM**

No terceiro e último capítulo é abordada a categoria do Trabalho no âmbito do Serviço Social, em que se apresenta o conceito de Trabalho na sociedade capitalista, a partir da perspectiva crítica Marxiana, abordando o Serviço Social como trabalho, destacando o trabalho interdisciplinar em que o profissional de Serviço Social participa na Assistência Social.

Assim, aborda o trabalho profissional na questão de desastres, como enchentes de rios, especificamente a operacionalização de ações no âmbito de situações de emergência e calamidade no município de Barreirinha/AM, ressaltando as falas dos sujeitos de estudo atuantes nesse contexto, seus desafios, e a análise que fazem de dada situação.

#### **3.1 - ABORDAGEM CONCEITUAL SOBRE TRABALHO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL**

Inicialmente é necessário deixar claro que este estudo adota a concepção de trabalho para pensar o exercício profissional do Assistente social<sup>16</sup>. Assim, o estudo pauta-se na concepção elucidada por Iamamoto e Carvalho (2005), que compreendem o Serviço Social como uma especialização do trabalho coletivo. Ou seja, o Profissional assistente social está inserido na divisão social e técnica do trabalho.

Ao se falar sobre o trabalho profissional do assistente social no contexto da sociabilidade burguesa, é preciso considerar como um dos aspectos centrais para a análise a centralidade da categoria trabalho. Marx (1988) apresenta o trabalho como categoria fundante do homem, por meio do trabalho o homem se apropria e transforma a natureza, pois a transforma a partir de uma prévia ideação, criando as mediações para satisfazer as suas necessidades. Ao transformar a natureza, os homens também se transformam, pois adquirem

---

<sup>16</sup> Existe uma polêmica sobre se o Serviço Social é trabalho ou prática profissional. De acordo com Lessa (2012), o Serviço Social não é trabalho porque sua ação e intervenção não implica objetivamente um produto material, levando o autor a conceber o Serviço social então como uma atividade ou uma prática de auxílio à classe exploradora na reprodução das relações de expropriação dos trabalhadores. Nossa intenção não é abordar essa complexa controvérsia, mas situar a perspectiva teórica na qual o estudo se coaduna, ou seja, com a perspectiva que concebe o serviço social como trabalho.

sempre *novos* conhecimentos, habilidades e se aperfeiçoam tecnicamente. Esta nova situação faz com que surjam novas necessidades e novas possibilidades para atendê-las.

No ínterim do desenvolvimento das forças produtivas emergiu o modo de produção capitalista, conforme Marx (1998). Martinelli (2001) situa os traços definidores deste modo de produção a partir dos estudos em Marx, em que destaca a posse privada dos meios de produção por uma classe e a exploração da força de trabalho daqueles que não possuem os meios de produção. Isto permite que se instaure o ciclo de vida do capital, o seu processo de acumulação primitiva. “Toda a sociedade vai se dividindo, cada vez mais, em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes, que se enfrentam diretamente: a burguesia e o proletariado” (MARX & ENGELS, 1981 p. 31 apud MARTINELLI, 2001 p. 37).

Tinti (2015), com base nos estudos de Antunes (2003), ressalta que o profissional de Serviço Social é concebido como um ser social que trabalha sob dada condição concreta, entretanto dotado de potencial para a criação, já que o ato teleológico é que fundamenta a especificidade do ser social. Assim, este ser social cria e reconstrói as próprias condições de sobrevivência a procura da produção e reprodução da sua vida societal. A gênese do Serviço Social está fundada no trabalho, bem como sua elevação em relação à sua própria base e aquisição de autonomia.

Paulo Netto e Braz (2008) ressaltam que o modo de produção capitalista tem na Revolução Industrial o período de grande ascensão em sua consolidação, que aconteceu entre os séculos XIX e XX, que ressignificou o trabalho humano, sujeitando-o à lógica do capital, fundando as relações de trabalho em relações assalariadas e de expropriação de mais-valia. Sendo assim, a burguesia que detinha os meios de produção, tinha o operário como tão somente força de trabalho, uma mercadoria da qual necessitava para sua expansão (MARTINELLI, 2001).

Na dinâmica da sociedade capitalista, as determinações sociopolíticas do Serviço Social em sua origem e os processos que levam à sua organização como profissão são condicionados pelas necessidades derivadas do desenvolvimento capitalista, já em sua idade madura, em seu estágio monopolista (RAICHELIS, 2009).

Diante do aumento de conflitividade real ou potencial, em um cenário produto do desemprego, das precárias condições de trabalho, da queda do salário real e frente à ampliação da organização popular, sobretudo sindical, a hegemonia burguesa *amplia o Estado*, afastando a exclusividade das lutas de classes da trajetória econômica e da sociedade civil e direcionando-a também à esfera política e estatal (MONTAÑO, 1997)

A implantação do serviço social não ocorreu de forma isolada, decorreu de um processo de fatores políticos, econômico, sociais e religiosos (LIMA, 1987). O contexto sociopolítico e econômico em que se desenvolve a emergência do Serviço Social nos impele a considerar a gênese da profissão, não como uma derivação de anteriores formas de caridade e filantropia, mais técnica, organizada e sistemática, tendo suas *protoformas* senão como o resultado de um processo histórico, vinculado a um momento do desenvolvimento das lutas de classes (MONTAÑO, 1997).

A profissionalização do Serviço Social foi engendrada pelo campo propício criado a partir da crescente intervenção do Estado capitalista nos processos de regulação e reprodução social, por meio das políticas sociais públicas. A Igreja Católica teve importância singular na configuração da identidade de sua gênese no Brasil. Mas, também, sofreu forte influência do contexto do final da Segunda Guerra Mundial, de aceleração industrial, das migrações campo-cidade e do intenso processo de urbanização, aliados ao crescimento das classes sociais urbanas, especialmente do operariado, que vai exigir respostas do Estado e do empresariado às necessidades de reprodução social das classes trabalhadoras nas cidades (RAICHELIS, 2009).

Iamamoto e Carvalho (2005) afirmam que o Serviço Social é um tipo de especialização do trabalho coletivo, situado no interior da divisão sociotécnica do trabalho. É, portanto, um elemento que participa da reprodução das relações sociais e do relacionamento contraditório entre as classes fundamentais presentes na realidade social. É, portanto, no contexto do desenvolvimento do capitalismo industrial e da expansão urbana, que se coloca a necessidade do profissional de Serviço Social, enquanto mediador das classes fundamentais de então; burguesia industrial e proletariado fabril.

Esse processo conduziu ao surgimento de um crescente conjunto de instituições sociais, criando o espaço ocupacional para o Serviço Social emergir como profissão, no contexto em que a questão social se põe como alvo da intervenção do Estado, por meio das políticas sociais públicas (RAICHELIS, 2009).

A questão social se mostrava presente nesta transição para indústria, se mostrava como uma consequência do desenvolvimento capitalista, chamando a atenção por estar se transformando em um grave “problema social”, ou seja, um problema decorrente da contradição nas relações entre capital e trabalho (LIMA, 1987).

A questão social enquanto manifestação no cotidiano da vida social da contradição entre essas classes serviu como base de justificação para a necessidade do trabalho profissional do assistente social. A socialização dos custos de reprodução desta força de

trabalho exigiu a presença do Estado no que se refere à constituição de políticas sociais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005). E as políticas sociais passam a se constituir como solo ocupacional do profissional de Serviço Social.

Para os assistentes sociais foi reservada, prioritariamente, a relação com os segmentos sociais mais vulnerabilizados pelas sequelas da questão social e que buscam, nas políticas públicas, especialmente nas políticas sociais, em seus programas e serviços, respostas às suas necessidades mais imediatas e prementes (RAICHELIS, 2009)

Para Iamamoto (1992, p. 95)

o Serviço Social se institucionaliza e se legitima como profissão [...] quando o Estado centraliza a política assistencial, efetivando através de serviços sociais implementados pelas grandes instituições; com isso, as fontes de legitimação do fazer profissional passam a emanar do próprio Estado e do conjunto dominante.

Uma nova fase da profissão teve início na conjuntura da ditadura militar que ocorreu no Brasil de 1964 a 1985, tendo base em interesses imperialistas na expansão do modelo econômico capitalista, ou mesmo para reter uma expansão do comunismo na América Latina. A autocracia burguesa exigia uma nova postura do profissional, era necessário que agisse com racionalidade. Assim, o assistente social tem uma significativa modificação no seu agir profissional. Paulo Netto (2005) ressalta que o fato central é que no curso deste processo, modifica-se o perfil profissional no mercado de trabalho em que as novas condições do cenário frente à autocracia burguesa faziam emergir “um assistente social ele mesmo ‘moderno’ – com um desempenho onde traços ‘tradicionais’ são deslocados e substituídos por procedimentos racionais” (Idem, p. 123).

Neste contexto na América Latina emerge o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, este se configurou como um processo de questionamento aos referenciais conservadores que norteavam a formação e a prática profissional. No Brasil, este processo de renovação do Serviço Social ocorreu nas décadas de 1980 e 1990, mais precisamente. Este momento é marcado por uma nova visão do trabalho profissional, em que se defende a necessidade de uma análise crítica da realidade social, aperfeiçoando o agir profissional ao responder a questão social, sob bases teóricometodológicas para superação práticas tradicionais da profissão.

O chamado Movimento de Reconceituação introduziu o pensamento de Karl Marx na profissão como forma de produzir um perfil profissional mais crítico dos assistentes sociais para que estejam mais bem capacitados na forma de atuar nos desafios postos à profissão.

Paulo Netto (2005) ressalta que a partir dos anos 80 do século XX, identifica-se a primeira incorporação bem sucedida, de fonte clássica, da tradição marxiana para a compreensão do Serviço Social, materializando um novo perfil intelectual do Assistente Social, em que os avanços conquistados nas pesquisas investigativas da categoria nas décadas de 80 e 90 vão demonstrar a incorporação do marxismo no Serviço Social.

A direção social adotada pelo Serviço Social baseada no pensamento social crítico avançou nas dimensões teórico-metodológicas, ético-política e técnico-operativa. Isto pode ser visualizado nos Códigos de Ética Profissional do Serviço Social de 1986 e de 1993, que romperam com a visão tradicional da profissão, sendo que a reflexão ética deixa de ser puramente teórica e passa a se constituir como um instrumento de intervenção prática (MATHIS; SANTANA, 2009).

Esta direção permitiu a construção e consolidação do Projeto Ético Político do Serviço Social brasileiro, sendo expresso objetivamente na Lei de Regulamentação Profissional (Lei nº 8.662, de 7 de Junho de 1993), no Código de Ética de 1993 e nas Diretrizes Curriculares de 1996.

As conquistas realizadas no seio da profissão, a partir da apropriação do pensamento crítico, consolidaram numa parcela da categoria uma sólida base teórico-metodológica, combinada ao engajamento político nos movimentos organizados e nas instâncias de representação da categoria, somado ao aperfeiçoamento técnico-operativo no exercício profissional.

### 3.2 - O TRABALHO PROFISSIONAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ÂMBITO DE SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA E CALAMIDADE DECORRENTES DE ENCHENTES DE RIOS.

Tradicionalmente, o mercado de trabalho dos assistentes sociais teve o Estado como seu maior empregador. Por essa razão, analisar a profissão e os desafios do projeto profissional nesse contexto das políticas sociais no Brasil requer uma apreensão a partir da dinâmica sócias histórica em que se materializa o trabalho profissional, e dentre as áreas de atuação profissional destacam-se a saúde e a Assistência Social (RAICHELIS, 2009),

A Assistência Social, desde os primórdios do Serviço Social, tem sido um importante campo de trabalho de muitos assistentes sociais. A experiência e intervenção histórica dos

assistentes sociais nessa política social tanto habilita o profissional a compor as equipes de trabalhadores, como atribuem a esses profissionais um papel fundamental na consolidação da Assistência Social como direito de cidadania (CFESS, 2007).

O percurso histórico do Serviço Social em suas elaborações teóricas e respostas profissionais forjadas em diferentes contextos são produtos históricos determinados pela condições em que se efetivam as ações do Estado em relação aos conflitos de classes, sobretudo a partir de suas políticas econômicas, sociais e culturais. Em diferentes contextos institucionais se apoia numa base comum acionada a partir do acervo teórico metodológico e ético político basilar à formação e ao exercício profissional (ALMEIDA; ALENCAR, 2011).

A Cartilha de Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais e Psicólogos na Política de Assistência Social (CFESS, 2007) esclarece esse percurso histórico, tratando da experiência e luta desses profissionais nesse campo de atuação. Os assistentes sociais possuem e desenvolvem atribuições localizadas no âmbito da elaboração, execução e avaliação de políticas públicas, como também na assessoria a movimentos sociais e populares.

A experiência e intervenção dos assistentes sociais na Política de Assistência Social os habilitam a compor as equipes interdisciplinares dos equipamentos de proteção social básica e especial (CRAS e CREAS). Pois as situações sociais vividas pelos sujeitos que demandam intervenções têm a mesma estrutural e histórica raiz na desigualdade de classe e suas determinações, que se expressam pela ausência e precariedade de um conjunto de direitos, entre outras formas de expressão da questão social (CFESS, 2007).

A partir dos resultados da pesquisa de campo, apresenta-se o perfil dos assistentes sociais atuantes na Política de Assistência Social de Barreirinha, considerando a Secretária Municipal de Assistência Social (SEMAS) e os equipamentos CREAS e CRAS. A intenção foi conhecer as particularidades do perfil profissional dos assistentes sociais inseridos na política municipal de Assistência Social, que embora em pouco número operacionalizam enquanto categoria profissional as ações e/ou serviços socioassistenciais no município *locus* da pesquisa.

FORMAÇÃO			
Nº	Ano da graduação	Natureza da instituição	Pós-Graduação
01	2016	Pública	Especialização
02	2017	Privado -presencial	Especialização
03	2009	Privado - à distância	Especialização
04	2019	Pública	-
05	2011	Privado - a distancia	-

06	2021	Pública	Especialização em andamento
----	------	---------	-----------------------------

**Quadro 07:** Identificação

**Fonte:** Elaboração própria com base na Pesquisa de campo, 2022

Os dados do quadro nos permitem visualizar a predominância de assistentes sociais do sexo feminino, o que se coaduna com a tendência da profissão na realidade brasileira, onde existem aproximadamente 200 mil assistentes sociais, sendo que 92% deste total é de mulheres (CFESS, 2022). A orientação heterossexual também foi indicada como predominante (5 entrevistados). Pode-se observar ainda os auto declarados pardos (4 assistentes sociais) e a identificação de uma Assistente Social indígena. Aqui é preciso fazer menção a importância da representatividade profissional indígena, pois em contexto amazônico expressa o acesso ao ensino superior de representantes dos povos originários. Mas também sinaliza a contribuição de uma profissional indígena para pensar o acesso dessas populações tradicionais ao direitos sociais no âmbito da política de assistência social.

No que se refere ao indicador religião, verificou-se que a religião católica foi majoritariamente sinalizada por 5 assistentes sociais. Já ao que se refere à variável idade, observa-se que os assistentes sociais são relativamente jovens, sendo as faixa-etárias recorrentes de 25-29 e de 35-39 anos. Vejamos os indicadores de formação profissional dos profissionais entrevistados no quadro a seguir.

IDENTIFICAÇÃO						
Nº	SEXO	OP. AFETIVO-SEXUAL	RAÇA/COR	RELIGIÃO	IDADE	PESSOA COM DEFICIÊNCIA
01	F	Heterossexual	Parda	Católica	25-29 anos	Não
02	F	Heterossexual	Branca	Judia	35-39 anos	Não
03	F	Heterossexual	Preta	Católica	35-39 anos	Não
04	M	Heterossexual	Parda	Católica	25-29 anos	Não
05	F	Heterossexual	Parda	Católica	40-44 anos	Não
06	F	Bissexual	Indígena	Católica	20-24 aos	Não

**Quadro 08:** Formação sujeitos de pesquisa

**Fonte:** Elaboração própria com base na Pesquisa de campo, 2022

A formação dos Assistentes Sociais e a natureza das instituições de graduação se equivalem em 50% público e 50% privado, importando salientar que formação a distância foi minoria entre os profissionais entrevistados, o que se diferencia do âmbito nacional, em que no Brasil, conforme informa o CFESS (2007), a maioria dos assistentes sociais tem graduação oriunda do ensino a distância (EAD) a presença de unidade da UFAM na cidade de Parintins, onde os Assistentes sociais são egressos e tem mais acesso pela proximidade demonstra tal importância da interiorização da universidade que oportuniza a continuidade dos estudos.

Outra informação importante se refere à sinalização de que os profissionais, em sua maioria, estão dando continuidade à formação e qualificação profissional, com especialização concluída ou em andamento.

Para compor o perfil da inserção profissional de cada assistente social indica-se, conforme o quadro a seguir, o tipo de vínculo profissional à Política de Assistência Social local.

VÍNCULO INSTITUCIONAL DO PROFISSIONAL			
Local De Atuação	Tempo De Atuação	Vínculo	C. H. diária
CRAS	1 a 3 anos	Contrato temporário	5 a 6 h
SEMAS	4-6 anos	Contrato temporário	5 a 6 h
CRAS	6 meses a 1 ano	Contrato temporário	7 A 8 hs
CRAS	1 a 3 anos	Contrato temporário	7 A 8 hs
CREAS	1 a 3 anos	Contrato temporário	5 a 6 h
CRAS	6 meses a 1 ano	Contrato temporário	5 a 6 h

**Quadro 09:** vínculo institucional do profissional sujeitos de pesquisa

**Fonte:** Elaboração própria com base na Pesquisa de campo, 2022

A maioria dos profissionais entrevistados (4 sujeitos) é vinculado ao CRAS, consistindo na proteção social básica, seguido pela atuação na secretaria de assistência e na proteção social especial de média complexidade (apenas um profissional em cada equipamento). O tempo de atuação dos profissionais mais prevalente refere-se ao período de 01 a 03 anos (três entrevistados), sendo seguido pelo período de meses a 1 ano (dois entrevistados) e apenas um entrevistado tinha 4 anos de atuação. O que se observa nesse contexto é a prevalência de profissionais que estão tendo a sua primeira atuação profissional como assistentes sociais no âmbito municipal. O que pode ser considerado um salto positivo, tendo em vista, como salienta Raichelis (2013), que muitas pesquisas evidenciam as dificuldades para o ingresso do profissional recém-formado no mercado de trabalho, decorrente da falta de experiência comprovada, falta de oportunidade de novos empregos, falta de vagas, campo fechado e competitivo.

Em relação à forma de contratação, todos os profissionais estão com contratos de trabalho de forma temporária, denotando instabilidade e insegurança nos postos de trabalho em relação à forma de contratação dos profissionais. Por essa razão, no âmbito do trabalho poderá sinalizar uma grande rotatividade de profissionais, implicando em desperdício de recursos em capacitação, considerando os constantes recomeços com novas demandas de

qualificação para as mesmas funções, também acarretando a fragilização do vínculo de confiança entre o usuário e as equipes CRAS e CREAS (ARAÚJO *et al.*, 2017).

Sobre a carga horária de trabalho, a maioria dispõe de 30 horas semanais, o que está coerente com a Lei 12.317 de 2010, que estabelece a jornada de trabalho para assistentes sociais em 30 horas semanais sem redução salarial, sendo inserida na lei de regulamentação da profissão. As orientações do CFESS (2007) abordam que deve assegurar o tempo e condições para o profissional responder com qualidade às demandas de seu trabalho, considerando tempo para estudos e capacitação continuada no horário de trabalho, garantindo ainda apoio ao profissional para participação em cursos de especialização, mestrado ou equivalentes, que visem à qualificação e aprimoramento profissional.

Após essa breve abordagem do perfil dos assistentes sociais participantes da pesquisa, retomasse a discussão específica do objeto deste estudo, estes aspectos apresentados corroboram as discussões da realidade e desafios aos profissionais de Assistência Social, da efetivação da Política de modo geral.

Destaca-se que o Assistente Social é chamado a intervir nas situações de emergência e calamidade, tendo por característica a teoria dos desastres. Este é o foco de nosso objeto de estudo, ou seja, a análise da atuação do profissional de Serviço Social no âmbito da Política de Assistência Social nas ações em situações de desastres que acarretam emergência e calamidade pública, particularmente as decorrentes de enchentes.

O contexto observado no período do estudo envolveu não somente um panorama de desastres relacionado às enchentes dos rios no município, mas envolveu também a crise sanitária mundial que trouxe profundas mudanças à forma de atuação e atendimento ao público alvo da Política de Assistência Social, considerando todas as medidas sanitárias requeridas pela organização de saúde.

Uma crise que se configura não somente como sanitária, mas conforme o CFESS (2022), também tem caráter social, econômica, ambiental e política, em que uma gama de profissionais da categoria de “assistentes sociais foi convocada para atuar na chamada linha de frente, para atender às camadas sociais mais expostas à situação de calamidade” (p.02).

Para vislumbrar essa discussão o quadro a seguir indica a visão dos profissionais entrevistados sobre as situações de emergência e calamidade na política de assistência social, cuja análise de conteúdo das entrevistas ocorreu a partir de referências que direcionam sua atuação.

VISÃO SOBRE AS SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA E CALAMIDADE NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos da narrativa dos assistentes sociais do SUAS em Barreirinha
Apresentam situações de riscos (4)*	<p>[...] São situações que levam a risco social, advindos de desastres acidentas e naturais [...] (Assistente social flor da lua).</p> <p>São situações de alto risco que se apresentam a população (Assistente social Babaçú).</p> <p>Se trata de desastres de pequena e média complexidade com danos ou prejuízos (Assistente social Sumaúma).</p> <p>Em que se trata a calamidade [...] por situações difíceis [...] (Assistente social Urucum).</p> <p>[...] talvez pelo contexto da sociedade, os principais atingidos são aqueles que estão em vulnerabilidade e risco social, [...] é um público que está exposto, a todos esses tipos de riscos, tem a política de assistência social como mediador, [...] conjuntamente as demais políticas (Assistente Social Guaraná).</p>
Agudizam expressões da questão social (2)*	<p>São situações que colocam a população em risco social, dos quais passam a necessitar de proteção e garantia dos mínimos sociais, vale ressaltar que os “desastres naturais” são resultantes de uma histórica sociedade desigual, capitalismo de ganância infinita (Assistente social Vitória - Régia).</p>

**Quadro 10:** Visão Sobre as Situações de Emergência e Calamidade na Política de Assistência Social

\*Quantitativo de narrativas direcionadas para esta categoria.

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da pesquisa de campo

É válido salientar que este direcionamento das narrativas dos assistentes sociais entrevistados para as iniciativas em situação de risco, decorrentes de emergências circunstanciais e calamidades, está presente nas diretrizes do SUAS e no âmbito profissional do Serviço Social. A profissão tem uma larga história em desastres e no atendimento da população em momentos de crise. A publicação do CFESS (2022 p. 02) ressalta que

quando se fala em situações de calamidades, é preciso compreender que não se trata de “desastres naturais”, eventos isolados, inesperados, casuais, descolados da sociabilidade burguesa. O que é chamado de “calamidade” ou “desastre” faz parte de uma histórica política desigual de acesso às riquezas sociais e de uma histórica expropriação e capitalização do território, o que implica em ocupações precárias e em áreas de risco. Estas não são situações pontuais, imprevisíveis, naturais. Estas são, senão, expressões próprias da “questão social” em sua forma mais agudizada.

As primeiras quatro (04) falas descritas no quadro anterior se apresentam em relatos pontuais com relação ao risco gerado a partir dessas situações, sem mencionar qualquer outra justificativa ou argumentação sobre contexto social.

As menos citadas (02 falas) discorrem com maior forma crítica à realidade apresentada por uma emergência, destacando a visão de totalidade e inserção no contexto que molda a sociedade, em que aqueles que já vivenciam situações de vulnerabilidade e riscos têm a agudização dessas expressões da questão social. Corroborando com os dados de Dutra (2018), ao ressaltar que é nos processos de tecitura cotidiana que vão se moldado os rostos das vítimas de um desastre, que acabam por vivenciar violações que vão além do momento do impacto. A autora ainda ressalta que a sociologia dos desastres “tem buscado se contrapor à interpretação predominante dos desastres, com base na afirmação de duas noções fundamentais: desastres são considerados fenômenos sociais e têm origem na estrutura social” (DUTRA, 2018 p. 18).

A atuação do assistente social possibilita que a população atingida tenha acesso aos serviços básicos disponíveis e seus direitos fundamentais garantidos durante e após a crise. Esses apontamentos podem ser visualizados no Código de Ética Profissional, no qual este atendimento se apresenta como um dever do Assistente Social, art. 3º do Código de Ética do Assistente Social (CFESS, 1993, p. 27), o qual dispõe que o profissional deve “participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades”.

Todas essas sinalizações diante das narrativas analisadas indicam a necessidade de responsabilidade ética e leitura crítica da realidade (CFESS, 2022) também discorrida nos capítulos anteriores. O cenário requer da categoria o agir por meio da *dimensão investigativa* do trabalho profissional, buscando que sua atuação corrobore com respostas distantes de ações pontuais, fragmentadas, imediatistas, onde se utiliza o argumento de situações esporádicas, inesperadas e inevitáveis. Mesmo diante de situações de calamidades que possam exigir respostas profissionais imediatas, na maioria das vezes vivenciada por assistentes sociais, a profissão tem arcabouços teóricometodológicos, ético-políticos e técnico-operativos que garantem o trabalho profissional na direção de construção de respostas qualificadas frente às mais diversas demandas (CFESS, 2022).

A seguir se apresentará as principais demandas do contexto de enchente de rios que demandam a ação profissional dos Assistentes Sociais em Barreirinha/AM.

PRINCIPAIS DEMANDAS AO TRABALHO PROFISSIONAL	
Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos da narrativa dos assistentes sociais do SUAS em Barreirinha
Concessão de benefícios eventuais (4)*	Nossa maior demanda são famílias em situação de vulnerabilidade e risco social que atendemos com auxílios (Assistente social Sumaúma). Na pré emergência: famílias com dificuldades de acesso, na emergência famílias desalojadas e com casas parcialmente afetadas, o responsável familiar busca atendimento para concessão de cesta básica, devido escassez de trabalho esse período. [...] na pré emergência coordenar e realizar levantamento das famílias, na emergência realiza a concessão de benefícios eventuais por vulnerabilidade temporária (Assistente social flor da lua).
Estudo do território (3)*	As famílias procuram aquele profissional que vai resolver de forma imediata aquela situação, procuram a gente por uma perda, no sentido de que a ente consiga articular o reparo desses danos. Na emergência as ações são realizadas na iminência de uma enchente, em atendimento de danos na pós estudo território e análise socioeconômica (Assistente social Urucum). Então ele é mais relacionado a contemplação de beneficiários, dos benefícios que vem do estado, nesse período especificamente o nosso trabalho é para contemplar esses usuários. Este ano de 2022, a equipe tentou fazer essa pré-emergência, emergência e a pós emergência acredito que não tenha sido feito. A pré: digamos que tenha ocorrido quando a equipe teve a preocupação de sair nos territórios que são atingidos. Pensando também a emergência esse ano (2022) que tenha ocorrido [...] durante é a questão da entrega do benefício do estado ( Assistente Social Guaraná). As principais demandas são as imediatas, na pré emergência acolhida, visando a garantia de direitos sociais. Na emergência, visita domiciliar para concessão de benefício eventual, atuando na execução de políticas sociais e na pós avaliação dos serviço ofertado de forma propositiva e crítica (Assistente social Vitória - Régia).
Orientações (1)*	Na emergência tem alagamento das casas, falta de acesso as ruas, prejuízo no comércio informal. [...] é realizado cadastros e orientações em parceria com a defesa civil (Assistente social Babaçú).

**Quadro 11:** Principais Demandas ao Trabalho Profissional

\*Quantitativo de narrativas direcionadas para esta categoria.

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da pesquisa de campo, 2022

Com relação às principais demandas requisitadas ao profissional de Serviço Social, as indicações foram diversas, as quantidades de categorias empíricas encontradas nas falas dos entrevistados estão para além do quantitativo de profissionais entrevistados (06 sujeitos de pesquisa), pois foram sinalizadas na mesma fala categorias diferentes, equivalendo sua

repetição em cada citação da categoria. A categoria mais prevalente (citada 04 vezes) é a concessão de benefícios eventuais. Os Benefícios Eventuais são provisões suplementares e temporárias que compõem as garantias do SUAS, previsto no art. 22 da LOAS e regulamentado no Decreto nº 6.307/2007. Em que são disponibilizados em forma de bens, serviços ou pecúnia diante de situações de vulnerabilidade que surgem ou se agravaram como de vulnerabilidade temporária, calamidade pública e emergências.

No ano de 2022 foram destinados ao município de Barreirinha/AM 3.207 cartões auxílio enchente, no valor de 300 reais em parcela única. Estes auxílios ocorrem mediante termo de cooperação técnica entre Estado e prefeitura municipal. Estes acordos celebrados a cada ano são o foco de atuação da maior parte dos profissionais tanto da SEMAS e seus equipamentos como da Defesa Civil.



**Figura 15:** Assinatura do termo de cooperação técnica entre Prefeitura e Governo do Estado

**Fonte:** Facebook/Prefeitura Municipal de Barreirinha (2022)



**Figura 16:** Entrega de cartões na operação enchente

**Fonte:** Divulgação (2022)

É importante frisar que as discussões retratam que as expressões da questão se agudizam diante de enchentes, pois, repercutem na locomoção, na economia (CARNEIRO, 2017), pois, demandam novos gastos, como por exemplo construção de marombas<sup>17</sup>, vias de acesso, medicação, aluguel dentre outras situações atípicas ao seu cotidiano.

A pesquisa de Carneiro (2016) sinaliza que a situação de muitas famílias fica complicada, pois muita coisa muda quando se está na enchente. E na maioria das vezes a família que já não vive em condições adequadas, com qualidade de vida, passam por um momento ainda mais difícil.

Os dados do capítulo I bem demonstram a partir dos dados do IBGE (2010) que a extrema pobreza era de 12.795 no município, ainda da localização de bairros em áreas planas,

<sup>17</sup> Suspensão do piso ou criação temporária de um novo piso no domicílio para permanência na residência (CARNEIRO, 2016).

os primeiros acometidos pelas águas, como os bairros de ocupação, onde há moradias inacabadas, com pouca estrutura adequada, muitas ainda sem acesso a água encanada ou energia elétrica. Situando assim as discussões teóricas sobre o impacto e agudização da questão social no desastre.

A segunda categoria encontrada (citada por 03 vezes) é o estudo do território. Entende-se que é imprescindível o reconhecimento do território no qual irá se atuar. Nestes casos, o trabalho realizado pelo Assistente Social é, sobretudo, o estudo social e o levantamento socioeconômico, pois, dispõe das competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, de modo a contribuir nas condições sociais dos usuários atendidos (RIBEIRO; PONTES, 2014).

Em 2022 Barreirinha estava com 23.200 pessoas afetadas e 5.800 famílias atingidas, pela enchente dos rios segundo dados da defesa Civil estadual (2022). Ressaltando a extensão do serviço a ser realizado para alcance não somente da área urbana como da rural. As figuras abaixo ilustram a ida até as áreas alagadas realizadas pelos profissionais da Assistência Social.



**Figura 17:** Visitas dos profissionais in loco Social

**Fonte:** Facebook/Prefeitura Municipal de Barreirinha - 2022



**Figura 18:** Visitas dos profissionais da Assistência  
**Fonte:** Hercules Marinho, 2022

A reflexão crítica deve embasar a intervenção profissional para qualificar as ações da categoria, na direção de suas competências profissionais, fundamentadas na Lei 8.662/1993. Por isso, os apontamentos do CFESS (2022 p. 03) alertam para a necessidade de superar “o imediatismo e ações focalizadas enquanto dever ético da profissão”.

Ao ser convocada para cumprir o dever ético de socorro à população em situação de calamidade pública, a categoria de assistentes sociais deve fazê-lo de maneira competente, articulando, na prática, as dimensões ético-política e teórico-metodológica do Serviço Social. É assumir os compromissos éticos com um novo

projeto societário, livre de exploração (de recursos humanos e ambientais), opressão de classe, raça, etnia e gênero.

Zakour (2007 apud AVILA; MATTEDI; SILVA., 2017) ressalta que o Serviço Social atua na prestação de serviços que proporcionam mitigação da crise à população afetada e o necessário à sobrevivência em meio à situação de emergência provocada pelo desastre. O autor faz crítica no sentido da intervenção social realizada sobre a mitigação, preparação, resposta e períodos de recuperação de desastres referendando que deve avançar para o campo da formação, da investigação teórica e da produção científica.

Entende-se que deveria ser basilar nessas circunstâncias também a disponibilização de dados pré-existentes da Vigilância Socioassistencial, pois esta tem como responsabilidade a produção, sistematização e análise das informações que são tão difíceis durante uma emergência. Em uma fala de uma entrevistada se visualiza uma coleta de informações já no auge da situação de emergência. Por essa razão, é preciso ressaltar que as informações da Vigilância Socioassistencial devem apoiar ainda as atividades de planejamento, organização e execução das ações realizadas pela gestão da emergência e pelos serviços que atuam neste momento (BRASIL, 2020).

Neste sentido, é crucial destacar tal importância da vigilância, diante da complexidade da realidade social que se apresenta aos profissionais. Lima (2021) ressalta a relevância do conhecimento concreto das especificidades regionais e dos danos e agravos que incidem sobre os usuários da política. A autora faz referência à cidade de Manaus, ao analisar que “a leitura da realidade local e a identificação das demandas e das possibilidades dos usuários só podem ser identificadas se o SUAS [...] contar com a efetivação de uma das funções da PNAS: a vigilância socioassistencial” (p. 92), mas a realidade é que em muitos município ainda não está implantada.

A atenção a qualquer demanda envolve o processo de escuta qualificada, acolhida, tanto a do primeiro contato com o usuário, como para oferta de alojamentos provisórios para famílias e indivíduos afetados por contextos de emergência, visando garantir proteção social, e ocorre por meio de processo formal de orientação, conforme e direcionamento do público aos serviços, programas, projetos e demais benefícios socioassistenciais, bem como às demais políticas públicas (BRASIL, 2020).

No que diz respeito à carga horária formal de trabalho em situações de emergência e calamidade, as indicações mais prevalentes (04 profissionais) afirmam que *sim, sempre* ultrapassam a carga horária. Em seguida, 02 entrevistados responderam que *às, vezes* ficam

maior tempo. Brasil (2020) sinaliza que nesses contextos há em alguns casos alteração da rotina dos serviços e da metodologia do fazer técnico, exigindo dos profissionais disponibilidade para flexibilização do horário de trabalho, estruturação implementação de ações nunca desenvolvidas e capacidade para articulação em rede.

Em relação ao número de profissionais de serviço social atuantes nas situações de emergência e calamidade, a maioria dos entrevistados (5 sujeitos de pesquisa) sinalizam ser *insuficiente* para atendimento das demandas e apenas um (01) sujeito de pesquisa afirmou ser *parcialmente suficiente*.

O quadro a seguir irá apresentar as condições de trabalho neste contexto focalizando as condições materiais e existência de equipamento de proteção para uso do profissionais.

CONDIÇÕES DE TRABALHO EM EMERGÊNCIA E CALAMIDADE (MATERIAL, EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO)	
Categories elaboradas a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos da narrativa dos assistentes sociais do SUAS em Barreirinha
Equipamentos insuficientes (6)*	Faltam bastante (Assistente social Sumaúma).
	Insuficiente (Assistente social flor da lua).
	Quando as famílias precisam que o profissional vá <i>in loco</i> , a gente tem dificuldade com a utilização de equipamento de proteção (bota, capa de chuva, lanterna) fora outros insumos que a gente demanda mas o nosso acesso é em limitado (caneta, papel, agenda) (Assistente social Urucum).
	É precário, os E.P.I.s não chegam para que os profissionais, realize o trabalho de modo a assegurar os direitos dos usuários, mas sem colocar os próprios direitos em risco. ( Assistente Social Guaraná).
	As ações de calamidades públicas das quais atuei enquanto profissional, não havia e nem equipamentos de proteção, são condições insalubres (Assistente social Vitória - Régia).
	Equipamento insuficiente e precárias condições de trabalho (Assistente social Babaçú).

**Quadro 12:** Condições de trabalho (material, equipamentos de proteção)

\*Quantitativo de narrativas direcionadas para esta categoria.

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da pesquisa de campo, 2022

Observa-se que todos os profissionais sinalizam a insuficiência de equipamentos para boas condições de trabalho, sendo 06 assistentes sociais. Os desastres ocasionados por enchentes no município de Barreirinha alteram a rotina de muitos moradores, e dos próprios profissionais que prestam seus serviços. Como visto anteriormente é preciso que o profissional

vá in loco realizar estudo socioeconômico, visitas, orientações, o que exige equipamentos para a proteção pessoal dos profissionais.

Nas políticas de assistência social como de saúde, apresenta-se como principal questão assegurar condições de trabalho rente à precariedade, a ausência de EPIs, à intensificação das demandas e a fragilidade dos vínculos de trabalho decorrentes das contratações temporárias (CFESS, 2021b). Neste estudo, na particularidade do município estudado, a realidade da Assistência social não é diferente.

Tal realidade exige que o profissional tenha as mínimas condições de trabalho, como a utilização de equipamentos de proteção para realizar seus atendimentos e intervenções de forma segura.

CONDIÇÕES DE TRABALHO EM EMERGÊNCIA E CALAMIDADE (ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO)	
Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos da narrativa dos assistentes sociais do SUAS em Barreirinha
Falta planejamento (5)*	Infelizmente não há planejamento prévio o que prejudica significativamente as ações (Assistente social Babaçú). Precisa de planejamento (Assistente social flor da lua).
	Não há (Assistente social Urucum). Não há um planejamento das ações, são desenvolvidas de forma imediata (Assistente social Vitória - Régia).
	Não é realizado ( Assistente Social Guaraná).
Desorganizado (1)*	Muito desorganizado, tudo feito às pressas (Assistente social Sumaúma).

**Quadro 13:** condições de trabalho em emergência e calamidade (organização e planejamento)

\*Quantitativo de narrativas direcionadas para esta categoria.

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da pesquisa de campo, 2022

O Assistente Social vem sendo chamado a intervir junto à população em situações de calamidades públicas e emergência, como também está qualificado ao planejamento de ações.

O Serviço de Proteção em Situação de Calamidades Públicas e Emergências prevê a atuação dos trabalhadores da política de assistência social, dentre eles do assistente social. Por isso, este profissional tem autonomia para contribuir no planejamento e administração de políticas de gestão dos desastres, bem como na pesquisa e produção científica na área. Dentro do Serviço de Proteção em Situação de Calamidades Públicas e Emergências, podem-se se agregar intervenções para o Profissional de Serviço Social. Assim, cita-se os seguintes procedimentos:

Proteção social proativa; escuta; orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais; orientação sociofamiliar; referência e contrarreferência; informação, comunicação e defesa de direitos; acesso à documentação pessoal; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com os serviços de políticas públicas setoriais e de defesa de direitos; mobilização de família extensa ou ampliada; mobilização para o exercício da cidadania; atividades de convívio e de organização da vida cotidiana; diagnóstico socioeconômico; provisão de benefícios eventuais (TIPIFICAÇÃO NACIONAL, 2009, p. 44).

Diante das demandas que se apresentam e o trabalho social realizado foi perguntado dos profissionais quanto ao grau de satisfação com o trabalho que é realizado.

<b>GRAU DE SATISFAÇÃO COM O TRABALHO QUE É REALIZADO</b>	
<b>Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo</b>	<b>Transcrição de trechos da narrativa dos assistentes sociais do SUAS em Barreirinha</b>
Pouco satisfeito (5)*	Pouco satisfeito. Acho que tem que ser planejado com antecedência e responsabilidade (Assistente social Sumaúma).
	Pouco satisfeito. É necessário realizar (Assistente social flor da lua).
	Pouco satisfeito. Pouco satisfeito. Com relação ao que você consegue refletir da atuação, muitas vezes uma família que passa por situações de desastres se contenta com o mínimo, mas nós que somos conhecedores da política sabemos que estamos garantido o mínimo, e muitas vezes as limitações dificultam (Assistente social Urucum).
	Pouco satisfeito. Embora a equipe seja comprometida e super atuante as demandas chegam de forma imediata, na maioria das vezes são dadas condições para a atuação profissional. (Assistente social Vitória - Régia).
Muito insatisfeito (1)*	Em relação às condições de trabalho (Assistente Social Guaraná).
	Muito insatisfeito. A falta de planejamento nos leva a negligenciar os direitos da população mais necessitada de nossos serviços (Assistente social Babaçú).

**Quadro 14:** Grau de satisfação com o trabalho que é realizado

\*Quantitativo de narrativas direcionadas para esta categoria.

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da pesquisa de campo, 2022

No âmbito dessa atuação é preciso sinalizar a questão do planejamento, pensar a assistência social de forma sistemática e organizada para agir. A NOB é precisa sinalizando o plano de assistência como um dos instrumentos de gestão necessários ao processo de operacionalização (NOB/05:119).

Dos profissionais atuantes indagados sobre o conhecimento sobre o Plano Municipal de Assistência Social (PMAS), três (3) dos entrevistados demonstraram ter conhecimento integral do documento, e apenas um (1) indicou ter conhecimento parcial e dois (2) disseram não conhecer o PMAS. A assistente Social Flor da Lua relata que *“Sim, tenho acesso e conhecimento do plano de 2022 a 2025. [...] o plano orienta a concessão de benefícios eventuais em casos de desastres”*. A assistente Social Urucum ressalta que conhece parte do plano: *“Parte dele, a parte que coube a mim elaborar [...] Se não me engano no plano colocamos o mapeamento das áreas alagadas, um levantamento para que os benefícios fossem repassados de maneira mais ágil”*.

Sobre o mesmo assunto um (01) Assistente Social ressalta que a respeito do conhecimento do plano *“Sim tenho , o último foi elaborado pela equipe técnica então temos conhecimento por conta da elaboração”*. Quanto à existência de referência à situações de emergência no PMAS, o profissional entrevistado destaca que:

[...]a gente tratou no plano de 2021 a 2022, uma dessas metas do Plano era a gente também buscar um curso de formação para a própria equipe técnica para ter maior conhecimento e domínio, sobre até que os ponto os técnicos de nível superior da política de assistência social podem intervir neste contexto, aqui no município está muito voltado a situação de enchentes, a gente aça tomando a frente, mas sem saber até que ponto nós enquanto profissional podemos ir. Procuramos atender primeiro aqueles que já são usuários da política sociais e depois por um critério de perfil socioeconômico contemplando outras, mas eu como profissional sinto essa necessidade de mais estudo sobre isso, uma capacitação melhor (Assistente Social Guaraná)

Sobre esta abordagem consegue-se visualizar no PMAS (2022-2025), na diretriz 04, os seguintes apontamentos indicados no quadro a seguir:

<b>Diretriz 4. Gestão Democrática E Participativa E Estruturação De Política De Comunicação Em Âmbito Federal, Estadual, Do Distrito Federal E Municipal.</b>					
Ação/Prioridade	Meta Quantitativa	Qualitativa/	Estratégia	Resultado	Impacto

Antecipação do planejamento Socioassistencial para o enfrentamento anual das situações de calamidade pública, do município.	Garantir o planejamento prévio das ações de enfrentamento das situações de calamidade pública. Atender cerca de 3.000 famílias (quantidade atendida no ano de 2021) que poderão ser afetadas por algumas situações de calamidade pública, segundo informações da Defesa Civil do Município.	Criação de um plano de ação para o enfrentamento das situações de calamidade pública.	Atender famílias e/ou indivíduos que forem afetados por alguma situação de calamidade pública.	Minimizar os efeitos negativos ocasionados pela situação de calamidades, a saber: enchente, vazante ou desastres naturais.
---	---	---	--	--

**Quadro 15:** Diretriz 04 PMAS 2022-2025

**Fonte:** elaborado a partir do PMAS/BAE 2022-2025

Importa ressaltar neste contexto, que no período de 2020-2021 em que se abateu em nível mundial a Pandemia, os profissionais de Serviço Social se desdobravam a fim de garantir a proteção social no município. Em 2021, ano que se declarou a maior enchente a afetar o município, coincidiu com a situação de emergência que já se enfrentava diante dos inúmeros casos registrados e até mortes por conta do COVID-19.

IAMAMOTO (2021 p. 16) registra que

O cenário pandêmico da Covid-19 afeta transversalmente o trabalho de assistentes sociais, tanto presencial – com exigências extras de segurança contra contaminação nos ambientes de trabalho, especialmente nas políticas de saúde e assistência social -, quanto no trabalho remoto em ampla expansão, além de incidir na formação acadêmico – profissional – disciplinas curriculares, estágio e sua supervisão.

Diante de tal realidade os profissionais discorreram sobre o impacto da pandemia na sua atuação profissional, tendo em vista também o contexto de emergência e calamidade.

IMPACTO DA PANDEMIA NO SEU TRABALHO PROFISSIONAL	
Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos da narrativa dos assistentes sociais do SUAS em Barreirinha
Precarização do trabalho (4)*	Em primeiro lugar não ter os E.P.I.s para que o profissional realize um trabalho com segurança tanto para ele, quanto para a população que depende do serviço, como por ser especificamente a atuação no período da enchente, as casa ficam alagadas, em 2021, encontrar o usuário foi difícil, muitos saíram para outras regiões, encontrar o usuário de forma a não colocar ele em risco foi o grande desafio (Assistente Social Guaraná).

<p>Agudização de vulnerabilidade (1)*</p>	<p>Precarização da atuação devido à escassez de profissionais (Assistente social flor da lua).</p> <p>Sem um planejamento tivemos que parar com os atendimentos [...] e ajudar nas equipes da Defesa o que prejudica os programas (Assistente social Sumaúma).</p> <p>Estresse, exaustão de trabalho, adoecimento mental e desgaste emocional (Assistente social Babaçú).</p> <p>A vulnerabilidade social de muitas famílias elas aumentaram, principalmente os trabalhadores informais e autônomos o que impactam também na nossa atuação (Assistente social Urucum).</p>
---	--

**Quadro 16:** Grau de satisfação com o trabalho que é realizado

\*Quantitativo de narrativas direcionadas para esta categoria.<sup>18</sup>

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da pesquisa de campo, 2022

A fala dos entrevistados ressaltam na maioria a característica para a precarização do trabalho, sendo 4 dos apontamentos, importa salientar que no âmbito do SUAS estas formas de precarização diz respeito também a falta de condições materiais e físicas adequadas, recursos humanos insuficientes o que pode acarretar a sobrecarga a outros profissionais, como a insegurança no ambiente de trabalho (PAZ, 2015). Esta são situações presentes para muitos profissionais, corroborando às discussões do primeiro tópico deste capítulo. Dadas as condições da situação de emergência e calamidade (enchente e pandemia) essas situações se desdobram e se intensificam, colocando-se de forma desafiadora para o Serviço Social.

Ainda se pode notar a dificuldade de acesso ao usuário, tendo em vista que muitos saem de suas casas em razão de alagação, e no período pandêmico muitos se isolaram, em outros locais. Com o aparecimento dessas demandas o trabalho cotidiano dos serviços dos equipamentos da Assistência Social também sofrem consequências, como a não realização na integra de suas atividades.

Sposati (2021) em palestra ministrada aos assistentes sociais, ressalta que os assistentes sociais não foram treinados e capacitados para lidar de fato com a realidade que a pandemia apresentou, como também não receberam as condições físicas, matérias para sua proteção. Houve um maio intensidade de demanda foi necessário criar meios para atuação.

Couto (2009) salienta que para o assistente social é preciso mapear o terreno sobre o qual se trabalha. Pois, mesmo que os princípios norteadores do projeto profissional se fundam

<sup>18</sup> A Assistente social Vitória- Régia relata não ter atuado no auge da pandemia (2020-2021), não respondeu a pergunta.

na perspectiva da construção de outra sociedade, a profissão se materializa nos parâmetros do capitalismo, e o

assistente social é chamado a prestar serviços que podem corroborar o status quo ou atuar para criar outras formas de sociabilidade, que problematizem a organização da sociedade. Para que isso ocorra, é necessária uma sólida formação teórica e técnica. É preciso fugir das improvisações, é imperioso planejar o trabalho, dar-lhe sentido teleológico (COUTO, 2009 p. 02).

Santos (2012) ainda ressalta que tem se observado no âmbito de um desastre, ações pontuais, fragmentadas, desenvolvidas a partir de uma satisfação imediata. É preciso que haja uma memória de risco, e diante da possibilidade de novos acontecimentos nesse âmbito, deve haver planejamento para atendimento das demandas de maneira mais qualificada.

Portanto, a Política de Assistência Social tem um papel importantíssimo diante das situações que se apresentam por meio de situações de emergência e calamidade. Porém é um desafio, ainda há muito a ser alcançado ou mesmo posto em prática para que as intervenções possam ser mais qualificadas, visando configurar seu espaço e identificar possíveis interfaces e ações, que não visem somente à questão do pós-impacto.

### 3.3 - O SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO TRABALHO INTERSETORIAL NAS SITUAÇÕES DE DESASTRES NO MUNICÍPIO DE BARREIRINHA

Neste tópico a abordagem se concentra nas principais demandas institucionais impostas ao Assistente Social nas ações intersetoriais voltadas para as situações de emergência e calamidade pública no município de Barreirinha, visando destacar a dimensão da intersectorialidade no âmbito da política de Assistência social municipal. As indicações dessas demandas podem ser visualizadas no quadro a seguir.

AÇÕES REALIZADAS NA DIMENSÃO DA INTERSETORIALIDADE PELO ASSISTENTE SOCIAL NO MUNICÍPIO NO CONTEXTO DE EMERGÊNCIA E CALAMIDADE (DESASTRES)	
Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo	<b>Transcrição de trechos da narrativa dos assistentes sociais do SUAS em Barreirinha</b>

Reunião de planejamento (1)*	Reunião de planejamento de ações, muito em contato mais direto com a defesa civil, não há uma participação das demais políticas relacionado a isso (assistente Social Guaraná).
Concessão de benefícios eventuais (4)*	O trabalho conjunto ocorre na ação de entrega de benefícios (Assistente Social Urucum). Levantamento socioeconômico e concessão de benefícios eventuais (Assistente Social Flor da Lua). As ações são voltadas a promoção e inserção na rede socioassistencial e acesso a benefício eventual (Assistente Social Vitória-Régia).
Nenhum (01)*	O trabalho de maior intersectorialidade é na entrega de benefícios (Assistente Social Sumaúma) Nenhuma (Assistente Social Babaçu).

**Quadro 17:** Ações realizadas com a intersectorialidade

\*Quantitativo de narrativas direcionadas para esta categoria.

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da pesquisa de campo, 2022

A partir da análise de conteúdo das falas, percebe-se certa incerteza na execução da intersectorialidade, mas aponta-se de fato o que é realizado com a participação de outras políticas públicas no âmbito das situações de emergências calamidades públicas decorrentes das enchentes de rios (configurando-se como desastres).

Cabe ressaltar que essa análise se pautou nos apontamentos realizados no segundo capítulo desta dissertação. Há uma sinalização de um profissional em relação ao planejamento no âmbito da intersectorialidade, mas esse planejamento em muitas falas é demonstrado que o mesmo ocorre somente quando a situação já é alarmante, não sendo de fato uma organização com antecedência sobre um impacto. De tal forma, as demais falas corroboram com o que foi apresentado no quadro apresentado sobre as demandas do profissional de Serviço Social de um modo geral no tópico anterior.

PRINCIPAIS DIFICULDADES E/ OU DESAFIOS PARA MATERIALIZAÇÃO DA INTERSETORIALIDADE ENTRE A ASSISTÊNCIA SOCIAL E AS DEMAIS POLÍTICAS EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA E CALAMIDADE PÚBLICA	
<b>Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo</b>	<b>Transcrição de trechos da narrativa dos assistentes sociais do</b>  <b>SUAS em Barreirinha</b>

Compreensão da PAS nas situações de desastres (2)*	<p>A questão da compreensão do que é a política de assistência social e a competência dela dentro dessas situações de desastres, se a gente não conhece até onde vai o seu papel, a responsabilidade de fato fica só para ela e é todo um conjunto, as pessoas que são afetadas não vão precisar só de ter o que comer, vão precisar ir para escola, de um atendimento médico, como que as outras políticas também se organizam para atender esse público, então acaba que se concentra na política de assistência social (assistente Social Guaraná).</p> <p>É preciso compreensão e qual as competências (Assistente Social Sumaúma)</p>
Gestão Da Política (3)*	<p>Haver Integralidade, alinhamento, planejamento integrado, desburocratizar (Assistente Social Babaçu).</p> <p>As maiores dificuldades estão na gestão dessas políticas, são decisões tomadas de cima para baixo, precisamos falar a mesma língua e caminhar a mesma direção, porque se as outras políticas não encaram essa demanda o que a política de assistência irá fazer sozinha? (Assistente Social Urucum).</p> <p>Definir responsabilidade através de planejamento (Assistente Social Flor da Lua).</p>
Falta De Profissionais (1)*	<p>Uma das principais dificuldades é a escassez de profissional, não há um técnico na defesa civil e vigilância socioassistencial (Assistente Social Vitória-Régia).</p>

**Quadro 18:** Principais dificuldades e/ ou desafios

\*Quantitativo de narrativas direcionadas para esta categoria.

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da pesquisa de campo, 2022

A maioria dos profissionais enfatizam a Gestão da Política como a maior dificuldade e desafios para intersectorialidade no campo de desastres decorrentes de enchentes, que foi sinalizado de modo mais prevalente por três (03) profissionais, no sentido de informações e alinhamentos prévios, do planejamento do quê e como será realizado. Logo em seguida aponta-se a compreensão do papel da PAS nesse contexto (com duas indicações), demonstrando a incerteza do que se está fazendo em relação aquilo que se deveria fazer. O CFESS (2022) considera que assistentes sociais devem estar atentos aos pressupostos e fundamentos da própria profissão, para superar a ação imediatista da emergência, que desvelam ações conservadoras, desprofissionalizadas, subalternizadas e que estão fora das reais das atribuições e competências profissionais. E o terceiro apontamento está na falta de profissionais para atuação nesse contexto.

A ruptura com essas formas fragmentadas e setorializadas, desde que assumidas pelos gestores e executores, podem promover, criar e editar ações concretas na direção da intersectorialidade. O reconhecimento das ações intersectoriais como possibilidade de prevenir a desresponsabilização das políticas e dos setores através de seus agentes, permite a definição de

competências e responsabilidades, potencializando um atendimento integral aos sujeitos por meio das políticas sociais (BELLINE *et al*, 2020).

Os profissionais entrevistados ainda relatam a importância da intersectorialidade como sendo “essencial para realizar o planejamento, as respostas, as necessidades da população e para analisar os resultados [...] ainda mais para elaborar ação que corrobore conjuntamente às políticas públicas” (Assistente Social Flor da Lua). A Assistente Social Babaçu ressalta “no âmbito intersectorial se consegue prevenir e obter respostas mais positivas no trabalho integrado e efetivar as políticas intersectoriais e viabilizar direitos”.

POTENCIALIDADES IDENTIFICADAS NO ÂMBITO INTERSETORIALIDADE NO TRABALHO EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADES E EMERGÊNCIA	
Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos da narrativa dos assistentes sociais do <b>SUAS em Barreirinha</b>
Possibilita conhecer a realidade por diversos ângulos (1)*	o fato de estar diretamente com a população/ entender a dinâmica que se perfaz na refrações da questão social na vida dos indivíduos, o trabalho em conjunto nos permite visualizar uma situação e diferentes ângulos, até mesmo as potencialidades dentro da família (assistente social guaraná).
Maior garantia de direitos (2)*	Com certeza se a nossa grande atribuição é garantir direitos, é garantir cidadania, é garantir o acesso igualitário as políticas públicas, a nossa utopia é que a intersectorialidade se torne efetiva e um objetivo para profissionais e gestores para evitar os retrabalhos (Assistente Social Urucum). Conseguimos atender as pessoa em situação de vulnerabilidade, respondendo a uma demanda persistente o município (Assistente Social Sumaúma).
Corpo técnico (1)*	O corpo técnico pois o município tem diversos profissionais comprometidos com o trabalho (Assistente Social Flor da Lua).
	Não respondeu (Assistente Social Babaçu). Não respondeu (Assistente Social Vitória-Régia).

**Quadro 19:** Potencialidades da intersectorialidade

\*Quantitativo de narrativas direcionadas para esta categoria.

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da pesquisa de campo, 2022

A intersectorialidade abarca aspectos potenciais como discorrido pelos assistentes sociais para a maior garantia de direitos (2 indicações), a possibilidade de conhecer a realidade por diversos ângulos (1 indicação) e o corpo técnico que compromete-se com a ação crítica diante do que observa como desafio (1 indicação), como também daquilo que pode ser

mais trilhado para maior qualificação das ações na área de calamidades e emergências. Importante ressaltar que duas das profissionais abstiveram-se de responder, sinalizando que não visualizam potencialidade na área intersectorial executada. Já a seguir apresenta-se a visão dos profissionais entrevistados sobre a existência de processos de avaliação das ações.

REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÕES DAS AÇÕES	
Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo	<b>Transcrição de trechos da narrativa dos assistentes sociais do SUAS em Barreirinha</b>
não há (6)*	<p>Deixa a desejar, talvez pela falta de compreensão de quem é realmente a responsabilidade primeira de atuar (assistente social guaraná).</p> <p>Na verdade não há (assistente social babaçu).</p> <p>Conseguimos visualizar de forma separada, quando falamos de proteção social básica e especial, um profissional para outro mas de forma de política integrada, ainda há dificuldade, é executada de forma pontual (assistente social urucum).</p> <p>Seria significativa para uma boa execução frente as necessidades (assistente social flor da lua).</p> <p>Ainda não há (assistente social vitória-régia).</p> <p>Ainda não se faz de forma efetiva, é uma questão a ser trabalhada pela gestão e profissionais (assistente social sumaúma)</p>

**Quadro 20:** Realização de avaliação

\*quantitativo de narrativas direcionadas para esta categoria.

**Fonte:** elaboração própria a partir de dados da pesquisa de campo, 2022

Quando se trata da avaliação das ações realizadas, a totalidade dos profissionais entrevistados (06) relatou que *não há* nenhuma forma de avaliação, considerando a existência de instrumentais, ou o direcionamento de ação do órgão responsável.

Enfatiza-se que o processo avaliativo só se efetivaria se de fato houvesse o planejamento, pois a ele integra. Destaca-se que em nível de planejamento, o assistente social pode intervir, podendo agir “em todo processo de planejamento, elaboração e execução” (CFESS, 2022). Este profissional pode contribuir na prevenção das situações de calamidade, gerar conhecimento sobre os riscos, construir respostas, viabilizar o acesso a direitos, assim como atuar na recuperação e reconstrução dos territórios, impactando social e culturalmente nas vidas das pessoas afetadas (CFESS, 2022).

As questões sinalizadas anteriormente evidenciam a realidade dos assistentes sociais entrevistados, com relação ao seu território, à população atendida, à estrutura institucional e

às condições para realização de seu trabalho. Diante desse contexto de dificuldades e desafios, os profissionais entrevistados apresentaram sugestões para a melhor atuação neste campo de desastres no âmbito da política municipal de Assistência Social de Barreirinha

SUGESTÕES DOS PROFISSIONAIS PARA ATUAÇÃO EM DESASTRES	
Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos da narrativa dos assistentes sociais do SUAS em Barreirinha
Planejamento (3)*	a sugestão é sempre o planejamento de ações, de articulação com os outros setores da administração pública, a política de assistência social não consegue sozinha dar conta da inúmeras situações que ocorrem nesse período. então eu sugiro o planejamento e atuação intersetorial. (assistente Social Guaraná).
	Integralidade, alinhamento, planejamento integrado, desburocratizar (Assistente Social Babaçu). É necessário a implantação das normas técnicas e efetivação de planejamento (Assistente Social Flor da Lua). Mais planejamento, investimento em capacitação e materiais (Assistente Social Sumaúma)
Capacitação (3)*	Precisamos nos capacitar enquanto trabalhadores do SUAS para a demanda do desastres, para a partir daí sentar e elabora um plano de ação, abarcando também os demais trabalhadores das políticas setoriais (Assistente Social Urucum). Criar grupos de estudo e pesquisa que trate sobre a vulnerabilidade, risco social e gestão de desastres, a fim de identificar e prevenir situações de vulnerabilidade e risco (Assistente Social Vitória-Régia).

**Quadro 21:** Sugestões dos profissionais para atuação em desastres

\*Quantitativo de narrativas direcionadas para esta categoria.

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da pesquisa de campo, 2022

Conforme as informações do quadro, aponta-se duas categorias empíricas de sugestões entre os assistentes sociais. A primeira refere-se à necessidade efetiva de realização de planejamento, pois esse é um importante instrumento de gestão de política social. Assim, mediante um planejamento robusto deve ser feito o conhecimento do território, das populações, da rede a quem se pode articular e integrar a intersetorialidade, sendo também crucial a participação da população e de movimentos sociais nestes processos, até para a definição dos aspectos a serem considerados na avaliação de ações.

Importante nesse sentido enfatizar a importância da formulação de projeto de trabalho profissional, Couto (2009) coloca como um dos grandes desafios aos assistentes sociais afins da materialização do trabalho a ser desenvolvido.

Cada vez mais, é imperativo ao assistente social identificar aquilo que requer a intervenção profissional, bem como reconhecer de que forma essa intervenção irá responder às necessidades sociais que, transformadas em demandas, serão privilegiadas nos processos de trabalho nos quais a profissão é requerida (COUTO, 2009 p. 1)

Esta é uma realidade presente, pois, grande parte dos profissionais não tem seu plano de trabalho constituído em seu espaço socio ocupacional. Sendo detectado nas orientações e visita do COFI/CRESS no município de Barreirinha. Onde os profissionais foram convidados a participar do encontro onde o tema foi abordado.

Estes aspectos enfatizam também que é preciso considerar a necessária continuidade das ações e não somente no pós-impacto, como vivenciado por grande parte da categoria profissional.

Para tanto, nas categorias de planejamento e avaliação expressadas nas falas dos Assistentes Sociais indicam também que é preciso considerar o preparo profissional para isso, o que foi sinalizado na categoria empírica de necessidade de capacitação.

Como ressaltado anteriormente, o assistente social precisa ter consistente base teóricometodológica, ético-política e técnico-operativa em sua formação profissional para atuar com qualificada capacitação diante das demandas e atribuições impostas ao trabalho profissional, o que exige que este profissional busque atualização nos referenciais teóricos na área do Serviço Social e de conhecimentos das normativas legais da profissão e da política social em que está inserido, para garantir o aprofundamento do conhecimento da realidade no tempo presente. E neste sentido, referente ao conhecimento das normativas de atuação em situações de emergência e calamidade públicas, o CFESS (2022 p.04) ressalta que:

à categoria a exigência de capacitações continuadas para atendimentos em situações de emergência, bem como a manutenção contínua das devidas articulações com as diferentes políticas sociais e a aproximação e apropriação da realidade das famílias que vivem em territórios de “risco”, inclusive porque muitas dessas famílias são vítimas de ações truculenta de despejos, sem provisão do direito à moradia digna.

No aprofundamento dessa questão, a categoria profissional deve também ter em sua agenda a construção de estratégias para cobrar das autoridades e do poder público as capacitações em situações de emergência e calamidades públicas, com vistas a preparar os serviços e equipe. Assim, também é importante para atuação crítica conhecer os aparatos legais que orientam o trabalho em situações de desastres.

A leitura permite adensar que o profissional deve estar atento às demandas contemporâneas, e estando esse profissional atento conforme Couto (2009) compreende o armamento técnicooperativo como expressão de sua opção teórica, que materializando o seu uso com o propósito de garantir a execução de seu trabalho na perspectiva da construção de relações democráticas e emancipadoras, pressupostos básicos do projeto ético-político do Serviço Social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado enfatiza a importância do trabalho do assistente social em situações de emergência e calamidade na Política de Assistência Social, no caso em questão em situações decorrentes de enchentes de rios amazônicos. Ao longo do estudo se buscou as sucessivas aproximações considerando a metodologia de investigação de conhecimento da totalidade.

Assim, buscou-se demonstrar que a categoria desastres se faz presente na realidade de muitos profissionais, campo que tem sido adensado nos últimos anos, considerando a análise crítica da conjuntura a partir das relações contraditórias das sociedade capitalista.

O trabalho analisou o trabalho do Assistente Social realizado na Assistência Social em situações de desastres no município de Barreirinha/AM, visando contribuir com a produção de subsídios para qualificação do Trabalho Profissional frente aos desafios da realidade Amazônica.

Os objetivos específicos debateram sobre a **intervenção profissional no campo de desastres** no âmbito da Política de Assistência Social e sua relação com a intersectorialidade. Indicando que diante de inúmeras expressões da questão social, para que a Política de Assistência Social possa atender as demandas que se apresentam é necessário que sua implementação seja articulada com as demais políticas, tais como saúde, previdência, educação, meio ambiente e outras. Essa articulação precisa existir para dar respostas satisfatórias e qualitativas, ainda mais quando se apresentam as situações de desastres.

Considera-se que em uma situação de emergência e calamidade pública provocada por enchentes de rios amazônicos em Barreirinha/AM, o conjunto das políticas públicas são chamadas a intervir. No entanto, ressalta-se a necessidade de efetivamente a Política de Assistência Social (PAS) manter uma articulação de forma intersectorial com os demais setores, no sentido de uma verdadeira articulação e integração para atendimento de demandas, para não se manter em ações imediatistas, mas buscando implementar um efetivo planejamento para continuidade das ações, visto ao longo do estudo que a integralidade desse modo de gestão ainda é desafiadora.

Identificou-se as **principais demandas** profissionais neste contexto, que se referem à implementação da concessão de benefícios eventuais, no estudo do território, o estudo social e levantamento socioeconômico. Serviços estes requeridos como dever ético profissional, que precisa ter sua base numa reflexão crítica para qualificar as ações da categoria, na direção de suas competências profissionais e alertando para a superação do imediatismo e de ações

focalizadas. O que deve sempre considerar no âmbito desta dimensão técnico-operativa (intervenção no campo de desastres) a necessária articulação das dimensões ético-política e teórico-metodológica do Serviço Social numa perspectiva crítica e compromissada com a busca de ampliação da cidadania.

Alguns autores sinalizam que é necessário criar estratégias de mudanças que não enraízem apenas no pós impacto dos desastres, mas desde o campo da formação, da investigação teórica e da produção científica, é preciso debater a centralidade do planejamento, na atuação continuada que possa integrar a proteção básica, por meio de discussões sobre educação ambiental, geração de renda, da importante participação da sociedade nas instâncias de controle social, visando enfatizar os direitos e deveres na cidadania plena.

As **condições do trabalho** do assistente social realizado em situações de desastres decorrentes de enchentes em Barreirinha/AM indicam a existência de flexibilização de horário de serviço para contemplar a demanda de trabalho, onde à carga horária formal de trabalho em situações de emergência e calamidade quase sempre ultrapassa o horário. A maioria dos profissionais entrevistados indica ser insuficiente o número de profissionais de serviço social atuantes. Observa-se que todos os profissionais sinalizam a insuficiência de equipamentos de segurança para garantir boas condições de trabalho neste tipo de situação que envolvem riscos ao profissional. O que denota **desafios e dificuldades** aos assistentes sociais para a atuação intersetorial neste contexto.

A maioria dos profissionais enfatizam a gestão da Política como a maior dificuldade e desafio para a efetivação da intersetorialidade no campo da enchente, no que discorrem sobre a necessidade de realização de planejamento efetivo, com qualificadas informações e alinhamentos prévios. Coloca o planejamento como instrumento central da gestão para efetivo fomento da intersetorialidade, assim como para a compreensão do papel da PAS nesse contexto. Não se considera que não haja nenhuma forma de planejamento, pois este se faz necessário para vinda de recursos para atender essas situações, mas enfatiza-se a necessidade do conhecimento e participação dos profissionais nesse processo, a partir de seu campo de atuação, como elemento de gestão mediador que traçará estratégias para alcance do público alvo dessas ações.

As **potencialidades da intersetorialidade** entre as políticas sociais do município nas ações de enfrentamento às situações de emergência e calamidade pública podem se materializar na busca de maior garantia de direitos, a possibilidade de conhecer a realidade por diversos ângulos e o corpo técnico da atuação interdisciplinar. Como ressaltado pelos

assistentes sociais entrevistados, é preciso esforço e vontade política dos gestores da PAS local diante dos desafios para alcançar os objetivos da intersectorialidade. Assim, é necessário ressaltar a reflexão crítica trazida pelos assistentes sociais que possuem um olhar contextual da realidade vivenciada em seus diferentes aspectos.

Os assistentes sociais avaliam as **condições existentes para efetivação de um trabalho profissional intersectorial** como ainda pouco praticado como deveria ser nos moldes teóricos, sendo ainda um desafio para a execução das ações, pois, ainda que se tenha parceiros, articulação, a compreensão da integralidade precisa existir. Ademais, é possível observar que o próprio planejamento local da política de assistência social inexistente para ser utilizado como instrumento de trabalho que possa ser praticado e corrobore para ações mais qualificadas, bem como para o processo de avaliação, considerando a existência de instrumentais ou direcionamento de ação do órgão responsável.

O município com um todo tem buscado com algumas ações minimizar os impactos de desastres decorrentes de enchentes no sentido, de elevação dos greide (aterro) das ruas, sendo um trabalho em execução na cidade que facilitará a mobilidade da população. A memória de risco precisa existir, a busca pela potencialização de ações, a leitura da realidade de forma crítica, a busca por subsídios na área que vislumbre novas práticas que auxiliem o alcance de resultados mais abrangentes.

Ademais, ressalta-se que é preciso realizar a **gestão de risco**, de forma particular no âmbito da Assistência Social, tão necessária neste contexto como debatido nesta dissertação. Onde se demanda o conhecimento das questões centrais desveladas no campo de desastres, mesmo nas proporções de uma enchente, como se trabalhar a partir dos desafios postos ao Serviço Social, das inquietações advindas de cada profissional. Ainda é necessário reforçar os conhecimentos específicos, referências da realidade previamente, como também da integração dos órgãos, setores, profissionais. Observa-se as dificuldades da atuação intersectorial que refletem nos desafios à atuação profissional.

Acredita-se que os resultados do estudo podem contribuir para o adensamento teórico da discussão sobre gestão e planejamento de política pública, especificamente a de Assistência Social.

E também com a produção de subsídios para a qualificação do trabalho profissional do Assistente Social frente aos desafios da realidade amazônica e na melhoria do acesso dos usuários aos direitos socioassistenciais no contexto de situações de emergência e calamidade pública.

## REFERENCIAS

ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de. COSTA, Tereza Raquel Negreiros do Nascimento. NORONHA, Mayza Lorena Barbosa da Silva. SOUZA, Vivianne Batista Riker de. REDE SOCIOASSISTENCIAL E VIABILIZAÇÃO DE DIREITOS: desafios ao Serviço Social. VII Jornada internacional de Políticas Públicas. 2015. Disponível em: < <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo3/redesocioassistencial-e-viabilizacao-de-direitos-desafios-ao-servico-social.pdf> > Acesso em: 10 de outubro de 2022.

ALMEIDA, Ney Luiz Texeira; ALENCAR, Mônica Maria Torres. **Serviço Social: trabalho e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.

AVILA, Maria Roseli Rossi; MATTEDI, Marcos Antonio; SILVA, Maria Salete da. Serviço Social e desastres: campo para o conhecimento e a atuação profissional. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n.

129, p. 343-365, ago. 2017. Disponível em

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S01016282017000200343&lng=pt&nr=i](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01016282017000200343&lng=pt&nr=i) so>. acessos em 01 dez. 2020.

AMAZONAS. Secretaria Estadual de Assistência Social do Amazonas (SEAS/AM). Diagnostico Socioterritorial do Amazonas, 2020.

ARAUJO, André Vidal. **Introdução à Sociologia da Amazônia**. 2ed. Ed. Valer, Manaus, 2003

ARAUJO, C. C; PEREIRA, M.E.F.D; GUILHON, M.V.M; SOUSA, S de M.P.S. In: COUTO, B. R; YAZBEK, M. C; SILVA, M. O. da S; RAICHELIS, R. O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. 5a ed. São Paulo: Cortez, 2017.

BAKER, H. When hell came to Hallifax. History today. v52. n12. p.42. 2002. Disponível em [http://www.findarticles.com/p/articles/mi\\_m1373/is\\_12\\_52/ai\\_95206654](http://www.findarticles.com/p/articles/mi_m1373/is_12_52/ai_95206654)

BARREIRINHA. Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS). **Plano Municipal de Assistência Social de Barreirinha (2018-2021)**.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS). **Plano Municipal de Assistência Social de Barreirinha (2012-2025)**.

BATISTA, Djalma. **O Complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento**. 2. ed. Manaus: Valer, Edua e Inpa, 2007.

BELLINI, M.I.B; et al. A pesquisa sobre intersetorialidade no contexto brasileiro: notas sobre o núcleo de estudos e pesquisas em trabalho, saúde e intersetorialidade. In: Intersetorialidade e políticas sociais: interfaces e diálogos [recurso eletrônico] /org. Maria Isabel Barros Bellini, Camila Suzana Faler.- Dados eletrônicos. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.224 P. Modo de acesso: <http://www.pucrs.br/edipucrsISBN978-85-397-0573-3>

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos de Política Social** In: Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional.

MOTA, A. E. et al. (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: <https://www.poteresocial.com.br/wp-content/uploads/2021/03/texto-Fundamentos-dePol%C3%ADtica-Social.pdf> Acesso em: 20 junho. 2021

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011.

BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de Políticas, Programas e Projetos Sociais in: Serviço social: direitos sociais e competências profissionais, Brasília; CFESS; ABEPSS, 2009. P. 576-591.

BRASIL, CapacitaSUAS Caderno 2 (2013). **Proteção de Assistência Social: Segurança de Acesso a Benefícios e Serviços de Qualidade / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Centro de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – 1 ed. – Brasília: MDS, 2013.**

\_\_\_\_\_. CNAS n.01/2021: **12ª Conferência Nacional de Assistência Social**. INFORME: Orientações temáticas e organizativas para as Conferências Municipais de Assistência Social de 2021.

\_\_\_\_\_. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução Nº 466**, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a composição da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. Decreto N. 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Brasília, 7 de fevereiro de 2007.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes para a atuação da Política de Assistência Social em contextos de Emergência Socioassistencial** (versão preliminar) Brasília, outubro de 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei n 8.742**, de Dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência social – LOAS**. Coletânea de Leis: CRESS 15ª Região/ AM-RR, Manaus, 2008

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.608**: Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa 193 Civil - CONPDEC; Brasília: Ministério da Integração Nacional: Secretaria Nacional de Defesa Civil, 2012.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Relatório de Programas e ações do Ministério da Cidadania**. Município de Barreirinha/AM. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/relatorio-completo.html> Acesso em 05.05.2021

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Relatório de Programas e Ações do Ministério da Cidadania** Município de Barreirinha/AM Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/pdf> Acesso em : 5 de junho de 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério Da Integração Nacional. **Instrução Normativa N° 01, DE 24 DE AGOSTO DE 2012** [09062014 Instrucao normativa de 01 de agosto de 2012.pdf \(cnm.org.br\)](http://09062014_Instrucao_normativa_de_01_de_agosto_de_2012.pdf)

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 109:** Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 130:** institui a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Secretaria Nacional de Assistência Social, julho de 2005.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 145** de 15 de outubro de 2004. **Política Nacional de Assistência Social.** (DOU 28/10/2004).

\_\_\_\_\_. **Resolução N° 510**, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução.

\_\_\_\_\_. Ministério Da Integração Nacional. **Instrução Normativa N° 01, DE 24 DE AGOSTO DE 2012** [09062014\\_Instrucao\\_normativa\\_de\\_01\\_de\\_agosto\\_de\\_2012.pdf](http://09062014_Instrucao_normativa_de_01_de_agosto_de_2012.pdf) (cnm.org.br)

\_\_\_\_\_. SITUAÇÕES DE EMERGENCIA VIGENTES. Disponível em: <https://s2id.mi.gov.br/>. Acesso em: 22 de julho de 2021-08-22

\_\_\_\_\_. SNAS/MDS. **SERVIÇO DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÃO DE CALAMIDADES PÚBLICAS E EMERGÊNCIAS:** Perguntas e Respostas. Atualização 20/09/2013. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia\\_social/Perguntas repostas Situacao Calamidade.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/Perguntas_repostas_Situacao_Calamidade.pdf) Acesso: 15.08.2021

\_\_\_\_\_. SERIE HISTORICA, SEDEC 2013 – 2016 – Disponível em: <https://s2id.mi.gov.br/paginas/series/> Acesso em: 22 de julho de 2021-08-22

BRONZO, Carla; VEIGA, Laura. Interdisciplinaridade e políticas de superação da pobreza. **Serviço Social & Sociedade.** São Paulo: Cortez, n. 92, 2007.

CARNEIRO, K.K.C. **Enchente/Vazante E Política Pública De Assistência Social:** Um Estudo De Caso Na Área Urbana Do Município De Barreirinha/Am. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal do Amazonas, 2016.

CARNEIRO, K.K.C.; RIBEIRO, P.A. **Impactos Socioambientais e econômicos da enchente e Vazante no Baixo Amazonas:** Um estudo de caso a área urbana do município de Barreirinha. In: CHAVES, M.P.S.R.;FILHO, R.F.C. (Org.). Iniciação ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação: a experiência da Universidade Federal do Amazonas. Manaus. EDUA, 2017

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Gestão social:** alguns apontamentos para o debate. In: RICO, Elizabeth de Melo; DEGENSZAJN, Raquel Raichelis (Orgs.). **Gestão social: uma questão em debate.** São Paulo: EDUC: IEE, 1999.

CEPED./UFSC. **Manual para a Decretação de Situação de Emergência ou de Estado de Calamidade Pública**. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE DESASTRES. Florianópolis, © 2012 CEPED.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

\_\_\_\_\_. Diálogos do cotidiano – Assistente Social: reflexões sobre o trabalho profissional. Org.. Brasília, 2021.

\_\_\_\_\_. **Parâmetro para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social** / Conselho Federal de Psicologia (CFP), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Brasília, CFP/CEFESS, 2007. 52 p.

CFESS Manifesta. **O trabalho de assistentes sociais em situações de calamidades**. Brasília (DF), 21 de março de 2022

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro R. **Uma Experiência de Pesquisa-ação para Gestão Comunitária de Tecnologias Apropriadas na Amazônia**: o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá. 2001. 207f. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica), UNICAMP/CIREDE. Campinas, 2001.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro R.; BARROSO, Silvana Compton; LIRA, Talita de Melo. **Populações tradicionais: manejo dos recursos naturais na Amazônia**. Revista Praia vermelha: Rio de Janeiro v. 19 nº 2 p. 111-122. Jul- Dez, 2009.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?**. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. **Formulação De Projeto de trabalho profissional**. In: Serviço Social: direitos sociais e Competências Profissionais, Brasília: CCEFFES; ABEPSS, 2009 p. 652-663.

COUTO, B. R.; YAZBEK, M.C.; SILVA e SILVA, M.O.; RAICHELIS, R. **O sistema único de assistência social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez editora, 2010.

CUNHA, Marinez Gil Nogueira; BORDIN, Erica Bomfim; BESUTTI, Lisiane. **Gestão e planejamento numa perspectiva crítica: particularidades no trabalho do assistente social**. IN: Serviço Social, Economia Política e Marxismo. Organizado por Jane Cruz Prates, Carlos Nelson dos Reis e Roberta Ferreira Coelho de Andrade. Alexa Cultural: São Paulo / Edua: Manaus, 2021. 350 páginas. ISBN - 978-65-89677-54-3

DEFESA CIVIL. Cidades afetadas pela cheia. Disponível em: <defesacivilam.com.br/Cidadesafetadaspelacheiaterãoaçoõesdesaúdeelimpzeaurbanaepararecompora produção\_Defesa Civil do Estado do Amazonas.html> Acesso em: 10 dez. 2015

DUTRA, Adriana Soares Dutra. **Gestão de Desastres e Serviço Social: o trabalho de assistentes sociais junto aos órgãos municipais de proteção e defesa civil**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. 240 p.

FALER, Camila Susana. *Intersetorialidade: Um conceito em construção*. Poro Alegre:EDIPUCRS, 2016.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. **Cultura caboclo-ribeirinha**: mitos, lendas e transculturalidade. São Paulo: Annablume, 2004.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; PEREIRA, Henrique dos Santos; WITKOSKI, Antônio Carlos. **Comunidades ribeirinhas Amazônicas**: modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007.

FREITAS, Carlos Machado de et al. **Desastres naturais e saúde**: uma análise da situação do BR. 2014.

FURTADO, Janaina Rocha. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. *Gestão de riscos de desastreS*. - Florianópolis: CEPED UFSC, 2012.

GARAJAU. Narjara Incalado. III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais. **Reflexões sobre a intersectorialidade como estratégia de gestão social**. 2013

GERSHENSON, Beatriz; NOGUEIRA, Marinez Gil; NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho. **Questão social e suas expressões na realidade socio-histórica brasileira: desafios ao trabalho profissional do assistente social**. In: PROCAD AMAZÔNIA: Contribuições teóricas para análise sobre Formação e Trabalho do Assistente Social, Volume 3, Marinez Gil Nogueira Cunha, Jane Cruz Prates, Roberta Ferreira Coelho de Andrade e Erica Bomfim Bordin (orgs.). Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2022.

GIL, Antônio Carlos, 1946 - *Como elaborar projetos de pesquisa*/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002

\_\_\_\_\_, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social* / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

GESUAS. **Emergência e calamidade pública: o papel do SUAS em desastres**, 2018. Disponível em:<https://www.gesuas.com.br/blog/atendimento-emergencia-e-calamidade-publica/>Acesso em: 20 de março de 2021

GONÇALVES, Maria Tereza Gonçalves; KAUCHAKJE, Samira; MOREIRA, Tomás Antonio. **Modalidades de gestão social no Brasil**. InSitu (São Paulo), Vol.1 N.2, p. 131-154, 2015.

HOFF, Luíza Rutkoski; BELLINI, Maria Isabel Barros. **REFLEXOS DO MODELO NEOLIBERAL NA CONDUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: É POSSÍVEL EFETIVAR A INTERSETORIALIDADE?** In: *Neoliberalismo e desigualdade social : reflexões a partir do serviço social* / Gleny Therezinha Duro Guimarães, Ana Lúcia Suárez Maciel, Beatriz Gershenson organizadoras. – Porto Alegre : EDIPUCRS, 2020. 319 p. ISBN 978-65-5623-003-0

IAMAMOTO, Marilda V. os desafios da profissão de Serviço Social no atual contexto de retrocessos das conquistas da classe trabalhadora. In: *Diálogos do cotidiano – Assistente Social: reflexões sobre o trabalho profissional*. Org. CFESS. Brasília, 2021.

\_\_\_\_\_. O Serviço Social na contemporaneidade; trabalho e formação profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999

\_\_\_\_\_. **A Questão Social no Capitalismo**. In: TEMPORALIS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. a.2, n.3, Brasília: Graflin, 2001. 88p.

\_\_\_\_\_. Renovação e conservadorismo no Serviço Social. Ensaio crítico. São Paulo: Cortez, 1992.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. “Relações sociais e serviço social no Brasil” - esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Ed. Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2005.

IBGE. Barreirinha. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=am>>. Acesso em: 12 mar. 2021.

IBGE. **Panorama da cidade de Barreirinha/AM**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/barreirinha/panorama>. Acesso em 20.04.2021

IBGE. **Panorama da cidade Barreirinha de** <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/barreirinha/panorama>. Acesso 01.05.2020

INOJOSA, Rose. **Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersetorialidade**. In: *Cadernos Fundap*, n. 22, p.102-110, 2011.

ISDR. International Strategy for Disaster Reduction. *Living with Risk: A Global Review of Disaster Reduction Initiatives*. Genebra, Suíça, 2004. 152 p. Disponível em: <<http://www.unisdr.org>>. Acesso em: 12 set. 2021

JORNAL ACRÍTICA. **População de Barreirinha (AM) sofre com a enchente**. Disponível em: <<http://acritica.uol.com.br>>. Acesso em: 06 dez. 2012.

JORNAL ACRÍTICA. **Defesa Civil do AM amplia ações humanitárias para municípios Afetados pela enchente**. Disponível em: <<http://acritica.uol.com.br>>. Acesso em: 06 dez. 2016.

LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

LESSA, Sérgio. Serviço Social e trabalho: porque o serviço social não é trabalho. 2ª edição revista e ampliada. São Paulo: Instituto Lucas, 2012

LIMA, Arlete Alves. **Serviço Social no Brasil: a ideologia de uma década**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 1987.

LIMA, Isteice Nogueira de. **A interface do trabalho do assistente social com a vigilância socioassistencial: um estudo sobre a atuação profissional na gestão dos centros de referência de assistência social (CRAS) de Manaus/AM**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, UFAM: 2021 (PDF).

KAUCHAKJE, Samira. **Gestão pública de Serviços sociais**. Curitiba: Ibpex. 2007.

MACIEL, Carlos Alberto Batista. **A família na Amazônia:** desafios para a Assistência Social. In: Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, ano XIII, n. 71, set. 2012. Edição especial: Famílias. p.122-137.

MAIA, Maria Bernadete Reis. **Pescadoras de Barreirinha (AM)** : conquistando direitos e resignando mitos / Maria Bernadete Reis Maia. -- São Carlos : UFSCar, 2016. 149 p. Tese (Doutorado) -Universidade Federal de São Carlos, 2015.

MAHAR, Dennis J. **Desenvolvimento econômico da Amazônia:** uma análise das políticas governamentais. Rio de Janeiro: IPEA, 1978.

Marco De Sendai para redução do risco de desastre 201-2030. Versão Português. A/conf. 224/L.2 - 2015Disponível em: <https://www.unisdr.org>

MARQUES, Cristiane Coelho De Campos. **FACES DO DESASTRE SOCIOAMBIENTAL DO VALE DO ITAJAÍ:** análise sobre os desafios lançados ao serviço social. Dissertação USFC/.orientadora: Prof.a Dr.a Rosana de Carvalho Martinelli Freitas. Florianópolis- Santa Catarina, 2011.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação** -7 ed.- São Paulo: Cortez, 2001.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista.** 3ª edição, São Paulo, Global, 1988.

MATHIS, Adriana de Azevedo; SANTANA, Joana Valente. Serviço Social e tradição marxista: notas sobre a teoria social crítica. **6º Colóquio internacional Marx e Engels. GT: Marxismo e Ciências Humanas,** 2009 Disponível em: [https://www.ifch.unicamp.br/formulario\\_cemarx/selecao/2009/trabalhos/servico-social-e-tradicaohttps://www.ifch.unicamp.br/formulario\\_cemarx/selecao/2009/trabalhos/servico-social-e-tradicao-marxista-notas-sobre-teoria-soci.pdfmarxista-notas-sobre-teoria-soci.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/servico-social-e-tradicaohttps://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/servico-social-e-tradicao-marxista-notas-sobre-teoria-soci.pdfmarxista-notas-sobre-teoria-soci.pdf)>

MEDEIROS, Jaqueline Dayane da Silva; LIRA, Izabel Cristina Dias. **A intersetorialidade na política de assistência social: desafios para a sua materialização a partir da realidade do CRAS Dom Aquino** – Cuiabá-MT. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão – UFMA, 2015. Disponível em: [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo14/a-intersetorialidade-na-politica-de -assistencia-social-desafios-para-a-sua-materializacao-a-partir-da-realidade-do-cras-dom-aquino-%E2%80%93-cuiaba-mt--1-.pdfassistencia-social-desafios-para-a-sua-materializacao-a-partir-da-realidade-do-cras-dom-aquino-%E2%80%93-cuiaba-mt--1-.pdf%E2%80%93-cuiaba-mt--1-.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo14/a-intersetorialidade-na-politica-de-assistencia-social-desafios-para-a-sua-materializacao-a-partir-da-realidade-do-cras-dom-aquino-%E2%80%93-cuiaba-mt--1-.pdfassistencia-social-desafios-para-a-sua-materializacao-a-partir-da-realidade-do-cras-dom-aquino-%E2%80%93-cuiaba-mt--1-.pdf%E2%80%93-cuiaba-mt--1-.pdf)

MELLO, Alex Fiúza de. Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável da Amazônia: O caso brasileiro. Revista Crítica de Ciências Sociais, 107, Setembro 2015: 91-108

MIOTO, R.C.T.; SCHUTZ, F. Intersectorialidade na Política social: Reflexões a partir do exercício profissional dos assistentes sociais. In: Intersectorialidade e políticas sociais: interfaces e diálogos [recurso eletrônico] /org. Maria Isabel Barros Bellini, Camila Suzana Faler.- Dados eletrônicos. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.224 P. Modo de acesso: <http://www.pucrs.br/edipucrsISBN978-85397-0573-3>

MONTAÑO, C. O Serviço Social frente ao neoliberalismo. Mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 53, 1997.

\_\_\_\_\_. Pobreza, "questão social" e seu enfrentamento. **Serviço Social & Sociedade**. 2012, n. 110, pp. 270-287. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000200004>. Acesso em: 12 de julho de 2021

MOTA, Ana Elizabete. Seguridade Social Brasileira: Desenvolvimento Histórico e Tendências Recentes. In: Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. MOTA, A. E. et al. (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: <https://www.poteresocial.com.br/wp-content/uploads/2021/03/texto-Seguridade-Social-Brasileira-Desenvolvimento-Hist%C3%B3rico-e.pdf>. Acesso em: 20 junho. 2021

NÉLSIS, Camila Magalhães Desastres e Intersetorialidade das Políticas Públicas no Estado de Santa Catarina [dissertação] / Camila Magalhães Nélsis; orientadora, Rosana de Carvalho Martinelli Freitas - Florianópolis, SC, 2012.

NOBRE, Antonio Donato. **O Futuro Climático da Amazônia**. Relatório de Avaliação Científica. ARA- Articulación Regional Amazônica. São José dos Campos, São Paulo, outubro de 2014.

OLIVEIRA, Itaní Sampaio de; PINTO, Joylgon do Nascimento; SAUNIER, Irapuan César Barroncas. A enchente do rio negro na cidade de Manaus no ano de 2012: Uma avaliação preliminar. In: **Anais do 13º Simpósio de Geologia da Amazônia**. Belém, 2013. Disponível em: <<http://www.13sga.sbg-no.org.br>>. Acesso em: 28 nov. 2014.

OLIVEIRA, Valter Paulo de; MAFRA, Marcela Vieira Pereira; SOARES, Ana Paulina Aguiar. Eventos climáticos extremos na Amazônia e suas implicações no município de Manaquiri (AM). **REVISTA GEONORTE**, Edição Especial 2, V.1, N.5, 977 – 987, 2012.

PAULO NETTO, J.; BRAZ, M. **Economia Política: Uma Introdução Crítica**. São Paulo: Cortez, 2008.

PAULO NETTO, J. **Capitalismo Monopolistas e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”**. In: TEMPORALIS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. a.2, n.3, Brasília: Graflines, 2001. 88p.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós – 64**. 8ed. São Paulo: Cortez, 2005;

\_\_\_\_\_. **Introdução ao estudo do método de Marx** - 1.ed.- São Paulo : Expressão Popular, 2011. 64 p.

PASTOR, M., & BREVILHERI, E.C.L. (2009 jul/dez..) **Estado e política social**. *Serv. Soc. Rev.*, Londrina, v. 12, n.1, p. 135- 156. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/artic le/view/10055>. Acesso em 2 de fevereiro de 2021.

PAZ, FERNANDA Alves Ribeiro. A precarização no trabalho do assistente social na política de Assistência Social. In: Anais da VII Jornada Internacional de Políticas Públicas: Para além da Crise Global experiências e antecipações concretas. UFMA, 2015.

PEREIRA, P. A. **Questão Social, Serviço Social e Direitos de Cidadania.** In: TEMPORALIS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. a.2, n.3, Brasília: Grafile, 2001. 88p.

PEREIRA, Henrique dos Santos. A dinâmica da paisagem Socioambiental das várzeas do rio Solimões-Amazonas. In: **Comunidades ribeirinhas Amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais.** (Org.) FRAXE, T. J. P.; PEREIRA, H. S.; WITKOSKI, A. C. Manaus: EDUA, 2007.

PEREIRA, Potyara A. P. **Para maior compreensão da política social.** In: Política Social: temas & questões. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **A inseritorialidade das políticas sociais na perspectiva dialética.** In: A intersetorialidade na agenda das políticas sociais. Organizadores: MONNERAT, Giselle Lavinias; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; SOUZA, Rosimary Gonçalves de. Campinas, SP: Papel Social, 2014. P. 23-39.

PRATES, Jane C. **O método marxiano e o enfoque misto na pesquisa: uma relação necessária.**

Revista Textos e Contextos (Porto Alegre). Porto Alegre, EDIPUCRS, 2012.

RAICHELIS, Raquel. **O trabalho do assistente social na esfera estatal.** In: CFESS/ABEPSS (Orgs.). Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/Abepss, 2009.

\_\_\_\_\_. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. Serv. Soc., São Paulo, n. 116, p. 609-635, out/dez. 2013

RIBEIRO, Patrício Azevedo; PONTES, Itaciara Prestes da Silva. **Questão Socioambiental e Serviço Social: reflexões sobre a formação do assistente social para atuação no campo socioambiental.** In: Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS. Natal/ RN, 2014.

RIBEIRO, P.A. et. al. **Povos indígenas e comunidades quilombolas: reflexões iniciais sobre a operacionalização da política de assistência social no município de Barreirinha (AM).** v. 16 n. 1 (2019): Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Seção: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexual.

SANTOS, R. dos. **Gestão de desastres e política de assistência social: estudo de caso de Blumenau/SC.** Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de PósGraduação em Serviço Social. Florianópolis: 1, 2012.

SANTOS, Josiane Soares. “Elementos para entender a concepção e gênese da questão social”. In: SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social: particularidades no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2012.

SCHERER, E. F. Vulnerabilidade social na cidade de Manaus: o avesso ao progresso. In: SCHERER, Elenise (Org.) **Questão social na Amazônia.** Manaus: EDUA, 2009 (pag 129-163)

SERAFIM, Milena Pavan; DIAS, Rafael de Brito. **ANÁLISE DE POLÍTICA: UMA REVISÃO DA LITERATURA.** Cadernos Gestão Social, V.3, n.1, p.121-134, jan/jun 2012.

SIENA, Mariana. **A dimensão de gênero na análise sociológica de desastres:** conflitos entre desabrigados e gestores de abrigos temporários relacionados a chuva. Dissertação (mestrado) - UFSCar/PPGS. 2009

SILVA, Christiane Pimentel e. **O método em Marx: a determinação ontológica da realidade social:** a Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Belém/PA, Brasil. Recebido: 13/8/2018 □ Aprovado: 8/9/2018. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 134, p. 34-51, jan./abr. 2019

SILVA, Maria das Graças. **Questão Socioambiental e desenvolvimento sustentável:** um desafio ético-político ao serviço social. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Sandra Helena da. **Autopoiese nos Agrossistemas das Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves – Juruti/PA.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia/ UFAM, 2015

SOARES, R. V.; BURGINSKI, V. M. **Estado e Política Social no Capitalismo Dependente: diálogos com Ruy Mauro Marini e Florestan Fernandes.** Humanidades e Inovação, Palmas, v.8, n.39, p.8-21, mar. 2021.

SOUZA, Rosimary Gonçalves; FAUSTINO, Taiane Queithe da Silva. **A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:** uma análise a partir do funcionamento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). In: Anais da V Jornada Internacional das políticas públicas. Universidade Federal do Maranhão. São Luis/ Maranhão. 2011

SOUZA, José Camilo Ramos de; ALMEIDA, Regina Araújo de. Vazante e Enchente na Amazônia Brasileira: impactos ambientais, sociais e econômicos. In: **Anais do VI Seminário LatinoAmericano de Geografia Física e II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física.** Coimbra: Universidade Coimbra, 2010. Disponível em: <[http://www.uc.pt/fluc/cegot/VISLAGF/actas/tema4/jose\\_camilo](http://www.uc.pt/fluc/cegot/VISLAGF/actas/tema4/jose_camilo)>. Acesso em: 28 nov. 2014.

SPOSATI, Adailza de Oliveira. **Modelo brasileiro de proteção social não contributiva:** concepções fundantes. In: Brasília, junho de 2009.

\_\_\_\_\_. **Os 20 anos de LOAS: a ruptura com o modelo assistencialista.** In: Coletanea de Artigos

Comemorativos dos 20 Anos da Lei Orgânica de Assistência Social/Organizadores: Jose Ferreira da Crus...[et al]. - Ministerio do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – 1ª ed. – Brasília: MDS, 2013, 20-40p.

\_\_\_\_\_. [et. al]. **A Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras:** uma questão de análise. 9 ed. – São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. **Gestão pública intersetorial: sim ou não?** Comentários de experiência. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 85, p. 133-141, mar. 2006.

\_\_\_\_\_. **Modelo brasileiro de proteção social não contributiva:** concepções fundantes. In: Brasília, junho de 2009.

TEIXEIRA, Joaquina Barata, **A Assistência Social na Amazônia**. In: Revista serviço Social & Sociedade, São Paulo: Cortez, ano XIX. N. 56.p.97-113, mar. 1998

\_\_\_\_\_. **A Amazônia em interface com o SUAS**. In: Coletanea de Artigos Comemorativos dos 20 Anos da Lei Organica de Assistencia Social/Organizadores: Jose Ferreira da Crus...[et al]. - Ministerio do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – 1ª ed. – Brasília: MDS, 2013, 248p.

\_\_\_\_\_. O Desafio da inclusão social no cenário atual brasileiro e amazônico. In: Schere, Elenise. (Org.) Questão Social na Amazônia. Led. 2009, v.1,p.p.23-35

TEIXEIRA, J. B; BRAZ, M. **O projeto éticopolítico do Serviço Social**. In: CFESS. Serviço social direitos e competências profissionais, Brasília: 2009.

TINTI, ÉC. **Capitalismo, trabalho e serviço social**. In: Capitalismo, trabalho e formação profissional: dilemas do trabalho cotidiano dos assistentes sociais em Ribeirão Preto [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 31-74. ISBN 978-85-7983-655-8. Available from SciELO Books .

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UFSC/CUEPD. Atlas Brasileiro de Desastres Naturais:1991 – 2012. 2 ed. Ver. Ampl. – Florianópolis; CEPED UFSC. 2013 126 p.

VAL, A. L.; VAL, V. M. F. de A.; FEARNSIDE, Philip M. ; SANTOS, Geraldo M. dos; PIEDADE, Maria Teresa F.; JUNK, Wolfgang; NOZAWA, S. R.; SILVA, S.T. da ; DANTAS, F.A. de C. **Amazônia**: recursos hídricos e sustentabilidade. Cap. 6, 95-109. In: Bicudo, C.E.de M.; Tundisi, J.G.; Scheuenstuhl, M.C.B. , orgs. B583a Águas do Brasil: análises estratégicas / Carlos E. de M. Bicudo; José G. Tundisi; Marcos C. Barnsley Scheuenstuhl – São Paulo, Instituto de Botânica, 2010.

VALENCIO, Norma. **Para além do “dia do desastre”**: o caso brasileiro. Curitiba: Appris, 2012

VIEIRA, Balbina Ottoni. **História do Serviço Social**: Contribuição para construção de sua teoria. Agir: RJ. 4ª. 1985.

VIGOLO, Tamires Cristina. **Política de Assistência Social, prevenção e respostas aos desastres socioambientais** /orientadora, Rosana de Carvalho Martinelli Freitas - Florianópolis, SC, 2013. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-econômico. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1993.

\_\_\_\_\_, **“Estado, políticas sociais e implementação do SUAS”**. In: SUAS: Configurando os eixos de mudança, v.1, Brasília, SNAS/MDS – PUC/SP IEE, 2008. p.79-136.

\_\_\_\_\_. **Sistemas de Proteção Social, Intersetorialidade, e Integração de Políticas Sociais**. In: A intersetorialidade na agenda das políticas sociais. Organizadores: Giselle

Lavinas Monnerat; Ney Luiz Teixeira de Almeida; Rosimary Gonçalves de Souza. Campinas, SP: Papel Social, 2014. p. 77103

\_\_\_\_\_. **O significado sócio-histórico da profissão.** In: CFESS. ABEPSS. (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF, 2009.

## APÊNDICE A

### Título da pesquisa:

TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL E DESASTRES: Estudo na Política de Assistência Social do município de Barreirinha/AM

**Instrumental:** Roteiro de Entrevista Semiestruturada

**Informante:** Profissionais de Serviço Social da Política de Assistência Social

### I - IDENTIFICAÇÃO

**1** - **Sexo Biológico:** ( ) Feminino ( ) Masculino

**2** - **Você se considera de acordo com o gênero registrado ao nascer:** ( ) sim ( ) não

**3** - **Como você se considera:**

( ) Homem ( ) Mulher ( ) Ambos - Homem e Mulher ( ) Nenhum – Nem Homem ou Mulher

**4** - **Orientação afetivo-sexual:**

( ) Heterossexual ( ) Homossexual ( ) Bissexual ( ) Pansexual ( ) Assexual

**5** - **Raça/Cor:**

branca ( ), preta ( ), amarela( ), parda( )

ETNIA: \_\_\_\_\_

**6** - **Religião:**

( ) católica ( ) ateu

( ) evangélica

( ) espírita,

( ) candomblé ( ) umbanda

( ) agnóstico

( ) Outros. Qual?-----

**8** - **Pessoa com Deficiência:** Sim ( )

Não ( ) tipo: -----

**7 - IDADE:**

( ) 20-24 anos

( ) 25-29 anos

( ) 30-34 anos

( ) 35-39 anos

( ) 40-44 anos

( ) 45-49 anos

( ) 50-54 anos

( ) 55-59 anos

( ) 60-64 anos

( ) 65-69 anos

( ) 70-75 anos

( ) mais de 75

### II - FORMAÇÃO PROFISSIONAL

**9** - **Ano que concluiu a graduação em Serviço Social** \_\_\_\_\_

**10 - Natureza da instituição de formação:**

( ) Pública ( ) Privada -Presencial ( ) Privada – Semi-presencial ( ) Privada –

À Distância ( ) Comunitária ( ) Outra. Qual?

**11 - Realizou Pós-Graduação:** ( ) Sim ( ) Não

( ) Especialização. Em qual área?: \_\_\_\_\_

( ) Mestrado acadêmico . Em qual área?: \_\_\_\_\_

( ) Mestrado Profissional. Em qual área?: \_\_\_\_\_

( ) Doutorado. Em qual área?: \_\_\_\_\_

( ) Outros. \_\_\_\_\_

### III - PERFIL PROFISSIONAL

12. Local de Atuação:

13. Função na contratação:

14. Tempo de atuação:

( ) de 6 meses a 1 ano;

( ) de 4 a 6 anos

( ) mais de 10 anos

( ) de 1 a 3 anos

( ) de 7 a 10 anos

**14. Qual é/ era o tipo de contrato de trabalho?**

- ( ) CLT por tempo ( ) Estatutário ( ) Assessoria/Consultoria indeterminado  
 ( ) Contrato Temporário ( ) Voluntário ( ) CLT por tempo ( ) Autônomo  
 ( ) Outros: \_\_\_\_\_ determinado ( ) Trabalho por tarefa

( ) terceirizado/ subcontratado		
---------------------------------	--	--

**15. Qual sua jornada diária de trabalho?:**

( ) de 1 a 4 horas.	( ) de 9 a 12 horas
( ) de 5 a 6 horas	( ) Acima de 12 horas ( ) Outra.
( ) de 7 a 8 horas	Especifique: _____

16. Qual seu entendimento sobre situações de emergência e calamidade (desastres)?

17. Como você analisa a relação entre a Proteção Social da Política Pública de Assistência Social e o fenômeno e situações de emergência e calamidade (enchente)?

18. Você já teve acesso ou conhece o plano municipal de assistência social de Barreirinha?

19. Se positivo você tem conhecimento dos objetivos, metas ou orientações para realização de ações em situações de emergência e calamidade, no caso das enchentes? Justifique sua resposta.

20. Você utiliza de referências teóricas e dispositivos legais para realização do seu trabalho?

- ( ) Sim ( ) Não

**Conhecimento quanto aos principais documentos que orientam a profissão**

Documentos	Conheço totalmente	Conheço parcialmente	Desconheço totalmente
Código de Ética:			
Lei de Regulamentação da Profissão:			
Diretrizes curriculares da ABEPSS:			
Resoluções do CFESS			

**Identificar as principais demandas, atribuições e condições do trabalho do Assistente Social em situações de desastres que implicam emergência e calamidade pública no município de Barreirinha;**

21. De modo geral, quais são as principais demandas ao seu trabalho nesse espaço socio ocupacional?

22. Quais são suas principais atribuições enquanto assistente social no período da enchente dos rios nas fases de:

Pré – emergência:

Emergência:

Pós emergência:

23. Durante situações de emergência, você ultrapassa a sua jornada formal de trabalho?

- ( ) sim, sempre ( ) às vezes ( ) nunca

24. Em relação à demanda, a quantidade de profissionais de Serviço Social é suficiente para a execução do trabalho profissional?

- ( ) Insuficiente ( ) Parcialmente suficiente ( ) Totalmente suficiente

25. Como você avalia as condições de trabalho durante as ações de emergência e calamidade pública no município em termos de materiais e equipamentos de proteção?
26. Como você avalia as condições de trabalho durante as ações de emergência e calamidade pública no município em termos de organização e planejamento?
<b>28. Qual seu grau de satisfação na realização do seu trabalho em situações de desastres?</b> ( ) Muito insatisfeito ( ) Pouco insatisfeito ( ) indiferente ( ) Pouco satisfeito ( ) Muito satisfeito Justificar:
29. Você considera que houve um avanço ou um aperfeiçoamento nas ações realizadas pela Proteção Social da Política de Assistência Social sobre as demandas recorrentes, visto que anualmente ocorre a enchente/vazante na cidade?
30. Você considera que a pandemia impactou seu trabalho profissional, visto que também é uma situação de emergência? ( ) sim ( ) não Se sim. De que forma?

**APONTAR A VISÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS SOBRE AS DIFICULDADES E POTENCIALIDADES DA INTERSETORIALIDADE ENTRE AS POLÍTICAS SOCIAIS DO MUNICÍPIO NAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO ÀS SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA E CALAMIDADE PÚBLICA;**

32. Qual seu entendimento sobre o significado de intersectorialidade na gestão de políticas sociais?
33. Para você qual a importância e da articulação intersectorial (Estadual, Federal, municipal de Meio Ambiente, Assistência Social, saúde e de Defesa Civil) em relação à prevenção e respostas aos desastres?
34. Qual sua opinião sobre as principais dificuldades e/ ou desafios para materialização da intersectorialidade entre a assistência social e as demais políticas para o enfrentamento situações de emergência e calamidade pública?
35. Quais as ações realizadas na dimensão da intersectorialidade pelo assistente social no município no contexto de emergência e calamidade (desastres) referidos a enchentes?
36. Nessas ações quais são as maiores parcerias?

**VERIFICAR COMO OS ASSISTENTES SOCIAIS AVALIAM AS CONDIÇÕES EXISTENTES PARA EFETIVAÇÃO DE UM TRABALHO PROFISSIONAL INTERSETORIAL NO CAMPO DE DESASTRES**

37. Qual sua visão sobre a existência efetiva de intersectorialidade na assistência social nas situações de emergência e calamidade pública?
38. Dada a realidade municipal, como você avalia o conjunto de condições concretas em que seu trabalho é realizado?
39. São realizadas ações de avaliação das ações de emergência e calamidade pública na assistência social do município? ( ) Sim ( ) Não
40. Se positivo que tipo de avaliação realizadas (processo, eficácia, impacto)?
41. Órgão responsável pela avaliação (avaliação interna ou externa)?

42. Existência de processos de avaliação participativa com a comunidade ou público-alvo?
43. Quais potencialidades você identifica no âmbito intersetorialidade no seu trabalho em situações de calamidades e emergência?
44. Quais as sugestões para melhoria do seu trabalho em situações de emergência e calamidade pública?

## APÊNDICE B

<b>Quadro:</b> <b>Categorias macro teóricas com foco em indicadores e variáveis da pesquisa de campo: guia para elaboração do instrumento de pesquisa</b>	
<b>OBJETIVO DA PESQUISA:</b> Analisar o Trabalho do Assistente Social realizado na Assistência Social em situações de desastres no município de Barreirinha/AM, visando contribuir com a produção de subsídios para qualificação do Trabalho Profissional frente aos desafios da realidade Amazônica.	
<b>QUESTÃO NORTEADORA CENTRAL:</b> De que forma o trabalho do Assistente Social está sendo realizado na Assistência Social em situações de desastres no município de Barreirinha/AM?	
<b>CATEGORIA: PROTEÇÃO SOCIAL (ASSISTENCIA SOCIAL)</b>	
<b>Objetivo específico 1:</b> Debater o campo de desastres no âmbito da Política de Assistência Social e sua relação com a intersetorialidade	
Indicadores	Variáveis
Plano municipal de assistência social	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dispositivos legais que norteiam a política.</li> <li>• Os objetivos e metas estabelecidos</li> <li>• Existência de processos de avaliação das ações realizadas;</li> <li>• Realidade socioeconômica da população (diagnóstico socioterritorial);</li> </ul>
Estruturação da Gestão intersetorial na assistência social pela SEMAS voltada para intervenção nas situações de emergência e calamidade;	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Principais ações intersetoriais de enfrentamento de situações de emergência e calamidade pública previstas no plano municipal;</li> <li>• Organização da SEMAS e suas estratégias operacionais da gestão intersetorial (em rede);</li> <li>• Número de Instituições parceiras para o desenvolvimento das ações em situações de emergência e calamidade pública;</li> <li>• Formato da institucionalização das parcerias;</li> <li>• Atores envolvidos nas ações;</li> <li>• Qualificação dos atores envolvidos nas ações.</li> </ul>
<b>CATEGORIA: GESTÃO DE POLÍTICA SOCIAL (INTERSETORIALIDADE)</b>	
<b>Objetivo específico 2:</b> Identificar as principais demandas, atribuições e condições do trabalho do Assistente Social em situações de emergência e calamidade pública (desastres decorrentes de enchentes de rios) no município de Barreirinha;	
Dimensões /Indicadore	Variáveis

Perfil do profissional	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tempo de atuação</li> <li>• Sexo biológico</li> <li>• Ano de formação</li> <li>• Instituição de formação</li> <li>• Pós-graduação</li> <li>• Lotação</li> </ul>
------------------------	--

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vínculo empregatício</li> <li>• Horas de trabalho</li> <li>• Função na contratação</li> <li>• Raça/Cor</li> <li>• Pessoa com Deficiência</li> <li>• Idade</li> </ul>
Avaliação do assistente Social sobre seu trabalho situações de emergência e calamidade pública	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Como o profissional avalia o seu trabalho como Assistente Social nas situações de emergência e calamidade pública;</li> <li>• Avaliação quanto a contribuição do seu trabalho no enfrentamento das situações de emergência e calamidade;</li> </ul>
Principais demandas e atribuições do profissional nas situações de emergência e calamidade pública	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificação das demandas</li> <li>• Realizam visitas nas áreas ou são procurados por moradores;</li> <li>• Principais atribuições enquanto assistentes social;</li> </ul>
Condições em que o trabalho profissional nas situações de emergência e calamidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Materiais e equipamentos de proteção;</li> <li>• Organização e planejamento;</li> <li>• Jornada de trabalho;</li> <li>• Profissionais suficientes;</li> <li>• Satisfação com o trabalho;</li> </ul>

### CATEGORIA: TRABALHO (DO ASSISTENTE SOCIAL)

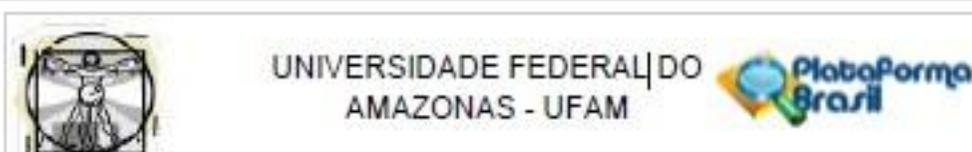
**Objetivos específico 3:** Apontar a visão dos assistentes sociais sobre as dificuldades e potencialidades da intersetorialidade entre as políticas sociais do município nas ações de enfrentamento às situações de emergência e calamidade pública;

**Objetivo específico 4:** Verificar como os assistentes sociais avaliam as condições existentes para efetivação de um trabalho profissional intersetorial no campo de desastres.

Dimensões/ Indicadores	Variáveis
Atuação do assistente social nas ações intersetoriais de gestão utilizadas pela SEMAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ações que vem sendo realizadas pelo assistente social no município (prevenção, resposta, recuperação);</li> <li>• Nessas ações quais são as maiores parcerias;</li> </ul>
Avaliação quanto as condições em que o trabalho intersetorial é realizado junto as demais políticas sociais do município	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Visão dos assistentes sociais sobre a existência efetiva de intersetorialidade na assistência social nas situações de emergência e calamidade pública;</li> <li>• Visão sobre as principais dificuldades e/ ou desafios para materialização da intersetorialidade entre a assistência social e as demais políticas para o enfrentamento situações de emergência e calamidade pública;</li> <li>• Avaliação de como o trabalho do assistente social na assistencial social contribui para a operacionalização da intersetorialidade nas situações de emergência e</li> </ul>

	calamidade;
Participação dos assistentes sociais em processos de avaliação dos resultados das ações em rede das instituições parceiras desenvolvidas pela Política de Assistência social	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participam de avaliações realizadas (processo, eficácia, impacto)</li> <li>• Existência de indicadores de avaliação</li> <li>• Órgão responsável pela avaliação (avaliação interna ou externa);</li> <li>• Existência de processos de avaliação participativa com a comunidade ou público-alvo;</li> </ul>
Utilização de referências teóricas para realização do seu trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entendimento sobre o significado de intersetorialidade na gestão de políticas sociais,</li> <li>• Conhecimento dos Dispositivos legais que norteiam o enfrentamento das situações de emergência e calamidade na política de assistência social;</li> <li>• Conhecimento sobre objetivos e metas estabelecidos para realização de ações em situações de emergência e calamidade no plano municipal de assistência social.</li> </ul>
Sugestões para melhoria do trabalho do Assistente social nos desastres (enchentes) no município.	
Potencialidades do trabalho realizado	

## ANEXO A – PARECER CEP



## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

## DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL E DESASTRES: Estudo na Política de Assistência Social do município de Barreirinha/AM

**Pesquisador:** Kássia Karise Carvalho Carneiro

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 55409222.8.0000.5020

**Instituição Proponente:** Universidade Federal do Amazonas - UFAM

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

## DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.267.720

**Apresentação do Projeto:**

A delimitação do estudo volta-se para a análise sobre o trabalho do assistente social na Política de Assistência Social em ações Intersetoriais, tendo como foco a atuação em situações de emergência e calamidade pública que se enquadram na categoria de desastres (o que no estudo centra-se em desastres naturais decorrentes de enchentes dos rios no município de Barreirinha do Estado do Amazonas). A assistência social como política pública tem como dimensões de gestão as seguintes questões: territorialidade, descentralização e intersectorialidade. De modo geral, "a política de assistência social como política Integradora da Seguridade Social, possui um caráter de política de proteção social articulada a outras políticas, voltada à garantia de direitos e de condições dignas de vida" (SANTOS, 2012, p. 35). Configurando-se como um dos principais campos de atuação do profissional de Serviço Social, a Assistência Social, desde os primórdios da profissão, tem sido um importante campo de trabalho de muitos assistentes sociais (CFESS, 2007). Esta Política não caminha sozinha, necessita da articulação constante com outras políticas setoriais, nas mais diversificadas demandas. Neste contexto é que se destaca o tema da intersectorialidade no âmbito das políticas públicas, sendo uma estratégia política de articulação entre setores sociais diversos e especializados, instrumento de otimização de saberes e competências em prol de um objetivo comum (PEREIRA, 2014). É como acontece nos casos de situações de emergência e calamidade pública, em que os serviços realizados precisam estar bem articulados, uma vez que são variadas as demandas, abrangendo diferentes setores das políticas públicas. Neste estudo, a pesquisa visa

Endereço: Rua Teresina, 4950

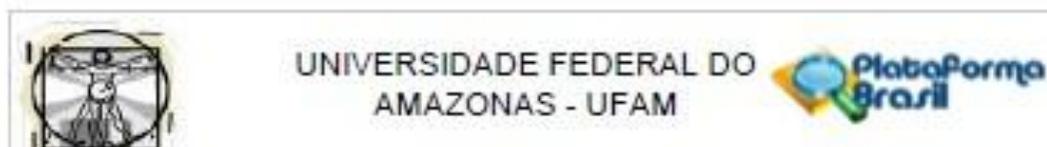
Bairro: Adlandpolis

CEP: 69.067-070

UF: AM Município: MANAUS

Telefone: (02)3305-1161

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.267.720

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1882922.pdf	13/01/2022 12:03:21		Acelto
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	MODELO_TCLE.pdf	13/01/2022 12:01:32	Kassia Karise Carvalho Camelo	Acelto
Cronograma	_CRONOGRAMA.pdf	13/01/2022 11:57:31	Kassia Karise Carvalho Camelo	Acelto
Declaração de concordância	Termo_de_Anuencia_SEMAS.pdf	13/01/2022 11:56:44	Kassia Karise Carvalho Camelo	Acelto
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_Kassia_CEP.pdf	13/01/2022 11:46:09	Kassia Karise Carvalho Camelo	Acelto
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	13/01/2022 11:46:27	Kassia Karise Carvalho Camelo	Acelto

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

MANAUS, 28 de Fevereiro de 2022

Assinado por:  
Eliana Maria Pereira da Fonseca  
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Teixeira, 4950

Bairro: Adiantópolis

CEP: 69.057-070

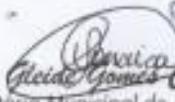
UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (02)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com

## ANEXO B TERMO DE ANUÊNCIA SEMAS/BAE

 ESTADO DO AMAZONAS	<b>SEMAS</b> <b>Secretaria Municipal de Assistência Social</b> <small>Rua: Travenca Pedras 1/1º - São Judas Tadeu, e-mail: semas@barreirinha.am.gov.br</small>	 PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHA
<h3>TERMO DE ANUÊNCIA</h3>		
<p>Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado "TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL E DESASTRES: Estudo na Política de Assistência Social do município de Barreirinha/AM", sob a coordenação e a responsabilidade da pesquisadora Kássia Karise Carvalho Carneiro e da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marinez Gil Nogueira Cunha, e assumimos o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa a ser realizada nessa instituição, em março de 2022, após a devida aprovação no Sistema CEP/CONEP.</p>		
Barreirinha, <u>21 de dezembro</u> de <u>2021</u>		
  <b>Gláucia Gomes Conceição</b> Secretária Municipal de Assistência Social DECRETO Nº 24/2021 - GPMB		
		